



Antiga área mineira do Lousal

Relatório e Contas do Exercício de 2019

edm
Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA



EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório e Contas

do

Exercício de 2019

Março de 2020



CORPOS SOCIAIS DA EDM

(Mandato 2019-2021)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Rui da Silva Rodrigues

Vogal – Zélia do Rosário do Vale Estevão

Vogal – Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Fiscal Único

Efetivo: CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA, representada por Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828,

Suplente: Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais, ROC nº 1265

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º Dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44



Índice

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
2. ENVOLVENTE EXTERNA	17
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL.....	17
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA	20
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL.....	22
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	31
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	38
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS.....	38
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL	59
4.3. PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)	79
4.4. AÇÕES NO DOMÍNIO DA MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	91
4.5. STOCK DE URÂNIO	94
4.6. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS.....	97
4.7. PARTICIPADA EDM I - EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS	99
5. RECURSOS HUMANOS.....	100
6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	101
7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	104
7.1. “1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO”	104
7.2. “2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO”	112
7.3. “3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO”	112
7.4. “4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)”	112
7.5. “5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2018”	113
7.6. “6-REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)”	114
7.7. “7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO”	121
7.8. “8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP”	122
7.9. “9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014”	122
7.10. “10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO”	122
7.11. “11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€”	122
7.12. “12-MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DE ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS”	123
7.13. “13-MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS”	123
7.14. “14-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO”	126

7.15. "15-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS"	127
7.16. "16-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTf"	127
7.17. APÊNDICES	129
8. PERSPETIVAS FUTURAS	137
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	144
10. AGRADECIMENTOS	145
11. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	146
12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	152

Índice Remissivo

	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	12
2. ENVOLVENTE EXTERNA	17
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL.....	17
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA	20
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL	22
METALS AND MINERALS	23
PRECIOUS METALS	24
INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA	25
EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES.....	29
3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	31
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	38
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS	38
4.1.1. Prospeção e Pesquisa	39
Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa.....	39
Argozelo	40
Escádia Grande	41
Rosário	43
Joint Venture ESAN/EDM (Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças).....	46
Lagoa Salgada	50
4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira	51
Gavião	51
Semblana	53
4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	55
Investigação e Desenvolvimento.....	55
Roteiro de Minas.....	55
Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”	57
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL	59
4.2.1. Trabalhos de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras.....	59
Antiga Área Mineira da Urgeiriça – Fase final	63
Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1 e Fase 2	65
Antiga Área Mineira de Mondego Sul	66
Antiga Área Mineira de Mortórios	67
Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar	68
Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo.....	70
Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos	71

4.2.2. Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção	72
Atuações de Segurança	73
Intervenção não cofinanciada	74
Extinção do foco de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão de Pejão-Germunde	74
4.2.3. Trabalhos de Monitorização e Manutenção	76
4.2.4. Investigação, Promoção e Parcerias	76
4.2.5. Sustentabilidade Territorial	78
4.3. PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)	79
4.3.1. Enquadramento	79
4.3.2. Sinalização na Envolvente das Pedreiras em Situação Crítica	83
4.3.3. Colocação de Sinalética e vedação nas Pedreiras e realização de Estudos e/ou Projetos	87
4.3.4. Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental	90
4.4. AÇÕES NO DOMÍNIO DA MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	91
4.4.1. Estrutura e Organização	91
4.4.2. Capital Humano	92
4.4.3. Novas Áreas de Negócio	92
Certificação de Uso de Solos	92
Avaliação de Radão nos Edifícios	92
4.5. STOCK DE URÂNIO	94
4.6. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	97
4.7. PARTICIPADA EDM I - EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS	99
5. RECURSOS HUMANOS	100
6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	101
7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	104
7.1. "1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO"	104
7.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2019	106
7.1.2. Princípios Financeiros de Referência	107
7.1.3. Investimento	110
7.1.4. Quadro de Pessoal	111
7.1.5. Nível de Endividamento	111
7.2. "2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO"	112
7.3. "3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO"	112
7.4. "4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)"	112
7.5. "5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2018"	113
7.6. "6-REMUNERAÇÕES (APÊNDICE 1)"	114
7.6.1. Órgãos Sociais	114
Mesa da Assembleia Geral	115
Conselho de Administração	116
Fiscal Único/ROC	120



7.6.2. Auditor Externo.....	121
7.6.3. Restantes Trabalhadores	121
7.7. "7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO"	121
7.8. "8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP"	122
7.9. "9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014"	122
7.10. "10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO"	122
7.11. "11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€"	122
7.12. "12-MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DE ADEÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS"	123
7.13. "13-MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS"	123
7.14. "14-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO"	126
7.15. "15-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS"	127
7.16. "16-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTF"	127
7.17. APÊNDICES	129
7.17.1. Apêndice 1	129
"1-Mesa da Assembleia Geral"	129
"2-Conselho de Administração"	129
"3-Fiscalização"	132
"4-Auditor Externo"	134
7.17.2. Apêndice 2	135
8. PERSPETIVAS FUTURAS	137
Posicionamento estratégico.....	137
Estratégia e Objetivos Específicos	139
Projeções económico-financeiras	141
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	144
10. AGRADECIMENTOS	145
11. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	146
Balço	147
Demonstração dos Resultados por Naturezas	148
Demonstração de Resultados por Funções.....	149
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	150
Demonstração das Alterações ao Capital Próprio	151
12. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	152
"1. Identificação"	152
"2. Referencial Contabilístico"	152
"3. Principais Políticas Contabilísticas".....	153
"4. Fluxos de Caixa"	158

"5. Partes Relacionadas"	159
"6. Ativos Fixos Tangíveis"	159
"7. Ativos Intangíveis / Em Curso"	160
"8. Outros Investimentos Financeiros"	160
"9. Créditos a Receber" - não corrente	161
"10. Ativos por Impostos Diferidos"	161
"11. Inventários - Mercadorias"	161
"12. Clientes"	162
"13. Estado e Outros Entes Públicos"	162
"14. Outros Créditos a Receber" - corrente	163
"15. Diferimentos"	163
"16. Caixa e Depósitos Bancários"	163
"17. Capital Subscrito"	163
"18. Outros Instrumentos de Capital Próprio"	164
"19. Reserva Legal"	164
"20. Outras Reservas"	164
"21. Resultados Transitados"	164
"22. Ajustamentos em Ativos Financeiros"	165
"23. Excedente de Revalorização"	165
"24. Provisões"	165
"25. Outras Dívidas a Pagar"	166
"26. Fornecedores"	166
"27. Vendas e Prestação de Serviços"	167
"28. Trabalhos para a Própria Entidade"	167
"29. Fornecimentos e Serviços Externos"	167
"30. Gastos com Pessoal"	168
"31. Imparidades"	168
"32. Outros Rendimentos"	169
"33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas"	169
"34. Outros Gastos"	169
"35. Gastos de Depreciação e Amortização"	169
"36. Juros e Outros Rendimentos Similares"	170
"37. Imposto sobre o Rendimento"	170
"38. Compromissos"	170
"39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal"	171
"40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental"	172
"41. Acontecimentos após a data de balanço"	173

ANEXOS

- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- **RELATÓRIO DE AUDITORIA**
- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2019.



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2019 prosseguiu-se a implementação da estratégia definida na proposta do contrato de gestão e na proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2019 nos seguintes termos:

- No âmbito dos projetos de **RECURSOS MINEIROS**:
 - Deu-se continuidade aos 2 únicos projetos autónomos de prospeção e pesquisa da empresa - ESCÁDIA GRANDE e ROSÁRIO;
 - Dado o potencial associado à área do ROSÁRIO, a exigir investimentos de maior complexidade, concretizou-se em 11 de junho a sua transmissão para o consórcio com a ESANMET;
 - Procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria
 - designadamente com a ESAN, envolvendo as áreas de MONTE das MESAS, ALCÁCER e S. PEDRO das CABEÇAS;
 - e com a REDCORP no que respeita à área de LAGOA SALGADA que conduziu a que em 23/4/2019 tenha sido pedida a concessão da exploração;
 - Celebrou-se em 8/10/2019 o contrato de prospeção e pesquisa de ARGOZELO, que dá continuidade ao projeto;
 - Retomou-se o acompanhamento do projeto do GAVIÃO, em parceria com a ALMINA, assegurando-se a realização de uma campanha de sondagens adicionais necessárias à avaliação do jazigo;
 - Acompanhou-se o projeto da SEMBLANA, no quadro do Acordo de Parceria com a SOMINCOR;
 - Concretizou-se a presença no PDAC 2019, em Toronto, Canada, com um stand próprio em articulação com a DGEG e programou-se a participação no PDAC 2020;
 - E procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar em 2020, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA.

Handwritten blue ink marks, including a checkmark and some scribbles, are present in the bottom right corner of the page.

- No âmbito da **REMEDIAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**:
 - Acelerou-se a execução das candidaturas aprovadas no POSEUR;
 - Desenvolveram-se as ações relativas ao projeto da “URGEIRIÇA-fase final”;
 - Procedeu-se à consignação da obra da FASE 2 do projeto de “S. DOMINGOS” que, associado à FASE 1 já concluída, permitirá a recuperação do sistema de canais das duas margens do vale da área mineira de S. DOMINGOS;
 - Acelerou-se o desenvolvimento do projeto de reabilitação de “MONDEGO_SUL” que se estima esteja concluído no 1º trimestre de 2020;
 - Contratou-se e iniciou-se o projeto da “QUINTA DO BISPO - FASE 1”;
 - Prepararam-se os procedimentos para o concurso público dos projetos de “MORTÓRIOS”, “RIBEIRA DO BÔCO, PICOTO e CANTO DO LAGAR”, e “FASE COMPLEMENTAR de DESCONTAMINAÇÃO de SOLOS e ÁGUAS DE MINA na URGEIRIÇA, CUNHA BAIXA, BICA, VALE D'ARCA, VALE DA ABRUTIGA, PRADO VELHO, FREIXIOSA e CASTELEJO”;
 - Prepararam-se projetos para um eventual novo 4º AVISO do POSEUR que, entretanto, ainda não foi concretizado;
 - Dinamizou-se uma estratégia de concretização de ACORDOS DE PARCERIA com os Municípios onde se efetuaram intervenções de remediação ambiental;
 - Desenvolveram-se diversas AÇÕES DE SEGURANÇA para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações;
 - Concluiu-se uma intervenção excecional de extinção de focos de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão do PEJÃO-GERMUNDE, decorrente dos incêndios de outubro de 2017;
 - Manteve-se o acompanhamento das ações do ROTEIRO DE MINAS desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e 38 Parceiros;

- No âmbito do **RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA** aprovado pela RCM nº 50/2019:
 - Procedeu-se à operacionalização da intervenção da EDM prevista na

- RCM nº50/2019 de 5 de março, através da implementação dos procedimentos contratuais de reforço da estrutura da EDM e da celebração de um “*Protocolo de Colaboração com o Fundo Ambiental e a DGEG*” que financia os custos associados às ações previstas na RCM;
- Conclui-se a fase de SINALIZAÇÃO NA ENVOLVENTE das 150 pedreiras identificadas pela DGEG, operação que envolveu a necessidade de realização de Planos de Sinalização e sua submissão à aprovação das entidades gestoras das vias de comunicação (39 Autarquias e IP, SA) e a colocação de 1253 sinais, acrescidos de 2931 m lineares de sinalização na forma de marcações;
 - Deu-se início aos procedimentos relacionados com as vertentes de
 - SINALÉTICA de perigo no interior das pedreiras e colocação da respetiva VEDAÇÃO nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019;
 - e de realização de ESTUDOS PRÉVIOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, também nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019.
- No âmbito da **SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA**, desenvolveram-se as ações prévias para identificação de *novas áreas de negócio* que contribuam para a maximização das competências detidas pela empresa e proporcionem novas origens de rendimentos, as quais são descritas no ponto 4.4 deste Plano.

Sublinhe-se que durante o ano se registaram dois factos que condicionaram o ritmo de realização das atividades:

- o primeiro referente à não conclusão do pedido de autorização para admissão de 4 novos técnicos, 3 dos quais em substituição dos que haviam saído em finais de 2016;
- o segundo referente à não substituição de um dos vogais do Conselho de Administração, que por ter assumido outras funções públicas apresentou a renúncia em 2017.

Em 7 de agosto de 2019 e a solicitação do acionista, procedeu-se à apresentação de uma nova proposta de “PAO_2019” (**PAO_2019_Ajustada a 7 de agosto de**

2019) onde se decidiu incluir, também, a nova **MISSÃO TEMPORÁRIA** (3 anos) estabelecida pela RCM nº 50/2019 de 5 de março aprovada na sequência do acidente de BORBA, dada a dimensão relevante dos investimentos aí previstos, cujo forte envolvimento da EDM determinou, mesmo, que essa RCM tivesse autorizado o acréscimo dos gastos operacionais da EDM em 2019 (nº 11 da RCM 50/2019).

Ficou-se, assim, na expectativa, que não se veio a concretizar, de que seria possível apreciar e eventualmente aprovar o PAO_2019 e conseqüentemente autorizar as propostas nele inseridas designadamente relativas à contratação de 4 novos técnicos antes referida e à substituição de 3 viaturas, face à sua antiguidade e precárias condições de segurança.

Entende-se, ainda, referenciar

- que a atividade desenvolvida em 2019 concretiza as “*Orientações Estratégicas e Específicas*” propostas para o mandato que mereceram parecer favorável da TUTELA SETORIAL (despacho de 21/8/2019 do Senhor Secretário de Estado da Energia) e aguardam aprovação pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro;
- e que os objetivos e as ações em curso, designadamente no que se refere aos anos de 2020 e 2021, estão dependentes de condicionantes externas à gestão da EDM, bem descritas na proposta de PAO_2020 e no Plano Estratégico da EDM, relacionadas com a **natureza dos investimentos**, com a **disponibilidade de dotações dos Fundos Estruturais** (POSEUR ou PORTUGAL 20/30), principal instrumento de financiamento superiormente definido, com as **verbas nacionais consignadas** para a contrapartida nacional e despesas não elegíveis nomeadamente pela afetação dos royalties, e com a **autorização para a contratação de 4 técnicos superiores** das especialidades oportunamente apresentadas, pedido reapresentado em 3/10/2019 à tutela setorial, que emitiu parecer favorável remetido ao Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro por carta de 14 de outubro de 2019.

Com a atuação desenvolvida em 2019, que o presente Relatório e Contas descreve, perspectiva-se que a intervenção da EDM no futuro permita um desenvolvimento mais acelerado da valorização dos recursos mineiros e uma



atuação sustentável na remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas e proporcione ao acionista a concretização das orientações definidas para a empresa.

O presente Relatório e Contas de 2019 está, igualmente, assinado pelo novo vogal do Conselho de Administração, Eng^o Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, por ter sido, já em 2020, eleito por Deliberação Social Unânime por escrito de 27 de janeiro de 2020.

Finalmente um agradecimento ao acionista em particular ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Energia na sua qualidade de tutela setorial pelo apoio concedido, aos trabalhadores da empresa pela dedicação demonstrada na realização das suas tarefas e às entidades com quem se relacionou durante o ano.

Rui da Silva Rodrigues

Presidente do CA

Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Rui da Silva Rodrigues'.

2. ENVOLVENTE EXTERNA

2.1. Conjuntura macroeconómica internacional

A Atividade Económica e o Comércio mundiais mantiveram em 2019 taxas de crescimento positivas. As estimativas mais atuais apontam acréscimos de + 2,9% da Economia mundial em 2019 (face às subidas de + 3,6% em 2018 e de + 3,8% em 2017) e de + 1,4% do Comércio mundial (face aos aumentos de + 4,0% em 2018 e de + 5,3% em 2017).

Nos Países Asiáticos a Atividade Económica manteve-se dinâmica, com uma taxa de crescimento no PIB de + 5,8% (que compara com + 6,3% em 2018 e + 6,5% em 2017), com realce para a China, com uma taxa de crescimento de + 6,1% (+ 6,6% em 2018 e + 6,8% em 2017) e para a Índia, com uma taxa de crescimento de + 5,0% (+ 6,8% em 2018 e + 7,2% em 2017), ambas impulsionadas pelo comportamento positivo das respetivas procuras internas.

Na América Latina e Caraíbas registou-se um acréscimo do Produto de + 0,8%, face aos crescimentos de 2018 (+ 1,7%) e de 2017 (+ 1,9%), com comportamentos diferenciados das quatro principais economias da região: Chile (+ 1,3%), México (+ 0,0%), Argentina (- 3,1%) e Brasil (+ 1,1%).

Nos Países da Europa Central e de Leste a Atividade Económica em 2019 assinalou um acréscimo de + 2,0% (face aos + 3,2% de 2018 e + 4,1% de 2017), sublinhando-se a desaceleração do ritmo de crescimento na Rússia para + 1,2% (face aos crescimentos de + 2,3% em 2018 e de + 1,6% em 2017) e a estagnação na Turquia, + 0,0%, que compara com os crescimentos de + 2,8% em 2018 e + 7,5% em 2017.

As perspetivas económicas para 2020 e 2021 indiciam um ligeiro acréscimo das taxas de crescimento da economia mundial, com ritmos diferentes consoante as regiões: os “países emergentes e em desenvolvimento” a apresentarem-se relativamente dinâmicos, graças sobretudo aos incrementos na procura interna, com crescimentos previstos para 2020 e 2021 de + 4,4% e + 4,6% respetivamente, enquanto nas “economias avançadas” o crescimento será menos acentuado (+ 1,4% para 2020 e + 1,5% para 2021). As projeções mais recentes estimam para

Handwritten marks: a blue checkmark and a signature.

2020 um crescimento de + 3,3% do Produto mundial e de + 2,9% do Comércio mundial e para 2021 uma subida de + 3,4% e de + 3,7% respetivamente para o Produto e Comércio mundiais. Mantêm-se, contudo, elevadas incertezas devidas por um lado às hipotéticas interrupções no prosseguimento das políticas monetárias de estímulo à economia por parte do FED (Federal Reserve System-USA) e do BCE (Banco Central Europeu), e por outro aos impactos económicos, oriundos na instabilidade e nas associadas tensões geopolíticas no Médio Oriente, em particular na Síria, no Iraque, na Arábia Saudita e no Irão e à manutenção de um crescimento menos acentuado da economia chinesa com repercussão no comércio mundial. Acrescem ainda a estas incertezas os riscos ligados à persistência de perturbações nos mercados financeiros (associadas ao elevado nível das dívidas soberanas de um grande número de países), às elevadas taxas de desemprego, à baixa do consumo, à fraca confiança dos agentes económicos, à volatilidade do comportamento dos preços de algumas matérias-primas e do petróleo a nível global e aos impactos económicos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit).

Ainda no que respeita às Economias Emergentes é de sublinhar, face às relações preferenciais com a economia portuguesa, o decréscimo em 2019 na economia de Angola (- 0,7%) e a evolução positiva prospetivada na economia de Moçambique (+ 2,0%), a comparar com o decréscimo registado em 2018 em Angola (- 1,2%) e com o crescimento de + 3,4% em Moçambique. As estimativas para 2020 e 2021 apontam para uma retoma de crescimento moderado para Angola, com taxas de + 1,5% e + 2,4% respetivamente e para a aceleração do ritmo de crescimento para Moçambique (+ 3,7% e + 4,2% respetivamente).

Nos Estados Unidos da América, em 2019, a atividade económica registou um acréscimo do PIB de + 2,3%, inferior aos + 2,9 % verificados em 2018. O acréscimo do PIB em 2019 assentou fundamentalmente no comportamento favorável do investimento (+ 2,5%) e do consumo privado (+ 2,5%) e em menor escala do consumo público (+ 2,2%) e das exportações (+ 0,3%). O facto de o desemprego ter mantido a trajetória decrescente, cifrando-se em + 3,7% em 2019 (face aos + 3,9% de 2018 e + 4,4% de 2017), poderá influenciar positivamente a evolução, ainda que moderada, da atividade económica, com reflexos no crescimento do PIB, que se estima de + 2,0% em 2020, impulsionado essencialmente pela evolução

positiva das exportações (+3,0%) e do investimento (+ 2,7%), e em menor escala do consumo público (+ 2,2%) e do consumo privado (+2,2%), e de + 1,7% em 2021, suportado, nomeadamente, pelo aumento do investimento (+ 3,1%), do consumo privado (+ 2,0%) e das exportações (+ 1,9%).

A economia Japonesa registou um crescimento moderado da atividade económica, tendo apresentado um acréscimo do PIB de + 1,0%, face aos + 0,3% de 2018 e + 1,9% de 2017. Esta variação foi influenciada pelo acréscimo do investimento (+ 2,1%) e do consumo público (+ 2,0%) e em menor escala pelas variações positivas do consumo privado (+ 0,7%) que não compensaram o decréscimo das exportações (- 1,9%). Prevê-se um decréscimo do ritmo de crescimento para 2020 (+ 0,7%), seguido de nova redução em 2021 (+ 0,5%), como consequência, fundamentalmente, da redução do ritmo de andamento do consumo privado, do consumo público e do investimento.

Na área Euro a atividade económica registou, em 2019, um acréscimo do PIB de + 1,2% (sendo de + 1,5% na União Europeia) face aos +1,9% registados em 2018 e + 2,4% em 2017. Persistiram, à semelhança do já verificado em anos anteriores, diferenças substanciais de comportamento entre os países da área Euro, com economias a registarem acréscimos superiores à média, como sejam Irlanda (+ 5,7%), Malta (+ 4,5%), Lituânia (+ 3,9%), Estónia (+ 3,8%), Chipre (+ 3,2%), Luxemburgo (+ 2,7%), Eslovénia (+ 2,5%), Eslováquia (+ 2,3%), Grécia (+ 2,2%), Letónia (+ 2,1%), Portugal (+ 2,0%), Espanha (+ 2,0), Holanda (+ 1,7%), Áustria (+ 1,6%), Finlândia (+ 1,6%) e a França (+ 1,2%). Os restantes países apresentaram variações inferiores à média, menos intensas na Bélgica (+ 1,4%) e mais significativas na Alemanha (+ 0,6%) e na Itália (+ 0,2%).

Nos países da União Europeia fora da área Euro registaram-se, também, comportamentos diferenciados, com acréscimos superiores à média, mais expressivos na Hungria (+ 4,9%), na Polónia (+ 4,0%), na Roménia (+ 3,9%) e na Bulgária (+ 3,7%), seguidos de crescimentos menos acentuados na Croácia (+ 3,0%), na Checoslováquia (+ 2,5%) e na Dinamarca (+ 2,1%). O Reino Unido (+ 1,3%) e a Suécia (+ 1,2%) registaram variações do PIB inferiores à média da União Europeia.

Handwritten marks: a blue scribble at the top right, and a blue signature or scribble at the bottom right.

As perspetivas de evolução do ritmo de crescimento na área Euro estão negativamente condicionadas pelo excessivo nível de endividamento de alguns países da União Europeia, pela manutenção de uma elevada taxa de desemprego, pela necessidade de promover a consolidação das finanças públicas face às exigências dos mercados financeiros relacionadas com as dívidas soberanas, e pelas fracas expectativas de retoma dos preços, a que acrescem as incertezas das tensões comerciais da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Neste contexto as previsões mais recentes assinalam, para 2020 e 2021, uma variação média anual do PIB de + 1,2% em ambos os anos, suportada em 2020 principalmente pelo aumento das exportações (+ 2,1%) e do investimento (+ 2,0%) e em menor escala do consumo público (+ 1,5%), e em 2021 pela conjugação da subida das exportações (+ 2,3%) e do investimento (+ 1,9%) e também do consumo público (+ 1,3%).

2.2. A economia portuguesa

A *economia Portuguesa* apresentou, em 2019, um crescimento do PIB de + 2,0%, face aos + 2,4% registados em 2018 e + 2,8% em 2017. Este comportamento ficou a dever-se, principalmente, ao crescimento do investimento (+ 7,3% em 2019 face a + 5,8% em 2018), acompanhado por variações positivas, embora menos intensas que no ano anterior, das exportações (+ 2,8% em 2019 face a + 3,8% em 2018), do consumo privado (+ 2,3% em 2019 face aos + 3,1% de 2018) e do consumo público (+ 0,5% em 2019, face aos + 0,9% de 2018) e por uma redução do ritmo de crescimento das importações (+ 5,4% em 2019 face aos + 5,8% de 2018).

A taxa média de inflação situou-se em + 0,3% (face a + 1,2% em 2018), abaixo da média da *área euro* (+ 1,2%). As previsões atuais assinalam um aumento da taxa média de inflação em 2020 (+ 0,9%) e em 2021 (+ 1,2%).

A taxa de desemprego diminuiu para + 6,3%, inferior aos + 7,0% registados em 2018 e aos + 8,9% de 2017, abaixo da taxa da *área Euro* (+ 7,6%), prevendo-se, de acordo com estimativas do Banco de Portugal, um decréscimo para + 5,9% em 2020 e para + 5,6% em 2021.

As últimas projeções do Banco de Portugal para a economia portuguesa apontam para uma ligeira desaceleração do crescimento da atividade económica em 2020 (+ 1,7%) e em 2021 (+ 1,6%), influenciada em 2020 pelo comportamento menos positivo do investimento (+ 5,4%) e das exportações (+ 2,6%), acompanhado por um moderado acréscimo do consumo privado (+ 2,1%) e do consumo público (+ 0,8%) e em 2021 pela desaceleração do investimento (+ 4,8%) e por um ligeiro acréscimo das exportações (+ 2,8%).

Estas perspetivas de evolução apresentam um elevado grau de incerteza decorrente tanto da dimensão da recuperação económica mundial e da Europa em particular, que suporte as estimativas das exportações e do investimento principalmente em 2020, como da necessidade de manter políticas de rigor na consolidação orçamental para cumprir os objetivos do défice e da dívida definidos para 2020 e 2021 no quadro do Tratado sobre a Estabilidade, Governação e Coordenação na União Económica e Monetária. Acrescem, ainda, o risco resultante do impacto do processo de “desalavancagem” do setor bancário nas condições de financiamento da economia, que poderá traduzir-se numa acrescida moderação na política de concessão de crédito com os consequentes reflexos no investimento e no consumo e as incertezas dos reflexos económicos da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*).

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em (%)										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (*)	2020 (*)	2021 (*)
Consumo Privado	-3,8	-5,5	-1,2	2,3	2,3	2,6	2,1	3,1	2,3	2,1	1,9
Consumo Público	-4,3	-3,3	-2,0	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,9	0,5	0,8	0,8
Investimento	-10,7	-16,5	-5,1	2,3	5,8	2,5	11,5	5,8	7,3	5,4	4,8
Exportações bens e serviços	7,2	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4	8,4	3,8	2,8	2,6	2,8
Importação de bens e serviços	-5,9	-6,3	4,7	7,8	8,5	5,0	8,1	5,8	5,4	4,6	4,2
Produto Interno Bruto (PIB)	-1,6	-4,0	-1,1	0,9	1,8	2,0	3,5	2,4	2,0	1,7	1,6
Inflação	+3,7	+2,8	+0,3	-0,3	+0,4	+0,6	+1,6	+1,2	+0,3	+0,9	+1,2

(*) últimas estimativas disponíveis

Fonte: dados recolhidos junto do FMI, World Bank, Banco de Portugal, INE e Comissão Europeia

2.3. Envolvente sectorial

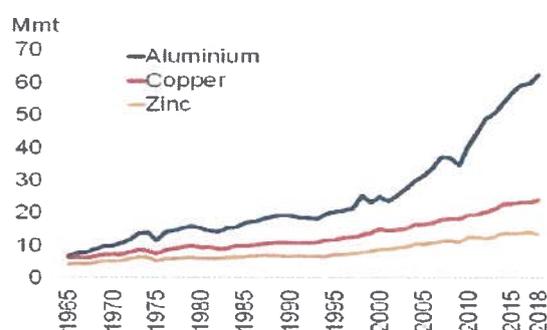
Quase todos os principais índices de preços das “commodities” caíram no terceiro trimestre de 2019, liderados pela energia que recuou mais de 8%, sob influência das tensões comerciais e enfraquecimento no comércio global e nas indústrias que pesaram nos níveis da procura das “commodities”.

Os preços das “commodities” energéticas diminuíram mais de 8% (q/q) no 3º trimestre em qualquer dos 3 tipos: petróleo, carvão e gaz. Estima-se que os preços das “commodities” energéticas reduzam 15% em 2019 comparativamente com 2018 e continuem a decrescer em 2020. Prevê-se que a média dos preços do petróleo bruto seja de \$60 por barril (bbl) em 2019 (acima dos \$53 / bbl em 2018) e \$58 / bbl em 2020.

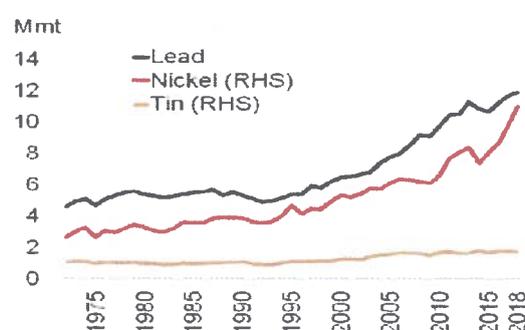
Por outro lado, os preços de metais e agrícolas (“commodities” não energéticas) também desceram no terceiro trimestre de 2019 (-9%), estimando-se no ano de 2019 um decréscimo de 5%, antes de estabilizarem em 2020, refletindo preocupações e incertezas quanto à evolução da procura e quanto às tensões comerciais.

Ainda que pouco estudado tem vindo, recentemente, a ser objeto de estudos o papel da “substituição e inovação” nos níveis da procura das “commodities” e consequentemente nos níveis de preços. Com efeito verifica-se, historicamente, que o consumo de recursos não renováveis aumentou nas últimas 2 décadas principalmente como resultado do forte crescimento dos mercados emergentes e dos países desenvolvidos, nomeadamente a China. O crescimento foi mais pronunciado nos **metais** onde o consumo aumentou 150% durante esse período, como se evidencia no gráfico seguinte:

C. Aluminum, copper, zinc consumption



D. Lead, nickel, tin consumption



Source: BP Statistical Review, World Bank, World Bureau of Metal Statistics.

Este crescimento foi liderado pela China cuja quota no consumo de metais alcançou 50% em 2015 comparado com 10% 2 décadas antes.

Como em anteriores períodos de desenvolvimento acelerado os elevados preços das “Commodities” induzem investimento e inovação do lado da oferta, assim como ganhos de eficiência, substituição e redução de consumos do lado da procura. Estes comportamentos refletiram-se na descida dos preços e justificam a atualidade do tema de “*Substituição e Inovação*” no mercado das “Commodities”, a que acrescem as mais recentes preocupações ambientais muito influenciadas pelas consequências das alterações climáticas.

METALS AND MINERALS

O Índice de Preços de Metais e Minerais do Banco Mundial decresceu 1,8% no terceiro trimestre de 2019 (q/q), depois de crescimentos em 2 trimestres sucessivos, refletindo o enfraquecimento da procura industrial global, o colapso nas negociações comerciais entre a china e os EUA e o recuo das preocupações com os fornecimentos.

Estima-se que os preços dos metais desçam cerca de 1,4% em 2020, após uma descida de 5,2% em 2019, destacando-se, pelo impacto na indústria mineira nacional, as previsões de descida do preço do cobre em 2019 (-8%) seguida de uma subida em 2020 (+2,3%) e a previsão da forte queda do preço do zinco em 2019 (-12,1%) seguida de nova queda em 2020 (-4,7%).

Embora se estime que os preços permaneçam globalmente inalterados em 2019, existem incertezas decorrentes das previsões que incluem uma procura mais robusta da China resultante de medidas fiscais e de estímulo monetário e reduções na oferta devido a políticas ambientais mais rigorosas, a que acrescem os potenciais impactos negativos do agravamento das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China.

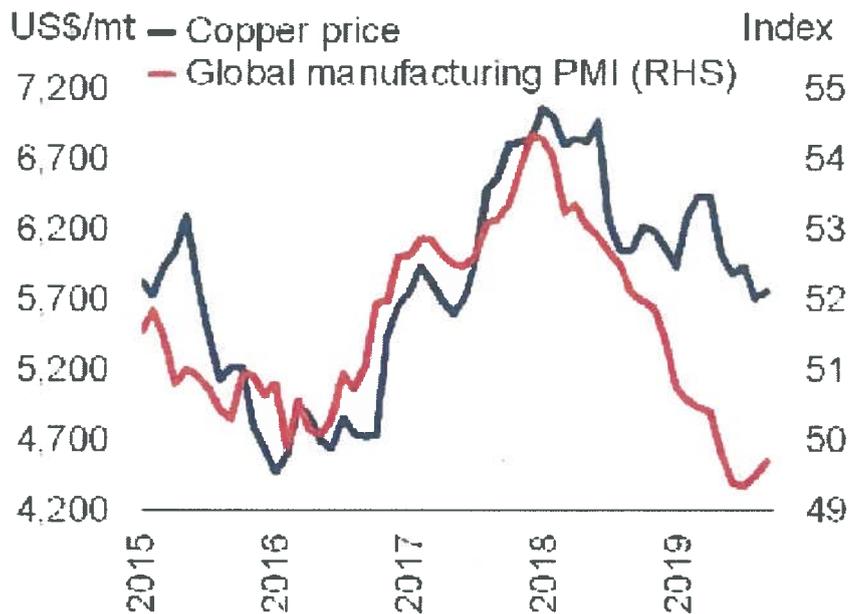
Estas previsões estão sujeitas a vários riscos com tendência negativa, como sejam

M



uma mais intensa descida da procura industrial, assim como uma redução de estímulos fiscais na China.

A. Copper prices and global manufacturing PMI



Source: world Bank (Commodity Markets outlook-Out 2019)
 Note: Last observation is September 2019

Índice de evolução anual da cotação dos Metals and Minerals

PRECIOUS METALS

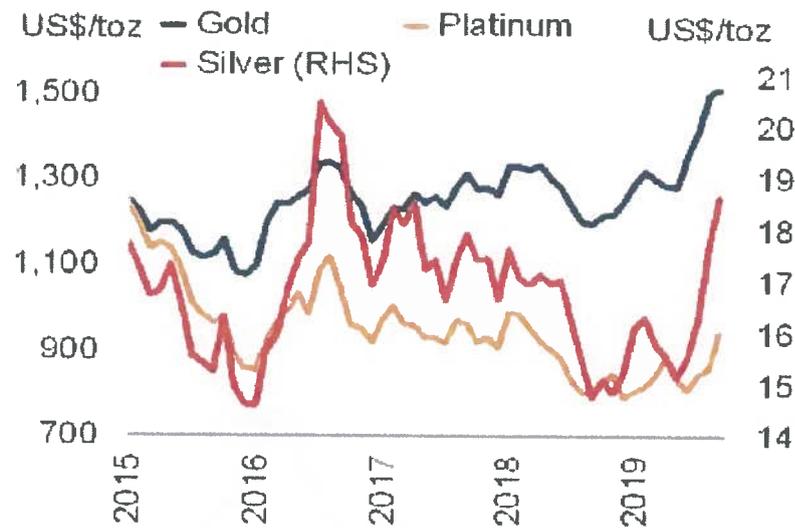
O Índice de Preços de Metais Preciosos do Banco Mundial cresceu 12,9% no terceiro trimestre de 2019 (q/q), refletindo os cortes na taxa de juro da U\$ Federal Reserve, um aumento da incerteza global da política monetária e uma elevada procura física.

Antecipa-se a continuação da tendência ascendente e subida de 5,6% em 2020, na sequência de um crescimento de 8,3% em 2019.

Estas previsões estão sujeitas a vários riscos com tendência negativa, como seja designadamente um fortalecimento do U\$ dollar.

Handwritten notes and signatures in blue ink.

A. Precious metals prices



Source: world Bank (Commodity Markets outlook-Out 2018)
Note: Last observation is September 2018

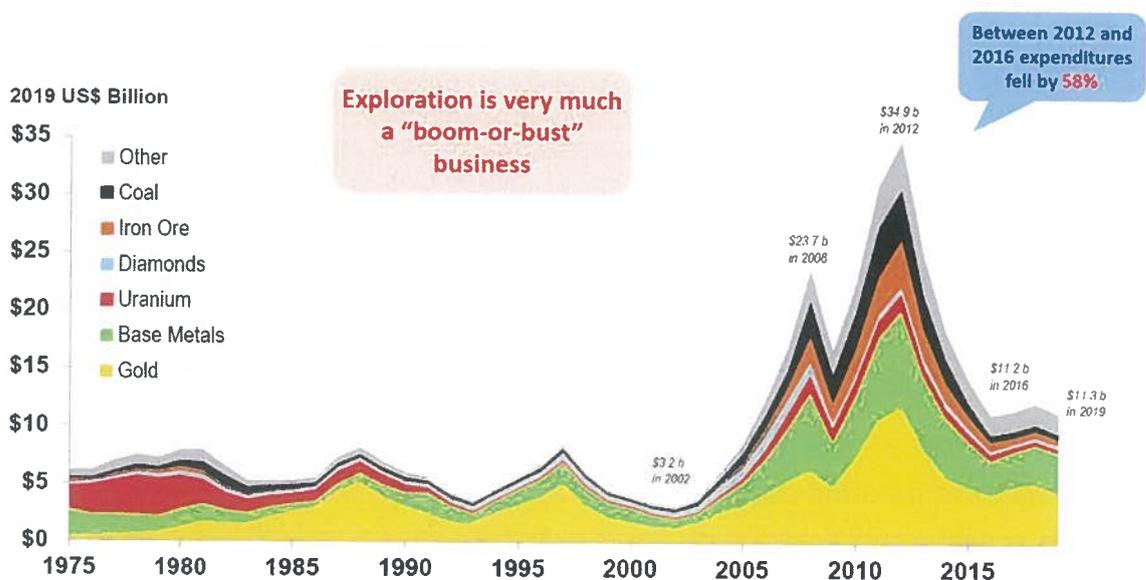
Índice de evolução dos metais preciosos

INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA

O investimento em Prospeção e Pesquisa aumentou de U\$11,2 bilhões em 2018 para U\$11,3 bilhões em 2019, o que representa, ainda, cerca de menos 57% que o pico de 2012 (U\$31 bilhões).

Historical and forecast exploration expenditures by Commodity

Mineral exploration – World : 1975-2019

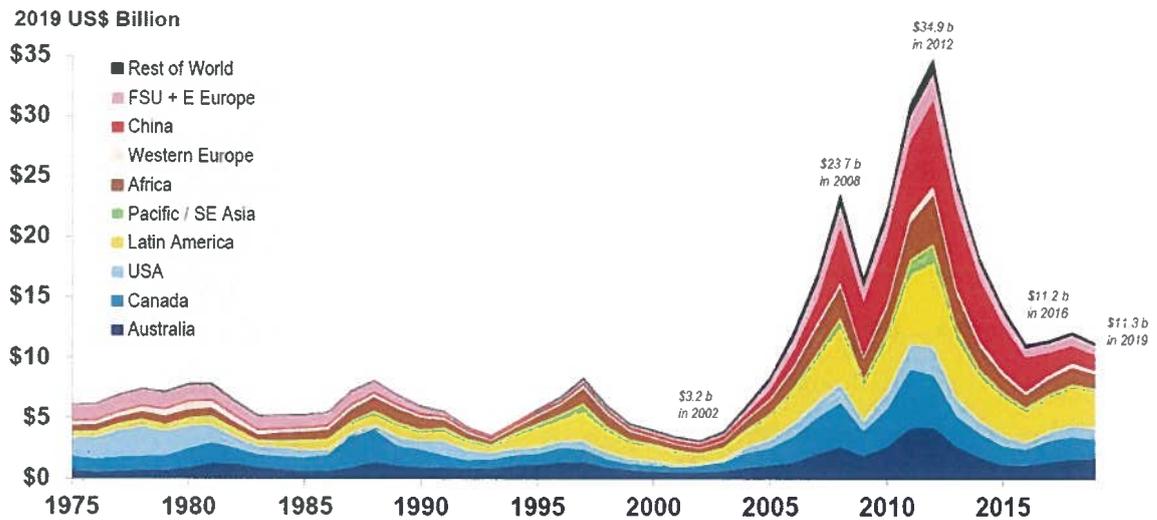


Sources: MinEx Consulting estimates based on data from ABS, NRCan, MNR (China) and S&P

Por regiões as despesas de investimento em Prospecção e Pesquisa está evidenciado no gráfico seguinte, onde se destaca a América Latina, o Canadá e a Austrália.

Historical and forecast exploration expenditures by Region

Mineral exploration – World : 1975-2025



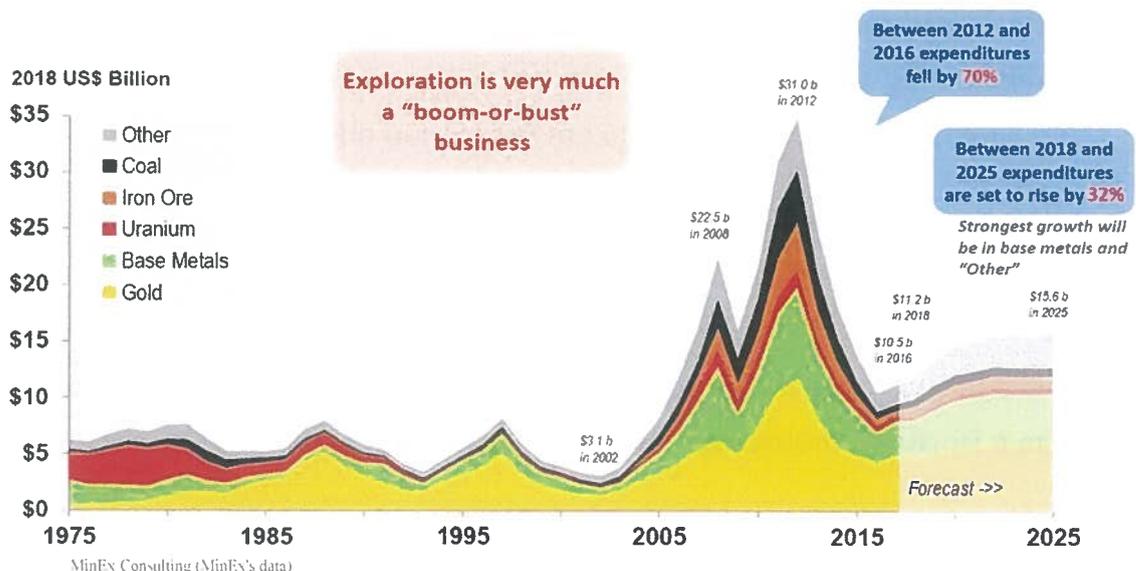
Note: Includes expenditures on non-bulk and bulk mineral (i.e. bauxite, coal, and iron ore) exploration

Sources: MinEx Consulting estimates based on data from ABS, NRCAN, MNR (China) and S&P

Mantêm-se as previsões de continuação do crescimento como se evidencia no gráfico seguinte, com cerca de U\$15,6 bilhões em 2025, com preponderância do *Ouro e Metais Básicos*.

Historical and forecast exploration expenditures by Commodity

Mineral exploration – World : 1975-2025



MinEx Consulting (MinEx's data)

Em termos de principais destaques da atividade mundial de Prospeção e Pesquisa refere-se o seguinte:

- *Montante e localização das recentes descobertas:*
 - Em 2019 foram despendidos U\$11,3 bilhões;
 - Foram efetuadas 1070 descobertas na última década, mas só 19 foram Tier1 (World Class);
 - 4 foram descobertas na China, 4 na Austrália, 3 em África, 2 no Canadá, 2 nos USA, 2 Pacific SE Asia;

- *Tendências no número, dimensão e qualidade das descobertas:*
 - O ouro continua o principal foco;
 - Parece haver uma queda na dimensão e na qualidade das descobertas.
 - Está a ficar mais difícil encontrar um depósito de Tier 1(World Class).
 - O número de descobertas feito a cada ano tem aumentado lentamente ao longo do tempo.

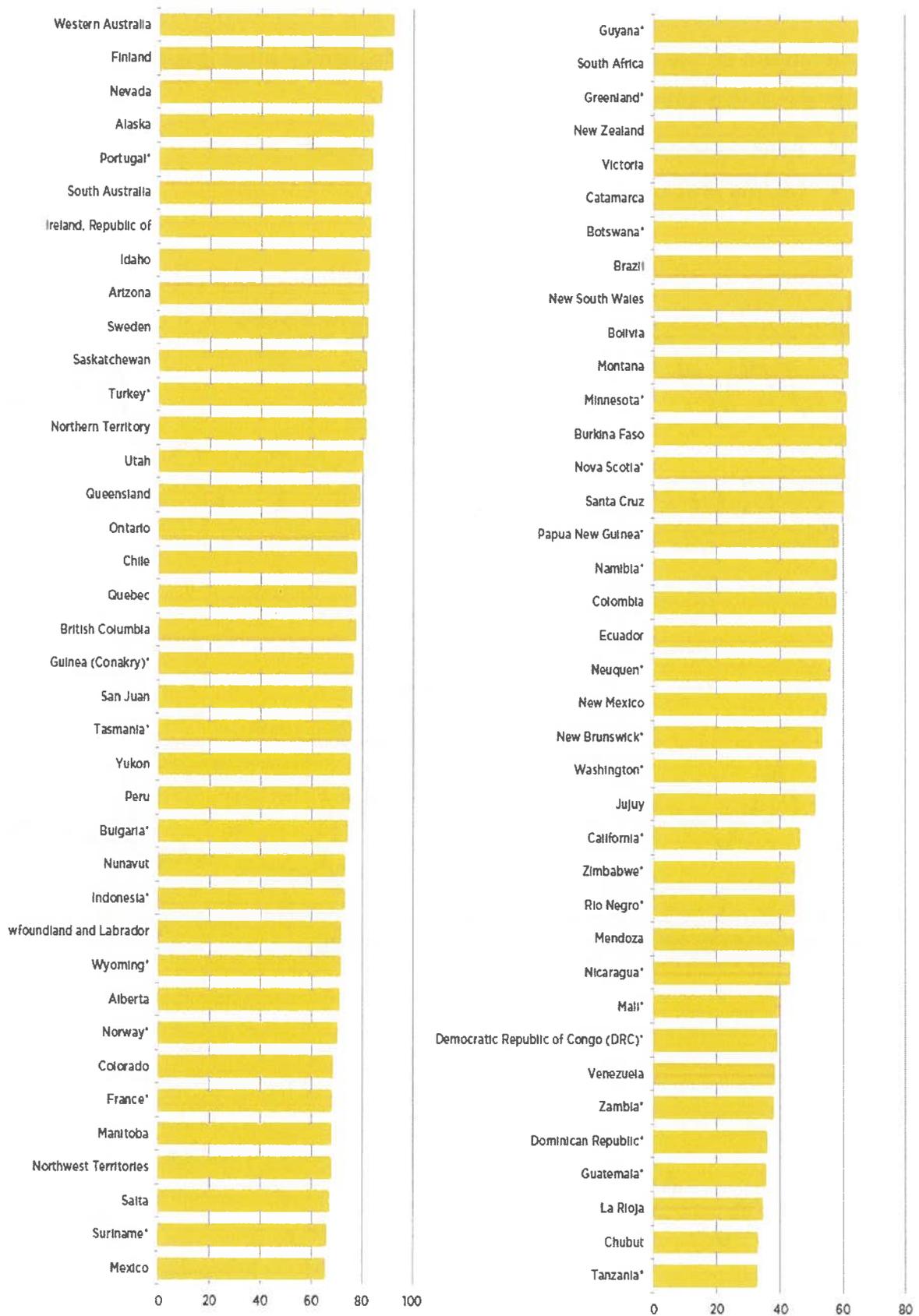
- *Quem faz as descobertas*
 - As descobertas costumavam ser lideradas pelas “Majors” (Grandes e Médias Empresas).
 - Mas atualmente os exploradores “JUNIORS” representam 63% de todas as descobertas (por número).

Finalmente uma referência ao estudo, recentemente publicado, do FRASER INSTITUTE que anualmente analisa como os “prêmios/compensações” e outros componentes de política pública mineira tais como os impostos e a incerteza regulatória afetam o investimento em Prospeção e Pesquisa.

A principal jurisdição do mundo para investimentos com base no “Índice de Atratividade de Investimentos” é a Austrália Ocidental, que subiu do 2º lugar em 2018. A Finlândia passou para o 2º lugar após 17º lugar no ano anterior. A Nevada caiu duas posições de 1 em 2018 para 3 em 2019. O Alasca ficou em 4º lugar este ano, e **Portugal melhorou de 46º em 2018 para 5º em 2019.**



Figure 3: Investment Attractiveness Index



* Between 5 and 9 responses

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Apresentam-se, de seguida, as cotações nos últimos anos dos principais minérios com relevância para o setor em Portugal:

- Metais básicos: cobre, zinco, estanho e ferro;
- Metais preciosos: ouro e prata.

Copper



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2019.

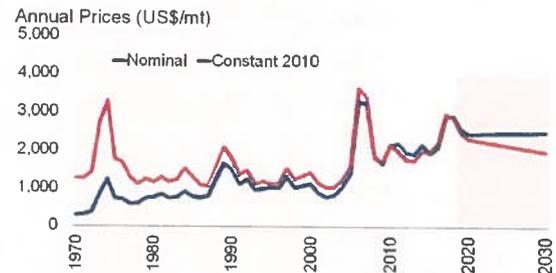


Source: World Bank.
Note: 2019-30 are forecasts.

Zinc

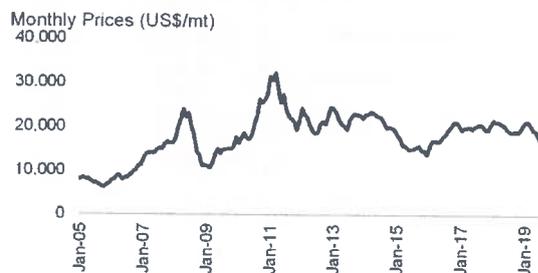


Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2019.

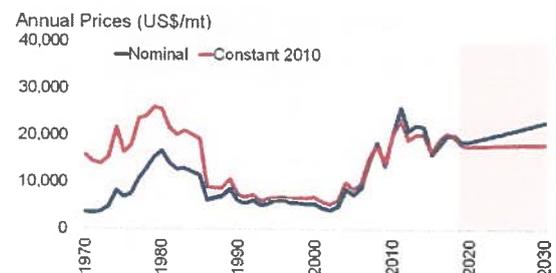


Source: World Bank.
Note: 2019-30 are forecasts.

Tin

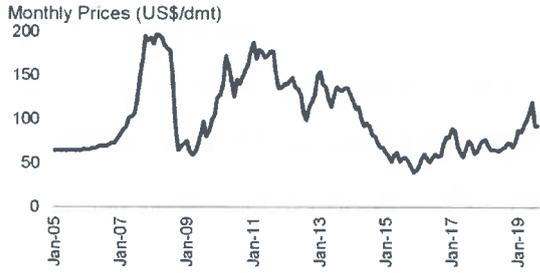


Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2019.

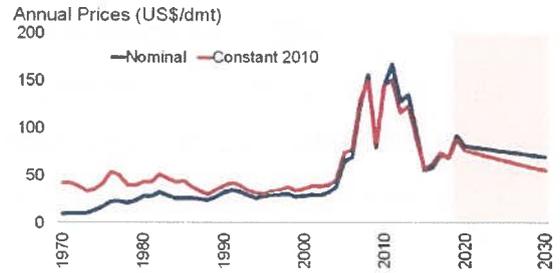


Source: World Bank.
Note: 2019-30 are forecasts.

Iron Ore



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2019.

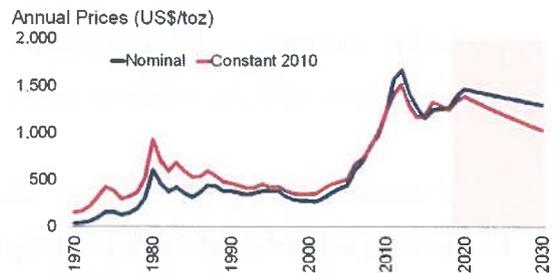


Source: World Bank.
Note: 2019-30 are forecasts.

Gold



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2019.

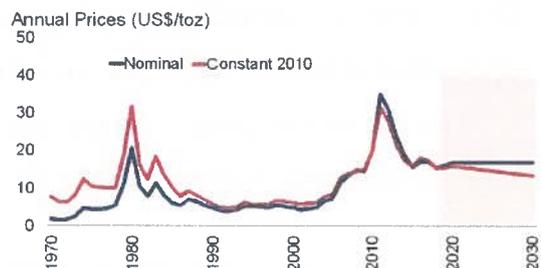


Source: World Bank.
Note: 2019-30 are forecasts.

Silver



Source: See World Bank Commodities Price Data.
Note: Last observation is September 2019.



Source: World Bank.
Note: 2019-30 are forecasts.

Handwritten initials and marks in the bottom right corner.

3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O presente relatório é apresentado pelo Conselho de Administração da EDM em funções, integrando o Presidente e um Vogal, eleitos na sessão da assembleia geral de 10 de maio de 2019, tendo ambos transitado do mandato anterior, e um Vogal eleito através de deliberação social unânime por escrito de 27 de janeiro de 2020.

Tendo a EDM completado 50 anos de **atividade no setor mineiro em 2016** (com a conseqüente internalização de competências associadas), é natural que tenha estado (e esteve) envolvida em projetos em todas as fases antes referidas, com destaque para a fase de exploração da mina de Neves Corvo da SOMINCOR (mina de classe mundial), na qual participou desde a fase de pesquisa e prospeção que conduziu à descoberta da mina em 1977 até à fase de exploração que se iniciou em 1989, ou seja 12 anos depois, o que constitui o “horizonte” normal de arranque da produção no setor mineiro que convém ter sempre presente.

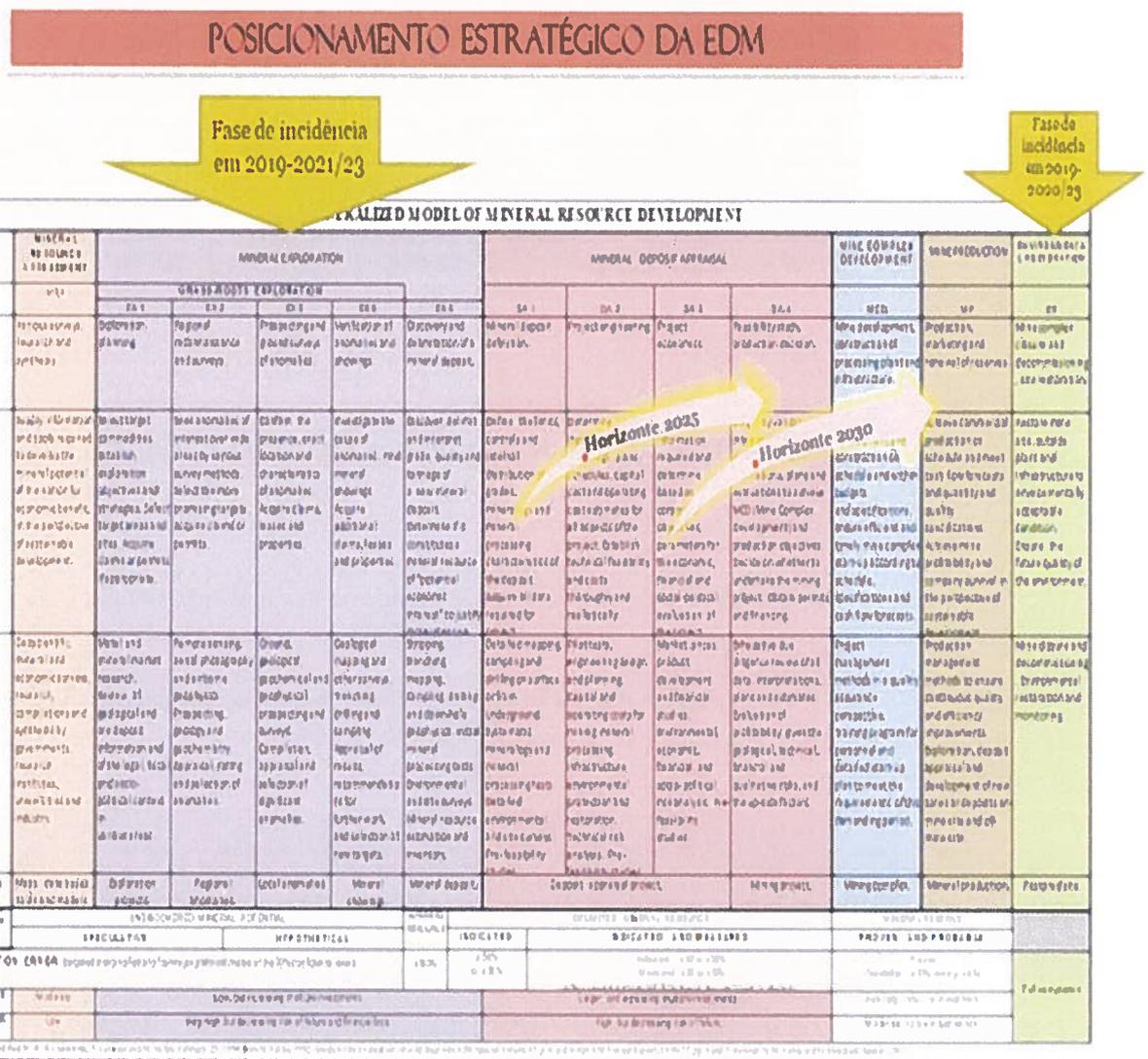
Simultaneamente nos últimos 20 anos a EDM desenvolveu **trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas** realizados como concessionária do Estado, em exclusivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho. A ação da EDM neste domínio, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, e pelo contrato de concessão, tem por base a identificação inicial no território continental de 175 antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, mais recentemente atualizadas para 199. O contrato de concessão celebrado em 5 de setembro de 2001 por um período de 10 anos, viria, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2011, a ser renovado em 22 de dezembro daquele ano, por um período de 4 anos, e por RCM n.º 81/2015, novamente renovado por 7 anos até dezembro de 2022, cuja minuta da renovação foi aprovada pela RCM n.º 26/2017.

Tendo em consideração o enquadramento antes referido as orientações apresentadas na “Proposta do Contrato de Gestão para o mandato 2019-2021”, traduzem o seguinte “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da EDM, já considerado no ano de 2016:

a) No que respeita ao domínio dos **Recursos Mineiros**:

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2019-2021, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final)

na perspectiva de se envolver no “**HORIZONTE 2025**” em fases de avaliação de viabilidade e no “**HORIZONTE 2030**” em fases de produção.



b) No que respeita ao domínio da *Remediação Ambiental*:

assegurar a realização dos projetos de reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, maximizando, tanto quanto possível, o aproveitamento dos fundos estruturais do PORTUGAL 2020 e PORTUGAL 2030

na perspetiva de no "**HORIZONTE 2022/23**" ter concluído a eliminação dos fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas e a reabilitação da envolvente paisagística das principais 199 áreas identificadas.



ETAM Barragem Nova da Urgeiriça

c) No que respeita à *Modernização e Sustentabilidade* da empresa:

Diversificar áreas de negócio aproveitando as competências da empresa nos domínios da prospeção e pesquisa de recursos mineiros e da reabilitação ambiental das áreas mineiras

na perspetiva de a médio e longo prazo garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa;



Solar Park Beerwalde, Ronneburg, 2012 (Antiga mina de urânio)

Das atividades operacionais desenvolvidas, descritas em termos detalhados no capítulo 4 deste RELATÓRIO E CONTAS, destaca-se em termos sintéticos o seguinte:

– **Relativamente ao domínio dos RECURSOS MINEIROS:**

- Deu-se continuidade aos 2 únicos projetos autónomos de prospeção e pesquisa da empresa - ESCÁDIA GRANDE e ROSÁRIO;
- Dado o potencial associado à área do ROSÁRIO, a exigir investimentos de maior complexidade, concretizou-se em 11 de junho a sua transmissão para o consórcio com a ESANMET;
- Procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria
 - designadamente com a ESAN, envolvendo as áreas de MONTE das MESAS, ALCÁCER e S. PEDRO das CABEÇAS;
 - e com a REDCORP no que respeita à área de LAGOA SALGADA que conduziu a que em 23/4/2019 tenha sido pedida a concessão da exploração;
- Celebrou-se em 8 de outubro de 2019 o contrato de prospeção e pesquisa de ARGOZELO, que dá continuidade ao projeto;
- Retomou-se o acompanhamento do projeto do GAVIÃO, em parceria com a ALMINA, assegurando-se a realização de uma campanha de sondagens adicionais necessárias à avaliação do jazigo;
- Acompanhou-se o projeto da SEMBLANA, no quadro do Acordo de Parceria com a SOMINCOR;
- Concretizou-se a presença no PDAC 2019, em Toronto, Canada, com um stand próprio em articulação com a DGEG e programou-se a participação no PDAC 2020;
- E procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar em 2020, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA.

– **Relativamente ao domínio da RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**, e na sequência da concretização da segunda renovação, por mais sete anos, do contrato de concessão, em exclusivo, para a recuperação

ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de setembro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2017, de 12 de janeiro, que reafirma o empenho do Governo Português no prosseguimento do objeto da concessão, tal como definida no decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, prosseguiu-se em 2019 a procura do financiamento comunitário, forma de conseguir concretizar as obras e intervenções previstas na concessão, destacando-se as seguintes realizações:

- Acelerou-se a execução das candidaturas aprovadas no POSEUR;
- Desenvolveram-se as ações relativas ao projeto da “URGEIRIÇA-fase final”;
- Procedeu-se à consignação da obra da FASE 2 do projeto de “S. DOMINGOS” que, associado à FASE 1 já concluída, permitirá a recuperação do sistema de canais das duas margens do vale da área mineira de S. DOMINGOS;
- Acelerou-se o desenvolvimento do projeto de reabilitação de “MONDEGO_SUL” que se estima esteja concluído no 1º trimestre de 2020;
- Contratou-se e iniciou-se o projeto da “QUINTA DO BISPO - FASE 1”;
- Prepararam-se os procedimentos para o concurso público dos projetos de “MORTÓRIOS”, “RIBEIRA DO BÔCO, PICOTO e CANTO DO LAGAR”, e “FASE COMPLEMENTAR de DESCONTAMINAÇÃO de SOLOS e ÁGUAS DE MINA na URGEIRIÇA, CUNHA BAIXA, BICA, VALE D'ARCA, VALE DA ABRUTIGA, PRADO VELHO, FREIXIOSA e CASTELEJO”;
- Prepararam-se projetos para um eventual novo 4º AVISO do POSEUR que, entretanto, ainda não foi concretizado;
- Dinamizou-se uma estratégia de concretização de ACORDOS DE PARCERIA com os Municípios onde se efetuaram intervenções de remediação ambiental;
- Desenvolveram-se diversas AÇÕES DE SEGURANÇA para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações;
- Concluiu-se uma intervenção excepcional de extinção de focos de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão do PEJÃO-GERMUNDE, decorrente dos incêndios de outubro de 2017;



- Manteve-se o acompanhamento das ações do ROTEIRO DE MINAS desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e 38 Parceiros;
- No âmbito do **PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA** aprovado pela RCM nº 50/2019:
- Procedeu-se à operacionalização da intervenção da EDM prevista na RCM nº50/2019 de 5 de março, através da implementação dos procedimentos contratuais de reforço da estrutura da EDM e da celebração de um “*Protocolo de Colaboração com o Fundo Ambiental e a DGEG*” que financia os custos associados às ações previstas na RCM;
 - Conclui-se a fase de **SINALIZAÇÃO NA ENVOLVENTE** das 150 pedreiras identificadas pela DGEG, operação que envolveu a necessidade de realização de Planos de Sinalização e sua submissão à aprovação das entidades gestoras das vias de comunicação (39 Autarquias e IP, SA) e a colocação de 1253 sinais, acrescidos de 2931 m lineares de sinalização na forma de marcações;
 - Deu-se início aos procedimentos relacionados com as vertentes de
 - **SINALÉTICA** de perigo no interior das pedreiras e colocação da respetiva **VEDAÇÃO** nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019;
 - e de realização de **ESTUDOS PRÉVIOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO** que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, também nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019.
- Relativamente às ações de **modernização e sustentabilidade** da empresa visando a aplicação das modernas técnicas de gestão, sublinham-se os seguintes aspetos principais:
- O prosseguimento da atualização do “site”, substituído em 2016, tornando-o mais atrativo, informativo e amigável;
 - o reforço das ações de arquivo documental com suporte eletrónico;
 - e o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso

dos solos, a avaliação do radão nos edifícios;

No que se refere ao **cumprimento das orientações legais** apresenta-se no capítulo 7 deste relatório uma descrição desenvolvida de acordo com os parâmetros pré-definidos pelo acionista. Destaca-se:

- que, apesar de ainda não ter sido aprovada a “Proposta de Contratos de Gestão” para o mandato, o Conselho de Administração monitorizou os objetivos/metapropostas que foram alcançados como se comprova no quadro apresentado no capítulo 7.1;
- que a EDM assegurou o cumprimento das orientações setoriais da tutela, como se confirma pelas ações desenvolvidas descritas no capítulo 4;
- e que a EDM deu cumprimento aos deveres de informação previstos nas orientações aplicáveis através de reportes sistemáticos à DGTF como igualmente se descreve no capítulo 7.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional**, comparando com a versão do “PAO_2019 Ajustado” apresentado em agosto de 2019, destaca-se o seguinte:

- Fornecimentos e Serviços Externos acima da previsão orçamental (3,6%);
- Gastos com pessoal inferiores em 3,5% relativamente ao previsto no orçamento ajustado registando-se a não contratação dos 5 técnicos propostos e o facto do Conselho de Administração se ter mantido com 2 membros durante o exercício;
- Resultados Líquidos positivos de €419.387,30 inferiores ao previsto no “PAO_2019 Ajustado” de agosto de 2019;

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.1. No domínio dos recursos mineiros

A atividade da EDM no domínio dos recursos mineiros durante 2019 foi marcada pelo desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa nas áreas contratadas, no sentido de valorizar os diversos sectores em que foi identificado potencial mineiro.

A não concretização pela Direção Geral de Energia e Geologia de concursos públicos para atribuição de áreas para prospeção e pesquisa, que era previsível serem lançados, impediu a execução dos seguintes projetos, a dinamizar em consórcio, previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2019:

- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de BARRIGÃO, nos concelhos de Almodôvar, Mértola, Alcoutim e Loulé;
- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de JALES/GRALHEIRA, no concelho de Vila Pouca de Aguiar;

Não foi igualmente concretizado outro projeto de prospeção e pesquisa previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2019:

- O projeto denominado DOURO SUPERIOR localizado nos concelhos de Vimioso, Mogadouro, Miranda do Douro, Alfandega da Fé, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta por estar condicionado pela libertação de áreas anteriormente atribuídas.

Para além dos 2 projetos autónomos a atividade da EDM incidiu no desenvolvimento dos projetos em CONSÓRCIO, com mais intensidade nos Consórcios com a ESANMET (áreas de Monte das mesas, Alcácer e S. Pedro das Cabeças e ainda Rosário), assim como nas parcerias com a Almina (Gavião) e com a Somincor (Semblana) e em menor escala no Consórcio da REDCORP (Lagoa Salgada).

4.1.1. Prospeção e Pesquisa

Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa

Portugal, contrariamente à perceção comum, é um país com uma longa tradição mineira e com uma variedade bastante abrangente de recursos geológicos e mais especificamente recursos mineiros. Esta longa tradição, que remonta à ocupação romana, foi desenvolvida em diversas fases, sendo que a última, porventura mais marcante, ocorreu a partir do início da II Guerra Mundial e terminou com a queda generalizada das cotações das matérias-primas ao longo da década de 80 do século XX.

Com o aumento generalizado do preço das matérias-primas ocorrido no início do século XXI, deu-se uma reativação da atividade em muitas zonas entretanto “esquecidas” pela maioria dos investidores mundiais. Naturalmente que a evolução da atividade de prospeção e pesquisa (“EXPLORATION”) tende a acompanhar os ciclos de evolução dos preços.

Uma dessas zonas de aumento da procura foi precisamente a Faixa Piritosa Ibérica (FPI), onde durante um longo período não se realizaram grandes investimentos em prospeção e pesquisa mineira e que subitamente foram um chamariz para um elevado número de empresas. Este aumento de procura registou-se também na parte espanhola da Faixa Piritosa Ibérica em que se verifica grande dinamismo, quer na prospeção e pesquisa, quer na exploração de sulfuretos maciços, como por exemplo a que levou à descoberta em 2013 do jazigo de La Magdalena (> 50 Mt com 2.04% de Cu, 2.19% de Zn, 34 g/t de Ag em recursos), a cerca de 8 km para este da Mina de Aguas Teñidas, detida pela MATSA, subsidiária do grupo Trafigura e o projeto de Rio Tinto, operado pela Atalaya Mining desde 2016 na zona da antiga mina (> 193Mt com 0.45% de Cu), que representam os desenvolvimentos mais recentes. Assinale-se ainda o desenvolvimento de outros grandes projetos em fase mais precoce, nomeadamente Sotiel, Los Frailes e Masa Valverde, todos situados na Faixa Piritosa Ibérica.

A análise dos investimentos em Prospeção e Pesquisa (EXPLORATION) por matérias primas não ferrosas a nível mundial, em que o cobre aparece como 2º



destino dos investimentos e o zinco em 3º, vem reforçar o interesse da FPI enquanto local de atração de investimento face às potencialidades reconhecidas dessa Faixa nesses minérios.

Neste enquadramento foram prosseguidas em 2019 as ações de avaliação do potencial nacional para prospeção e pesquisa concentradas na lista de matérias primas críticas para a União Europeia, e se traduz na disponibilidade de um portfólio de oportunidades que importa continuar a aprofundar numa lógica de promoção e atração do investimento internacional.

Argozelo

Em 2017 a EDM fez um pedido à DGEG para obtenção dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de estanho, tungsténio, ouro, prata, antimónio, cobre, zinco, chumbo e outros metais associados para uma área denominada **Argozelo II**, situada nos concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro. O contrato relativo ao novo pedido foi assinado dia 8 de outubro de 2019 e estende-se por um período de dois anos, com três anos de prorrogação opcional, que pode ser solicitada anualmente.

Dos 3 trabalhos de mestrado em Geologia Económica da Faculdade de Ciências de Lisboa, que foram acolhidos em 2018 pela EDM, e que estudaram diferentes aspetos da mineralização que ocorrem na área de Argozelo, um teve término em 2019 e os outros dois estão previstos terminar no início de 2020. Os resultados conhecidos dão excelentes indicações quanto às diferentes ocorrências minerais presentes e a sua proximidade às fontes graníticas que as geram. O investimento efetuado em 2019 foi de €14.411,21.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA

CONTRATO PARA ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS DE PROSPEÇÃO E PESQUISA DE DEPÓSITOS MINERAIS METÁLICOS DE ESTANHO, TUNGSTÊNIO, OURO, PRATA, ANTIMÓNIO, COBRE, ZINCO, CHUMBO E OUTROS METAIS ASSOCIADOS, COM O NÚMERO DE CADASTRO MN/PP/006/19 E COM A DENOMINAÇÃO DE "ARGOZELO II", NUMA ÁREA SITUADA NOS CONCELHOS DE BRAGANÇA, VIMIOSO E MIRANDA DO DOURO, À EDM - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, S.A.

DATA: 06 de outubro de 2019 --

LOCAL: Direção-Geral de Energia e Geologia, doravante designada por DGEG, sita na Avenida 5 de Outubro, n.º 206 (Edifício Santa Maria), 1069-203 Lisboa. --

PRIMEIRO OUTORGANTE: Estado Português, representado pela Senhora Dr.ª Maria Cristina Vieira Lourenço, Subdiretora-Geral da DGEG, em substituição do Diretor-Geral de Energia e Geologia, ao abrigo do n.º 1 do Despacho n.º 1925/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2019, no exercício das competências subdelegadas pelo Secretário de Estado da Energia, nos termos do n.º 1.2 do Despacho n.º 1106/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 22, de 31 de janeiro de 2019, doravante designado por ESTADO --

SEGUNDO OUTORGANTE: EDM -- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., com sede na Rua Sampaio e Pina, 1 -- 3.º D., 1070-248 Lisboa, com o Número de Identificação da Pessoa Coletiva 501 692

1

Contrato para atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de depósitos minerais de estanho, tungstênio, ouro, prata, antimônio, cobre, zinco, chumbo e outros metais associados para uma área denominada Argozelo II.

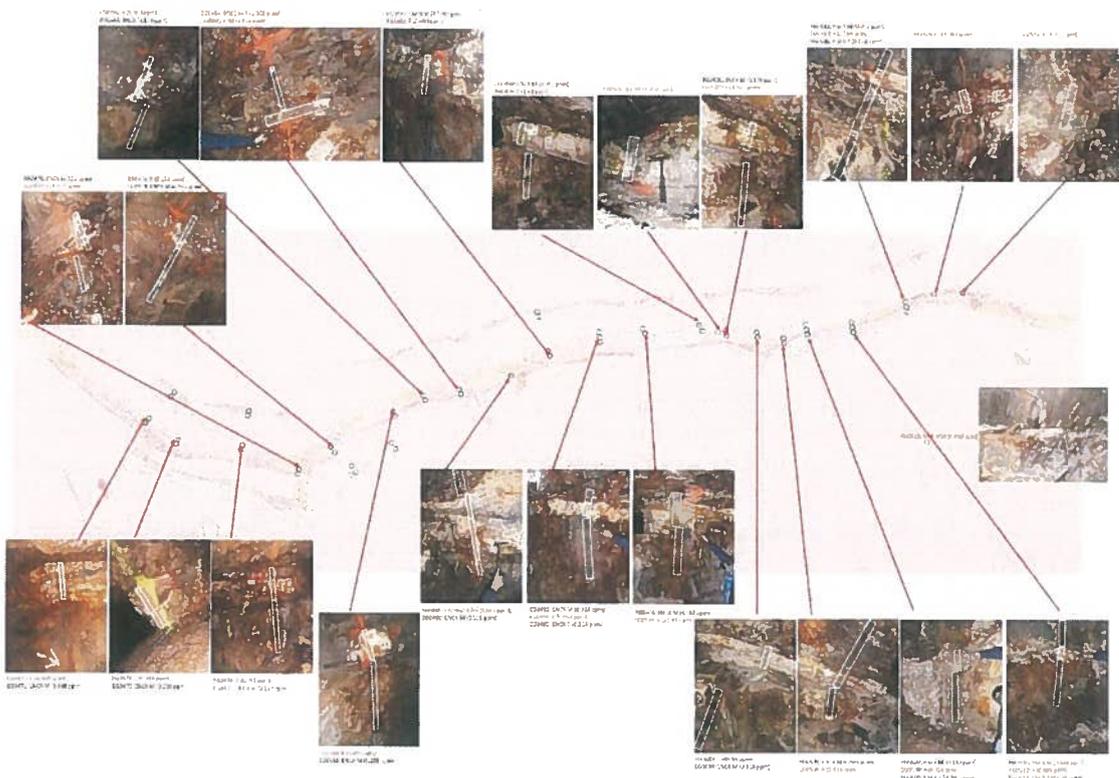
Escádia Grande

O contrato MN/PP/009/14 celebrado com a DGEG a 23 de setembro de 2014 atribuiu os direitos de prospeção e pesquisa de minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, antimónio e volfrâmio para uma área denominada **Escádia Grande**. Atualmente a área abrange os concelhos de Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra e 2019 foi o último ano de prorrogação.

Durante o ano de 2019 os trabalhos de prospeção e pesquisa realizaram-se ao nível das antigas galerias da Mina de Escádia Grande, através de uma campanha de amostragem sobre a estrutura mineralizada e do seu encaixante e de levantamentos de carácter estrutural. A amostragem produziu um total de 72 amostras divididas pelos três pisos acessíveis da mina: Piso 1 (4 amostras), Piso

855 (57 amostras) e Piso 835 (11 amostras). Verificou-se que a distribuição de teores em ouro é irregular ao longo da estrutura amostrada. Os levantamentos estruturais levam a crer que a instalação da estrutura amostrada, e anteriormente explorada, não é a verdadeira responsável pela mineralização, mas sim um evento posterior traduzido por falha, que afeta a estrutura principal que serve de armadilha para a precipitação do ouro.

Foi também dada continuidade à amostragem complementar dos testemunhos de sondagem antigas de Vale Pião, por forma a complementar os dados existentes, na tentativa de se compreender melhor a distribuição das mineralizações de ouro, estanho e tungstênio. Esta ação não foi ainda concluída devido a fatores externos à EDM.



Amostragem realizada na galeria principal do Piso 855 da Mina de Escadaria Grande

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '17' and a signature that appears to be 'ZB'.

Quanto aos principais resultados alcançados, estes reportam-se a:

- Reconhecimento da distribuição irregular dos teores auríferos ao longo das estruturas principais acessíveis em galeria;
- Reconhecimento do possível evento mineralizante principal e da sua posição espacial;
- Atualização dos teores das sondagens de Vale Pião através da amostragem complementar (ainda não terminada) que revela resultados interessantes para a presença de mineralização aurífera neste setor.

O contrato terminou a 23 de setembro de 2019, mantendo-se a necessidade de aprofundar os resultados obtidos através de um novo pedido de atribuição da área referente ao projeto que possibilite a respetiva avaliação, estratégia que foi contemplada no Plano de Atividades e orçamento para 2020. No ano de 2019, os investimentos realizados ascenderam a € 60.614,70.

Rosário

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA assinou a 23 de novembro de 2016, com o Estado Português, um contrato para obtenção dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados, da área do Rosário. O contrato tem um período inicial de três anos, sendo passível de duas prorrogações anuais. Em junho de 2019 a EDM assinou com a empresa ESANMET, Lda uma parceria para a prospeção e pesquisa da área do Rosário. Esta área revela-se de elevado potencial para descoberta de novas mineralizações de sulfuretos maciços na Faixa Piritosa Ibérica. A empresa ESANMET, Lda detém 65% da parceria enquanto a EDM detém 35%.

Esta área situa-se no sector central de uma das províncias metalogenéticas mais importantes do mundo de depósitos de sulfuretos maciços ricos em metais base, que é a Faixa Piritosa Ibérica (FPI). Esta área situa-se no Baixo Alentejo, nos concelhos de Castro Verde, Ourique, Almodôvar e Aljustrel, distrito de Beja. A área de prospeção e pesquisa tem uma orientação geral NW-SE, tendo no extremo SE a mina de Neves Corvo e no extremo NW a falha da Messejana. Conhecem-se nesta área inúmeras mineralizações de manganês que pela sua dimensão foram

motivo de exploração no passado. Outras pequenas ocorrências minerais de bário, chumbo e cobre também estão identificadas na área. No limite NW da área situa-se a mineralização de sulfuretos maciços do Montinho que foi explorada na primeira metade do século XX.

Em novembro de 2019 terminou o período inicial do contrato de prospeção e pesquisa da área do Rosário e de acordo com o definido no ponto 2 da cláusula Quarta do contrato, o consórcio efetuou o pedido para a 1ª prorrogação de um ano prevista no contrato, procedendo-se à redução da área em 10%, resultando em 180,403 km² de área total.

Durante o ano de 2019 os trabalhos desenvolvidos na área do Rosário foram:

- Continuação da compilação, análise e interpretação da documentação geológico-mineira e geofísica existente e sua integração num projeto informático ArcGIS/Geosoft.
- Reinterpretação e reprocessamento dos resultados dos dados geofísicos.
- Modelação geológica da área.
- Levantamento geo-eléctrico (perfis de resistividade) de detalhe na parte NW da área do Rosário – Zona da mina do Montinho.
- Início de uma campanha de sondagens de aproximadamente 5000 metros, de acordo com o ranking de anomalias definidas.

A condução destes trabalhos demonstrou que existem sectores da área que ainda têm potencial para novas intersecções de mineralização, razão pela qual o consórcio pretende continuar a desenvolver trabalhos de prospeção e pesquisa, com foco para a continuação da campanha de sondagens em curso, e geofísica de detalhe em áreas seleccionadas.

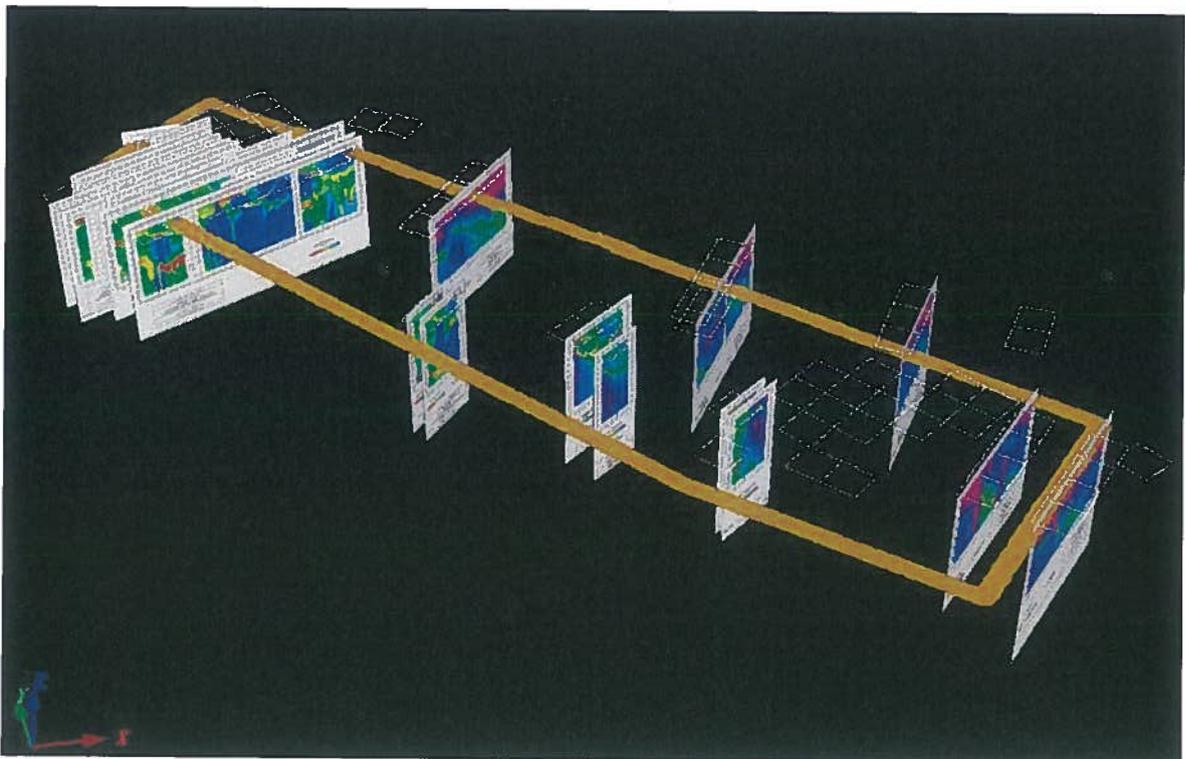
O consórcio considera que o potencial da área reside na continuação lateral das antigas ocorrências mineiras do Montinho e do Ferragudo, assim como outras anomalias evidenciadas na compilação de dados históricos, como a anomalia de Cerro Alto, Cabeço do Porco, Conceição, Fonte da Rata e Serro do lírio.

Os principais resultados obtidos, foram os seguintes:

- A compilação dos dados históricos de geofísica nomeadamente os levantamentos TEM ao solo, coincidem com carreamentos de baixo

ângulo que promovem a repetição da sequência lito-estratigráfica. Esta repetição sob escamas tectónicas, oculta horizontes potencialmente portadores das mineralizações hospedadas em formações vulcano-sedimentares. Os levantamentos geofísicos VTEM, materializam os carreamentos de baixo ângulo e zonas de xisto negro com pirite. Foi ainda efetuada uma reinterpretação de todos os dados geofísicos disponíveis, não resultando daí alvos específicos, mas sim zonas potenciais.

- Foi realizado um levantamento de polarização induzida/resistividades na zona da antiga mina do Montinho.
- Foram realizados 5181 metros de sondagem divididos por 10 sondagens, não havendo intersecção de sulfuretos maciços. Vários levantamentos eletromagnéticos foram realizados no interior das principais sondagens.



Representação 3D da área de prospecção e pesquisa do Rosário com a posição dos perfis TEM 2D.

No ano de 2019 os investimentos realizados pelo consórcio ascenderam a €733.615.

Handwritten blue ink scribbles and marks, including a large 'M' shape and some diagonal lines, located in the bottom right corner of the page.

Joint Venture ESAN/EDM (Monte das Mesas, Alcácer e São Pedro das Cabeças)

O “*Acordo de Desenvolvimento Conjunto*” entre a EDM e a ESAN, no qual se encontram abrangidas as áreas de Monte das Mesas, São Pedro das Cabeças e de Alcácer, ocorreu em fevereiro de 2016.

Deu-se continuidade aos trabalhos já desenvolvidos na área de Monte das Mesas e iniciar os trabalhos em Alcácer e São Pedro das Cabeças e para isso foram realizadas novas campanhas de sondagem, reconhecimentos cartográficos com amostragem para análise geoquímica, que estava de acordo com as obrigações contempladas no contrato de prospeção e pesquisa.



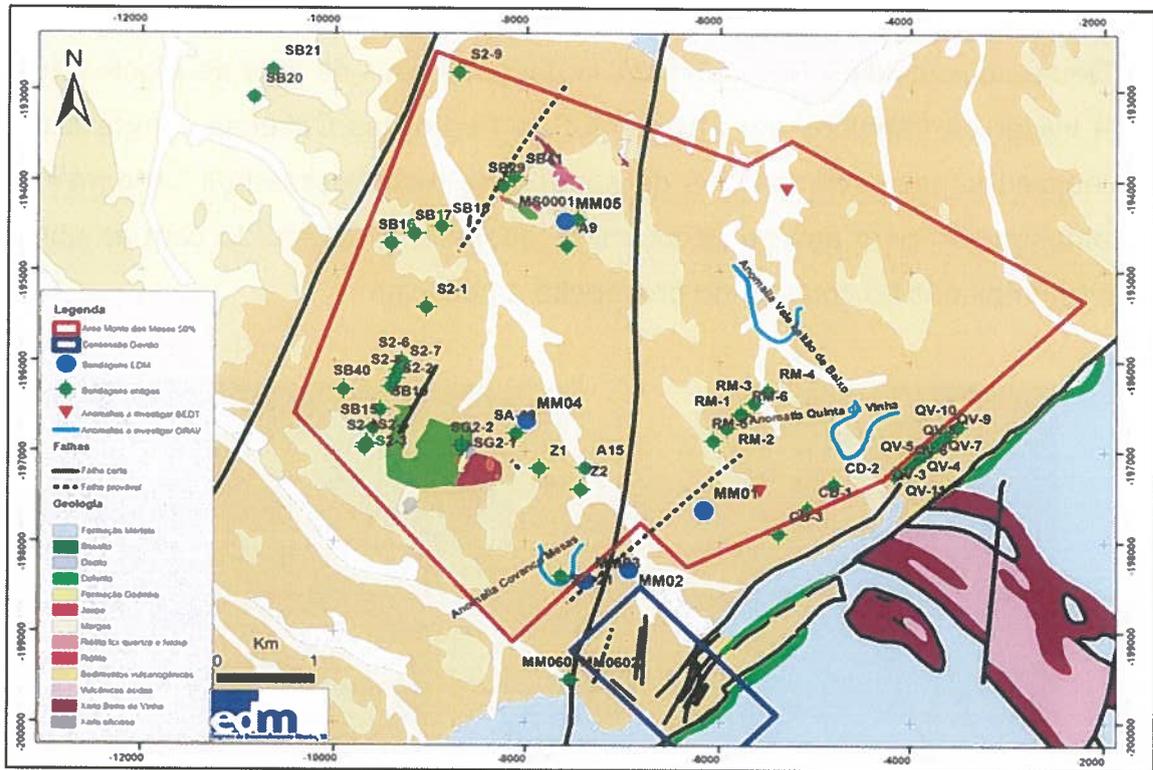
Trabalhos de campo com recurso ao equipamento de prospeção geofísica V-TEM aerotransportado

No âmbito do contrato realizado com a ESAN, a EDM dispõe de 15% deste consórcio.

O contrato de prospeção e pesquisa da **área de Monte das Mesas** celebrado em julho de 2012 com o Estado refere-se a uma área com 58,6 km², que foi prorrogada por mais 3 anos, até 5 de julho de 2020 e localiza-se a oeste de Aljustrel, na faixa Piritosa Ibérica e que visa, essencialmente, minerais de Cu, Pb e Zn. O enquadramento geoestrutural favorável à ocorrência de sulfuretos maciços polimetálicos, assim como a existência de anomalias geofísicas detetadas durante as várias campanhas de prospeção realizadas, levou a um aumento de interesse

M
28

nesta área, razão pela qual se pretendeu conhecer melhor a zona a NNW da concessão do Gavião e conseqüentemente, o seu potencial para existência de massas mineralizadas.



Geologia geral da área de Gavião-Monte das Mesas com a projeção da localização das sondagens e anomalias geofísicas.

Em 2019, foram realizados trabalhos de modelação geológica, amostragem para medição de pH e execução de trabalhos de sondagem que comportaram um valor de €158.188.

O contrato de prospeção e pesquisa, relativo à **área de Alcácer**, foi assinado a 23 de novembro de 2016 entre a ESANMET e o Estado Português. Trata-se de uma área com uma superfície de 344,33 km², localizada nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, distrito de Setúbal. A geologia de superfície que se observa nesta área é dominada por uma cobertura de sedimentos de idade terciária com espessura variável sobre rochas de idade paleozóica da Faixa Piritosa Ibérica (FPI). Esta área encontra-se a norte do jazigo da Lagoa Salgada, encerrando um potencial para a ocorrência de sulfuretos maciços na área.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

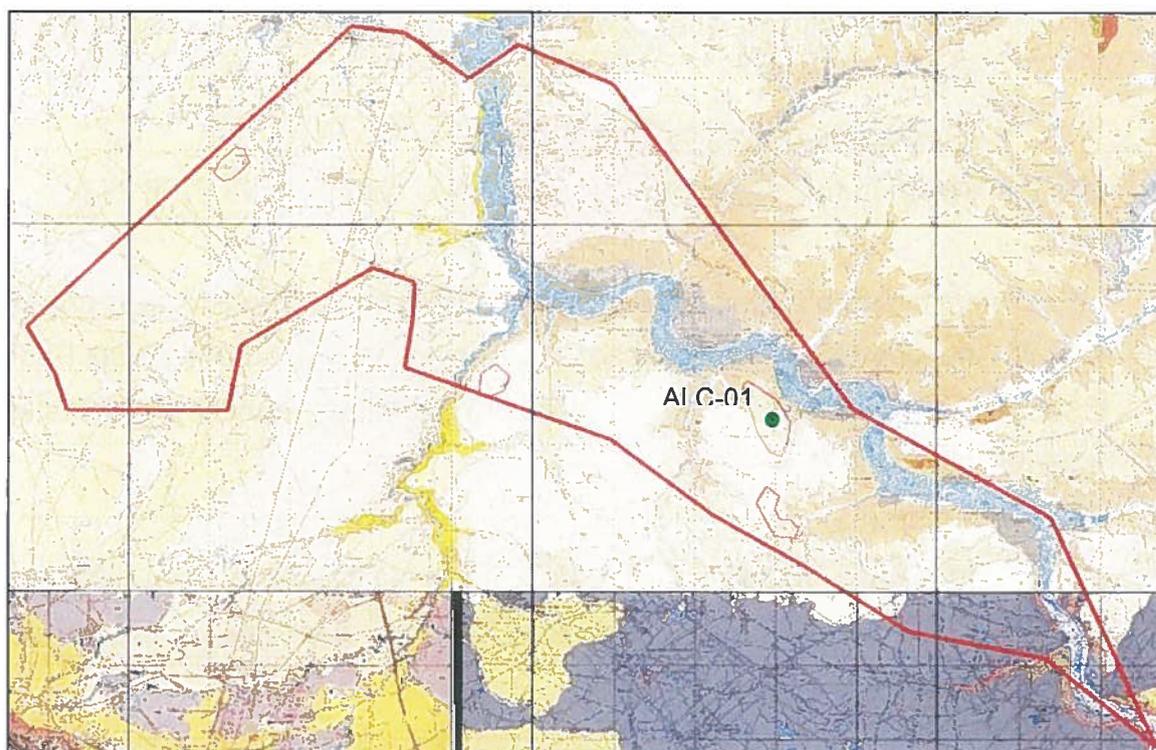
No ano de 2019 foram efetuados os seguintes trabalhos:

- Compilação de dados históricos;
- Reinterpretação e reprocessamento dos dados geofísicos obtidos (VTEM e Gravimetria);
- Reconhecimento no campo da expressão das anomalias evidenciadas pelos levantamentos geofísicos VTEM, assim como das “janelas” onde se observam rochas de idade Paleozóica, nomeadamente as janelas de Valverde e Barrosinha;

que resultaram num investimento de €152.198.

De referir, ainda que o consórcio Esanmet/EDM exerceu o pedido da 1ª prorrogação prevista no contrato de prospeção e pesquisa para a área de Alcácer e submeteu o respetivo plano de trabalhos mínimos e investimentos mínimos de 200.000 euros para esse período.

De acordo com o definido nos pontos 4 e 5 da Cláusula Quarta do contrato, procedeu-se à redução da área de prospeção e pesquisa em 50%, resultando numa área de **172,091 km²**.



Geologia geral da área de Alcácer com a projeção da localização da sondagem ALC-01 e anomalias geofísicas.

O contrato de prospeção e pesquisa, relativo à **área de São Pedro das Cabeças**, foi assinado a 23 de novembro de 2016 entre a ESANMET e o Estado Português. Trata-se de uma área com uma superfície de 133,175 km², e localizada nos concelhos de Castro Verde, Ourique e Aljustrel, distrito de Beja. O potencial desta área reside no facto de se localizar no antiforma de São Pedro das Cabeças, paralela ao antiforma de Neves Corvo-Rosário onde se localizam as Minas de Neves Corvo e diversas outras explorações históricas para cobre e manganês. A estrutura de São Pedro das Cabeças é pouco conhecida em profundidade tendo sido nela efetuadas apenas 11 sondagens mecânicas e onde se reconhecem algumas anomalias geofísicas que requerem uma investigação mais detalhada.

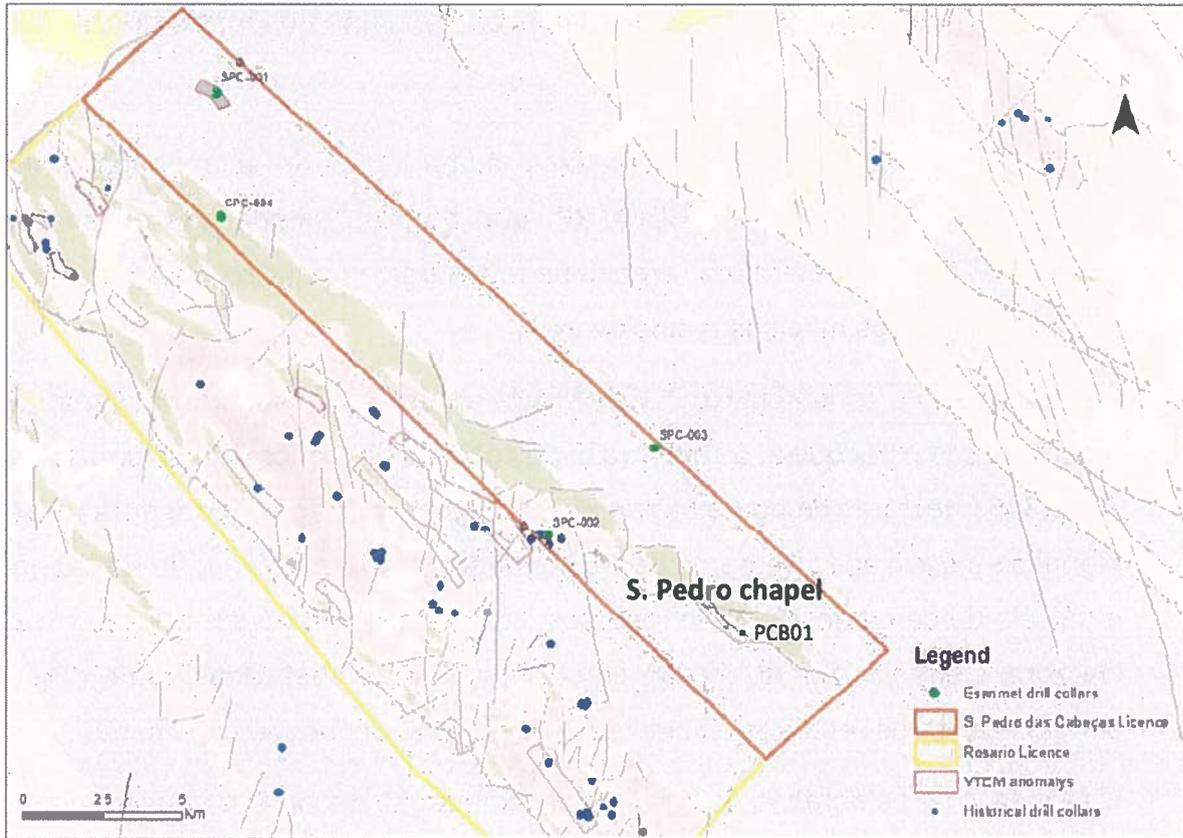
No ano de 2019 foram efetuados os seguintes trabalhos:

- Compilação, análise e interpretação da documentação geológico-mineira e geofísica existente e sua integração num projeto informático GIS/Micromine;
- Reconhecimento no campo da expressão das anomalias evidenciadas pelos levantamentos geofísicos VTEM;
- Reinterpretação e reprocessamento dos dados geofísicos obtidos (VTEM e Gravimetria);
- Modelação geológica da área;

que resultaram num investimento realizado pelo consórcio de €168.274.

De referir, ainda que o consórcio Esanmet/EDM exerceu o pedido da 1ª prorrogação prevista no contrato de prospeção e pesquisa para a área de São Pedro das Cabeças e submeteu o respetivo plano de trabalhos mínimos e investimentos mínimos de 200.000 euros para esse período.

De acordo com o definido nos pontos 4 e 5 da Cláusula Quarta do contrato, procedeu-se à redução da área de prospeção e pesquisa em 50%, resultando numa área de 66,503 km².



Geologia geral da área de São Pedro das Cabeças com a projeção da localização das sondagens e anomalias geofísicas VTEM.

A totalidade dos valores investidos para 2019, todos da responsabilidade da ESANMET, foram de €478.660, repartidos por:

- Monte da Mesas: €158.188;
- Alcácer: €152.198;
- S. Pedro das Cabeças: €168.274.

Lagoa Salgada

A EDM estabeleceu uma parceria com a REDCORP em setembro de 2013 no âmbito do projeto Lagoa Salgada, que se desenvolve numa área com cerca de 133 km² localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo. Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande

potencial para conter mineralizações. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve investimentos, mas apenas acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar.

Em 2019 prosseguiu-se com o consórcio numa lógica de acompanhamento dos trabalhos promovidos pela REDCORP, que realizou campanhas de sondagens carotadas, geologia estrutural e ensaios metalúrgicos para os diferentes tipos de minério (sulfuretos maciços e stockwork).

Durante o ano o consórcio REDCORP/EDM requereu, na sequência dos trabalhos de prospeção e pesquisa, a celebração do contrato de exploração de uma área com 7549,3461 hectares de nome Lagoa Salgada. Uma avaliação económica preliminar identifica a realização de cerca de 60 sondagens para a zona norte do jazigo com o cálculo de cerca de 13 Mt de recursos, com teores entre 5,9% e 9,1% em ZnEq. Na zona Central e Sul do Jazigo com 20 sondagens realizadas ainda não foram contabilizados os recursos existentes na avaliação económica preliminar.

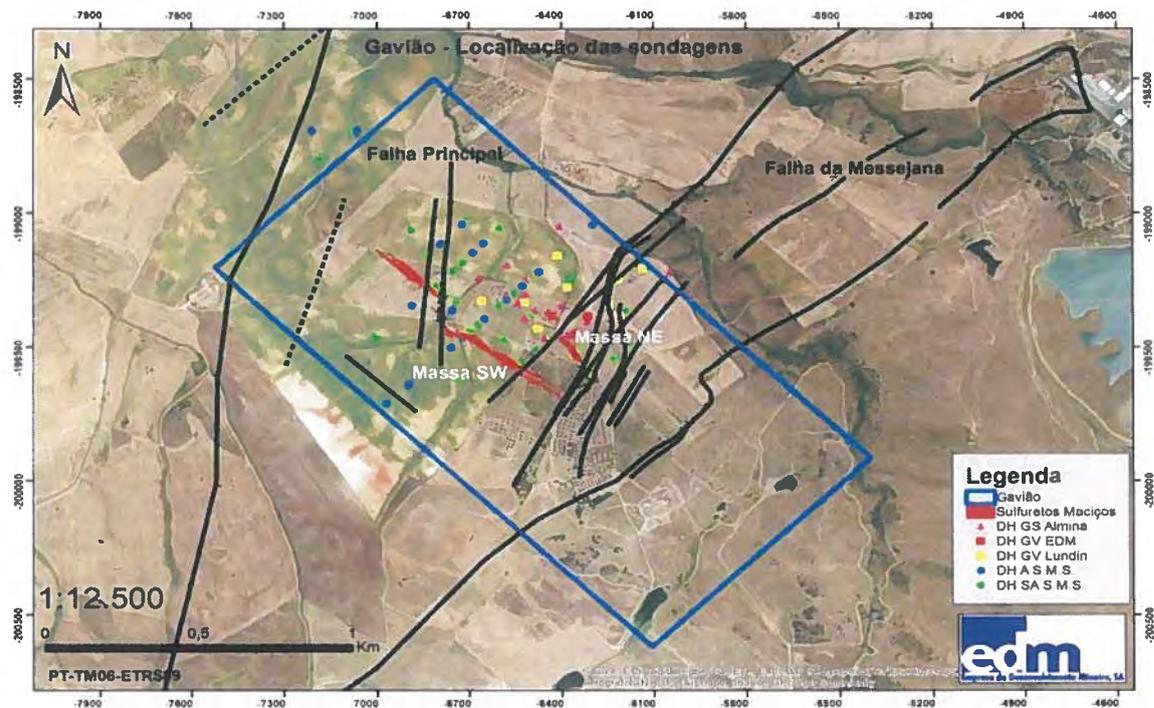
O processo de celebração do contrato de exploração decorre os seus trâmites junto da DGEG.

Não existem na data de encerramento deste Relatório e Contas informação sobre os valores investidos pela REDCORP em 2019.

4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira

Gavião

O depósito mineral de sulfuretos maciços do Gavião localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica, sob cobertura terciária, a cerca de 3 km a oeste de Aljustrel. É alvo de uma concessão mineira detida na totalidade pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado com o Estado em 15 de julho de 1992. Em 5 de julho de 2012 foi assinado um contrato de consórcio com a Almina – Minas do Alentejo, SA, com vista a desenvolver o projeto e determinar a viabilidade económica da exploração do jazigo do Gavião, partilhando assim, os riscos associados aos investimentos passados (EDM) e futuros (Almina).



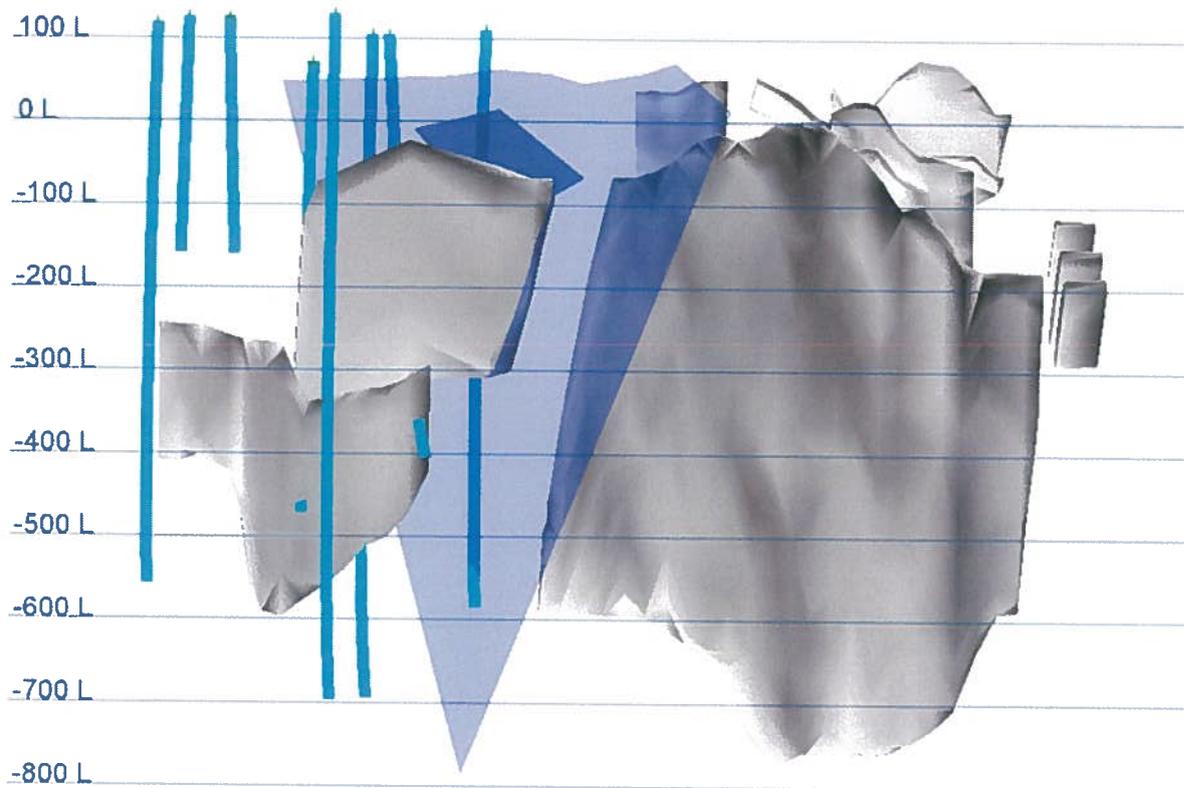
Localização de sondagens e massas mineralizadas do Gavião

Na sequência de um estudo conceptual realizado pela Almina sobre a viabilidade económica da exploração do jazigo em função do conhecimento existente, esta empresa submeteu à consideração da EDM, em 11 de dezembro de 2014, uma proposta para a aquisição da totalidade dos direitos sobre o jazigo do Gavião, a fim de levar a cabo a sua exploração.

Tendo em conta este enquadramento, durante 2019, os trabalhos de valorização do jazigo consistiram na planificação de uma campanha de 8 sondagens com um total de 5130 m com objetivo de aumento dos recursos indicados e inferidos, dividindo as sondagens com os objetivos de extensão das massas mineralizadas conhecidas do depósito do Gavião e na procura de novas mineralizações (tipo stockwork) apoiadas em condutores geofísicos históricos. Durante o ano de 2019 iniciou-se a campanha de sondagens mencionada com resultados animadores quanto à extensão das massas conhecidas e à possibilidade de intersectar novas massas mineralizadas. A campanha terminará no primeiro trimestre de 2020.

Não existem na data de encerramento deste Relatório e Contas informação sobre os valores investidos pela Almina em 2019.

17
88



Corte longitudinal do depósito do Gavião com a posição das sondagens propostas na atual campanha

Semblana

Em 2005 foi estabelecido com a Somincor um “Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais”, válido por um período de 10 anos, o qual conferia à EDM o direito à detenção de 15% nos jazigos que a Somincor venha, eventualmente, a descobrir na Faixa Piritosa Alentejana em contratos de prospeção fora do couto mineiro de Neves-Corvo.

Os trabalhos desenvolvidos autonomamente pela Somincor levaram à identificação da massa mineral da Semblana que se perspetiva ser um forte ativo mineiro.

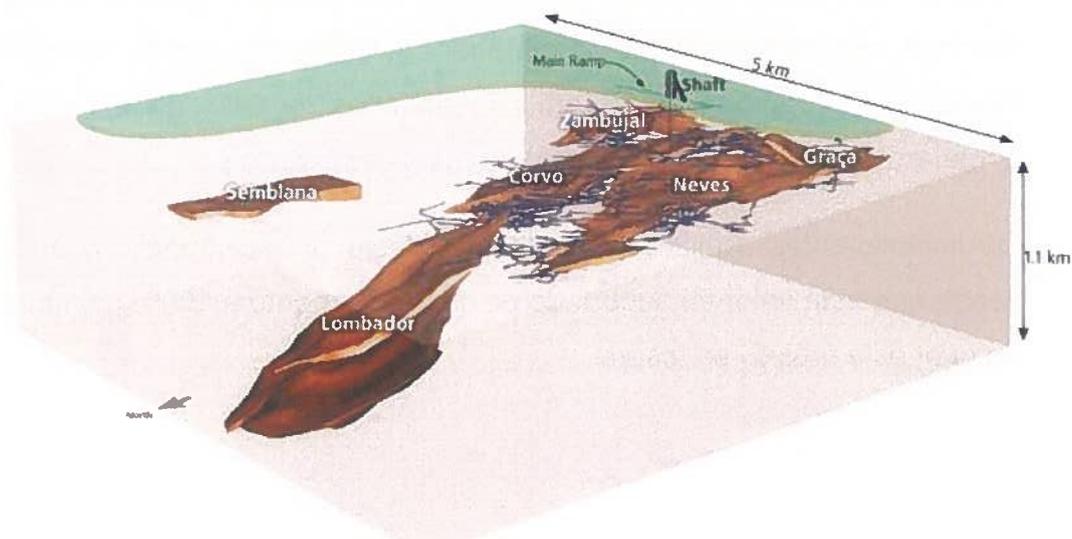
Em 1 de julho de 2014, a EDM exerceu os seus direitos de participação em 15% no desenvolvimento do projeto Semblana.

A Somincor, na sequência de uma campanha de fundo e de superfície, com vista a investigar as extensões da mineralização conhecida no Zambujal, veio a intersetar um stockwork cuprífero, estendendo-se desde os limites a E do modelo de blocos

calculados para a massa do Zambujal, até ao corpo da Semblana. Este tramo mineralizado corresponde a um segmento de pelo menos 500m adicionais em extensão, sendo que pelo menos metade (250m) se projetariam dentro da Área B, na qual a EDM possui direito de opção. Para além desta zona, confirma-se uma interseção na zona norte do Lombador que indica continuidade da zona mineralizada para a área B, abrindo-se novas perspetivas de ampliação dos recursos de cobre, a confirmar em trabalhos subseqüentes.

Durante o ano de 2019 o consórcio Somincor/EDM contratou a empresa Golder especializada em estudos de pré-viabilidade para fazer um estudo independente sobre o depósito da Semblana que complemente o estudo efetuado pela Somincor anteriormente.

Tendo em conta o condicionalismo do acordo existente com a Somincor, os custos de investimentos a realizar nesta fase, serão todos eles da responsabilidade desta mesma empresa, não existindo na data de encerramento deste Relatório e Contas informação sobre os valores investidos pela Somincor em 2019.



Localização da massa da Semblana

Handwritten marks and signatures in the bottom right corner.

4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos

Investigação e Desenvolvimento

Projeto UNEXMIN

No âmbito do mesmo programa de financiamento deu-se continuidade ao acompanhamento do projeto UNEXMIN – *Autonomous Underwater Explorer for Flooded Mines* que consistiu no desenvolvimento de um sistema robótico para a exploração e cartografia de minas europeias inundadas.

No ano de 2019 foram realizados os testes previstos para o desenvolvimento do robot UX-1, nas instalações da Mina da Urgeiriça. Para isso, houve a necessidade de se garantirem as condições de segurança de pessoas e bens aquando da realização dos testes, nomeadamente ao nível do poço de Santa Bárbara onde colocou uma plataforma móvel ao nível da água, escadas com proteção (guarda-corpos), perfil e guinchos adequados ao suporte da carga do robot, tampas de bloqueio para a entrada do poço e rede com portão de acesso ao poço. Foram também colocadas câmaras de vigilância por forma a garantir a segurança dos técnicos, bem como de todo o material envolvido nos testes, nomeadamente os robots. Os trabalhos decorreram nos períodos de 6-15 de março e 1-7 abril e contaram com a presença da maioria dos parceiros do projeto.

Os investimentos realizados no âmbito deste projeto atingiram os € 43.709,92 sendo que este valor foi suportado pelo financiamento a 100% pelo quadro H2020, no qual este projeto se insere.

Roteiro de Minas

O “ROTEIRO DAS MINAS E LOCAIS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL”, no quadro dos objetivos definidos – (1) contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro; (2) promover o conhecimento científico sobre a atividade; e (3) melhorar a imagem da atividade mineira junto da sociedade em geral - desenvolveu ao longo do ano de 2019 a sua atividade nas principais áreas de atuação sinteticamente apresentadas.

O ROTEIRO conta presentemente com 38 Parceiros dos mais diversos enquadramentos institucionais, 41 Locais e 152 Pontos de interesse mineiro e geológico, passíveis de visitação.

Ao longo do ano podemos realçar as seguintes atividades desenvolvidas em colaboração com os Parceiros cujo investimento ascendeu a 37.603,96 euros:

- **Plataforma informática:** Desenvolveram-se trabalhos de aperfeiçoamento da plataforma e de criação de novas funcionalidades abrangendo as 3 versões linguísticas (PT, SP, EN) em que o website está disponível; garantiu-se a produção e gestão de conteúdos dos Parceiros na plataforma; No ano de 2019 foi criada uma nova rota – Rota do Volfrâmio – onde se apresenta a oferta disponível nos diferentes locais, ao longo do território continental, associada a este mineral;
- **Partilha entre Parceiros:** Deu-se continuidade ao trabalho de dinamização da colaboração entre Parceiros, nomeadamente na produção de eventos, troca de informação e de materiais promocionais, cedência do painel, de materiais informativos e de conteúdos expositivos.

Neste âmbito o Roteiro no final do ano coordenava a itinerância de três exposições, nomeadamente:

- **"Rochas e Minerais - Norte Portugal "** de iniciativa do Município de Vila Pouca de Aguiar, com o apoio da ERT do Porto e Norte de Portugal e dos restantes Parceiros da região Norte;
 - **"Carvão de Aço"** fotografias do fotógrafo Adriano Miranda, iniciativa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva;
 - **"1º Encontro Fotográfico em Cavidades Artificiais"**, exposição resultante do trabalho do GEM e do Município de Valongo (esta exposição concluiu a sua itinerância no final do mês de julho nas Minas de Argozelo (Vimioso).
- **Novos Parceiros:** No decorrer do período em análise aderiram três novos Parceiros cuja formação e adesão plena ocorreu no segundo semestre do ano: O Geoparque Litoral de Viana do Castelo, através da Câmara Municipal de Viana do Castelo; as Grutas de Lapas (C M Torres Novas) e a Rota do Mármore através do CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património de Vila Viçosa. Mantiveram-se as visitas aos locais de potencial interesse para identificar novos Parceiros;
 - **Encontro Anual de Parceiros:** O 10º Encontro Anual de Parceiros realizou-se em junho em Ribeira de Pena e nas antigas minas da Borralha (Montalegre), em colaboração com as respetivas autarquias

- **Semana dos Parceiros:** Realizou-se novamente a iniciativa a “Semana dos Parceiros” durante a qual se desenvolveram mais de 60 atividades únicas, divulgadas em simultâneo por diversos canais de informação locais e nacionais;
- **Guia “Serviços educativos e visitas escolares 2019-2020”:** Em parceria com os Parceiros, foi produzido um guia (versão e-book e versão papel) onde se apresentaram as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar (alunos e professores) dos diversos níveis de ensino. A sua divulgação junto dos estabelecimentos de ensino contou com o apoio da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação. Também em resultado da colaboração com a DGE/ME, o ROTEIRO participou no encontro de Clubes de Ciência das Escolas que ocorreu em Leiria em outubro passado
- **Presença em feiras, congressos e seminários científicos:** Foram efetuadas diversas apresentações, distribuído material e garantida a montagem do RollUp e/ou do painel do ROTEIRO em diversos eventos - Jornadas de Património Geológico e Geoconservação, realizadas na Universidade do Minho; FIT Feira Ibérica de Turismo, na Guarda; feira QUALIFICA em Matosinhos ou na Feira de Minerais do Museu Nacional de história Natural e Ciência, em Lisboa - através da intervenção direta do ROTEIRO, os dos Parceiros em sua representação. Realça-se a presença na Feira de Turismo Minero e Industrial (FETUMI), nas Astúrias, a convite da empresa pública espanhola HUNOSA e a participação nos trabalhos preparatórios da Rede Ibérica de Espaços Geomineiros / Rede Ibérica de Espaços Geomineiros;
- **Outra comunicação formal:** No decorrer do último ano, prosseguindo a política de comunicação estabelecida, para além da FOLHA INFORMATIVA (interna), foram produzidas e divulgadas junto da mailing list do ROTEIRO cinco newsletters, nomeadamente sobre o lançamento do e-book dos “Serviços Educativos e Visitas Escolares – ano letivo 2019/2020”, a Semana do Parceiros 2019” e uma referente ao dia de Santa Bárbara (4 de Dezembro).

Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”

Em 2012, foi iniciado um projeto de colaboração com as autoridades Moçambicanas, Direção Nacional de Geologia (DNG), que passava pelo financiamento e pelo lançamento de uma nova edição atualizada de um livro técnico com o título “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”, publicado pela primeira vez em 2004 apenas em versão inglesa, e cuja autoria é de um geólogo alemão, Siegfried Lächelt e cuja finalização se previa para 2015.



A gestão e financiamento deste projeto foi assumido em 2012 perante as entidades moçambicanas, de forma conjunta pela EDM e DGEG no âmbito do Protocolo entre as duas entidades sendo que por força de uma candidatura efetuada ao Banco de Desenvolvimento Africano, a EDM assinou um contrato de financiamento dessa entidade de 80.000€ para custear os encargos com o projeto.

No final de 2015 e início de 2016, o texto existente do livro foi totalmente revisto, tendo contado com a colaboração de vários técnicos da Direção Nacional de Geologia e Minas de Moçambique, cujos contributos foram incorporados e posteriormente e novamente alvo de uma nova revisão, tanto pelo autor como pela mesma equipa de técnicos moçambicanos.

No decorrer do ano de 2019 não foi, ainda, possível obter, uma nova versão de trabalho do livro na língua portuguesa, admitindo-se que a publicação esteja disponível em 2020.

4.2. No domínio ambiental

4.2.1. Trabalhos de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras

Em 2019, a atuação da EDM no domínio ambiental desenvolveu-se principalmente no âmbito do contrato de concessão que tem com o Estado Português e por via do qual exerce, em exclusivo, o serviço público de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

As bases do contrato de concessão e a sua atividade foram estabelecidas pelo decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

Nos termos expressos por este diploma legal, o foco desta atividade consiste em intervir nas áreas mineiras abandonadas, localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas consequências ambientais decorrentes daquela atividade, porque as respetivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência; bem como, intervir nas áreas objeto de exploração mineira iniciada antes da entrada em vigor do decreto-lei n.º 90/90, de 16 de março, e já desativada até essa data, independentemente de atuais concessões de exploração para esse fim; e ainda, intervir em outras áreas de exploração mineira, designadamente as de minerais radioativos, relativamente à quais seja reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O contrato de concessão de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas celebrado entre o Estado Português e a EDM veio a materializar-se através da aprovação da respetiva minuta pela resolução do conselho de ministros (RCM) n.º 93/2001, de 19 de julho (DR, I Série-B, n.º 184, de 9 de agosto de 2001) e, conseqüentemente, pelo respetivo contrato, o qual foi assinado em 5 de setembro de 2001, e, depois, as suas renovações, a primeira através de RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro (DR, 1ª série, n.º 244, de 22 de dezembro de 2011) e o respetivo contrato de 21 de agosto de 2012, e, a segunda renovação, através da

RCM n.º 81/2015, de 10 de setembro (DR, 1ª série, n.º 184, de 21 de setembro de 2015) e da RCM n.º 26/2017, de 12 de janeiro (DR, 1ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), cuja adenda ao contrato foi assinada em 6 de junho de 2018.

Neste sentido, a concessão vigorará, pelo menos, até 2022, ainda que esteja previsto que possa ser prorrogada se o interesse público assim o determinar.

A atividade da concessão, em 2019, deu continuidade à realização de projetos e obras de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas e aos trabalhos de monitorização ambiental dessas áreas mineiras, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR), integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos.

Das nove candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º, 2º e 3º Avisos-Convite do PO SEUR, a candidatura relativa à Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães foi concluída em 2018, estando em curso as seguintes:

- Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2,
- Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1,
- Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios,
- Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar,
- Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo).

A comparticipação financeira de Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar em 85% as despesas elegíveis, foi objeto de ajustamento face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR aos pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas do “Castelejo”, “Urgeiriça – fase final” e “S. Domingos – fases 1 e 2”, totalizando, no

final de 2019, o montante aprovado 33.051.852,58€, conforme discriminado no quadro seguinte.

N.º Operação	Designação	Concelho	Custo Total do Investimento	Contributo do Fundo de Coesão
1º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2015-26				
POSEUR-03-2317-FC-000005	Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	Gouveia, Fornos de Algodres e Mangualde	3.790.908,20 €	2.854.798,32 €
POSEUR-03-2317-FC-000006	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S.Domingos - Fase 1	Mértola	4.086.740,76 €	3.160.220,22 €
POSEUR-03-2317-FC-000007	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Urgeiriça - Fase Final	Nelas	13.237.032,85 €	9.631.587,46 €
Sub-Total (1º Aviso)			21.114.681,81 €	15.646.606,00 €
2º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-66				
POSEUR-03-2317-FC-000008	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 2	Mértola	3.616.744,41 €	2.851.371,25 €
POSEUR-03-2317-FC-000009	Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul	Tábua	3.811.663,91 €	2.889.435,52 €
Sub-Total (2º Aviso)			7.428.408,32 €	5.740.806,77 €
3º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2017-28				
POSEUR-03-2317-FC-000013	Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1	Mangualde	4.036.899,14 €	3.121.787,46 €
POSEUR-03-2317-FC-000014	Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios	Mêda	5.771.872,07 €	4.462.112,20 €
POSEUR-03-2317-FC-000015	Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar	Gouveia e Nelas	3.881.649,62 €	3.000.821,21 €
POSEUR-03-2317-FC-000016	Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo)	Nelas, Mangualde, Sabugal, Tábua, Pinhel e Gouveia	1.397.449,65 €	1.079.719,04 €
Sub-Total (3º Aviso)			15.087.870,48 €	11.664.439,91 €
TOTAL			43.630.960,61 €	33.051.852,68 €

Projetos e obras em curso no âmbito do 1º, 2º e 3º Avisos-Convite do PO SEUR/Portugal 2020

De salientar que, após conclusão dos processos de contratação pública das empreitadas das obras e as aquisições de serviços associados às candidaturas em curso, os valores apresentados no quadro anterior poderão sofrer ajustamentos.

Em termos de balanço geral, relativamente aos apoios comunitários, recorde-se que, desde o início da concessão em 2001 até ao final de 2019, foram aprovadas

59 candidaturas da EDM aos fundos comunitários, para investimento na reabilitação ambiental das antigas minas, 29 das quais obtiveram aprovação no QCA III (PRIME, POE e POA), 21 no QREN (POVT, MaisCentro e ON.2-O Novo Norte) e 9 no Portugal 2020 (PO SEUR).

Durante o período da concessão foram ainda concretizados com fundos próprios 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

No quadro seguinte, resume-se a situação em final de 2019, integrando apenas as candidaturas aprovadas nos 1º, 2º e 3º Avisos do POSEUR e incluindo já as 24 novas áreas mineiras posteriormente identificadas.

MINAS	INVENTARIADAS	ATUAÇÕES			
		Intervencionadas (2001-2018)		Por Intervencionar	
		Pós-Intervenção	Intervenção em Curso	Pré-intervenção	Com Constrangimentos
Radioativos	62	40	7	15	0
Polimetálicos	137	63	1	41	32
TOTAL	199	103	8	56	32
		111		88	

Síntese das intervenções no final de 2019

A recuperação ambiental das áreas mineiras da candidatura de “Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães” foi concluída em 2018, pelo valor total de 3,8 milhões de euros.

Apresenta-se em seguida uma breve descrição dos projetos em curso que não incluem as candidaturas previstas para um 4º AVISO do POSEUR que não chegou a ser publicado:

Antiga Área Mineira da Urgeiriça – Fase final

A fase final do projeto da antiga área mineira da Urgeiriça integra a realização de um conjunto de quatro empreitadas de obras, três das quais compostas por projetos de maior dimensão que concentram a parcela principal do investimento.

A empreitada das obras de melhoria do sistema de coleta e tratamento de efluentes no poço de lixiviados da Barragem Nova e a empreitada das obras de construção dos sistemas de tratamento passivo e ativo das exsurgências e caudais afluentes à área da Barragem Nova, já tinham sido concluídas em anos anteriores.

Em 2019 foi concluída a empreitada das obras da estrutura de confinamento técnico e sistema de captação e drenagem de exsurgências na área da Barragem Nova, tendo sido assinado, em 28 de novembro de 2019, o auto de receção provisória. Os trabalhos desenvolvidos nesta empreitada compreenderam a descontaminação de antigas zonas de deposição de lamas de tratamento, o confinamento adequado e permanente destas lamas numa Estrutura de Confinamento Técnico, onde foram colocados os materiais resultantes da descontaminação química e radiológica das Antigas Oficinas de Tratamento Químico (OTQ) e Edifícios do Antigo Perímetro Mineiro da Urgeiriça. Nesta empreitada foi também construído um Sistema de Captação e Drenagem de Exsurgências contaminadas na Área da Barragem Nova, que integra um conjunto de drenos subsuperficiais de águas contaminadas, drenos subsuperficiais de derivação de águas limpas, além de barreiras de contenção e drenagem de exsurgências contaminadas, designadamente pela implementação de cortinas de impermeabilização através da realização de injeções.

Em curso, mas numa fase final de execução dos trabalhos, encontra-se a empreitada das obras de descontaminação química e radiológica e requalificação ambiental das antigas Oficinas de Tratamento Químico e dos edifícios situados no antigo perímetro mineiro da Urgeiriça, prevendo-se que a sua conclusão ocorra no 1º trimestre de 2020.

Em 2019, deu-se continuidade às atividades de monitorização hidroquímica das estações de tratamento de efluentes mineiros e acompanhamento das estações de tratamento passivo, o que tem sido imprescindível para se verificar as taxas de eficiência destes sistemas, que se pretendem poder constituir uma alternativa aos

sistemas de tratamento ativo.

Em 2019 foram investidos 5.606.068,52 euros.



Vista aérea dos trabalhos na área da Barragem Nova – Urgeiriça (Estrutura Confinamento Técnico, ETAM e Sistema de Tratamento Passivo).



Descontaminação química e radiológica no interior da Oficina de Tratamento Químico (OTQ) - Urgeiriça.

Handwritten marks: a checkmark-like symbol, the number '27', and a signature.

Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1 e Fase 2

Concluída a obra para a recuperação da margem direita do sistema de canais de recolha de águas de escorrência superficial da antiga área mineira de São Domingos, correspondente à fase 1 de intervenção programada para esta área mineira, em 2019 foi dada continuidade à execução do plano de controlo hidrológico e piezométrico e recolha de amostras de águas superficiais e subterrâneas, para monitorizar caudais de linhas de água naturais ou contaminadas, por forma a permitir a adequada monitorização e caracterização desta extensa área mineira.

Em 5 de junho de 2019 foi assinado o auto de consignação da empreitada de recuperação da margem esquerda, correspondente à fase 2. Com esta segunda fase pretende-se completar a intervenção de recuperação do duplo sistema de canais, da margem esquerda e da margem direita, e que consiste num passo fundamental na gestão e separação das águas limpas das duas margens do vale da antiga área mineira de São Domingos, passando a diminuir-se significativamente o caudal de percolação hídrica das escombrelas, e a poder gerir-se, separadamente, as águas ácidas geradas ao longo do vale interno do complexo mineiro.

Em 2019, foram investidos 87.336,55 euros relativos à Fase 1 e 609.730,90 euros relativos à Fase 2.



Recuperação do sistema de canais de recolha águas – margem esquerda – mina de São Domingos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'W' and 'ZB'.

Antiga Área Mineira de Mondego Sul

A empreitada das obras de recuperação ambiental da área mineira de Mondego Sul está em curso, prevendo-se a sua conclusão no final do 1º trimestre de 2020.

Os trabalhos passam pelo acondicionamento e selagem técnica dos materiais de escombreira que se encontram depositados em redor da corta de exploração, compreendendo trabalhos de desarborização, melhoria dos caminhos de acesso provisório, construção de sistemas de drenagem múltiplos, remoção e deposição dos materiais das escombreiras envolventes na escombreira principal, construção de uma vala de desvio hidráulico e bacias de retenção de águas (fase de obra) e instalação de inclinómetros e marcas topográficas para monitorização e controlo pós-obra.

Proceder-se-á ao reperfilamento e proteção da escombreira principal, mediante a construção de um sistema de cobertura composto por material de carácter argiloso, sobre a qual será instalada adicionalmente uma camada de material drenante e terra de suporte ao coberto vegetal. Será mantida a corta com água no seu interior, promovendo, paralelamente, a realização de medidas que concorram para a estabilização dos taludes instáveis.

Esta área mineira, com as suas escombreiras e corta inundada, situa-se contígua à albufeira de águas públicas de Aguieira.

Durante a obra tem sido realizada a monitorização do meio hídrico, a qual contempla a água da corta e da albufeira da Aguieira, a montante e a jusante da área de intervenção, a linha de água igualmente a montante e a jusante e uma exsurgência na base da escombreira principal.

Em 2019 foram investidos 1.303.621,51 euros.

Handwritten marks: a blue checkmark, a blue scribble, and a blue signature.



Vista aérea da corta inundada e escombreira da área mineira de Mondego Sul

Antiga Área Mineira de Mortórios

Em 23 de outubro de 2019, foi consignada a empreitada das obras de remediação ambiental da área mineira de Mortórios.

Com a realização desta empreitada pretende-se assegurar, na antiga área mineira de Mortórios, os seguintes objetivos:

- a reposição da morfologia do local, através de modelação topográfica das escombreyras de estéreis e de minério pobre;
- a obtenção de condições de segurança adequadas, dependentes de uma estabilidade geomecânica dos taludes, e da eliminação da corta a céu aberto;
- um melhor controlo dos processos erosivos e a integração paisagística da área intervencionada, com a redução substancial dos impactes visuais atualmente verificados;
- cumprimento dos requisitos hidroquímicos e radiológicos estabelecidos na legislação nacional e internacional, assegurando a remediação ambiental e radiológica desta antiga área mineira.

No que respeita à monitorização do meio hídrico, tem sido dada continuidade ao plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos e radiológicos em curso.

Em 2019, foram investidos 543.535,01 euros.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. M.', is located in the bottom right corner of the page.



Vista aérea da área mineira de Mortórios

Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar

Está em curso o processo de concurso público para a realização da empreitada de obras de remediação ambiental das áreas mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar.

Nas antigas áreas mineiras de Picoto, Ribeira do Bôco e Canto do Lagar, não se verificou qualquer operação de lixiviação de minérios. Comparando os planos radiométricos efetuados na fase de prospeção a partir dos quais decorreu a identificação dos corpos mineralizados em profundidade, com os valores radiométricos obtidos sobre as escombrelas, verifica-se que, após acondicionamento dos minérios pobres existentes nos céus abertos, recobertos com materiais estéreis, a radiometria de superfície final será previsivelmente inferior aos valores iniciais, constituintes da anomalia natural.

Handwritten marks and signatures in the bottom right corner of the page.

Assim, os trabalhos de remediação ambiental propostos têm em conta os seguintes objetivos principais:

- eliminar os impactos provocados pela exploração mineira repondo à área as condições existentes antes da exploração;
- eliminar no curto/médio prazo a necessidade de vigilância e monitorização;
- evitar a retirada do local de materiais marginais e inframarginais e a consequente dispersão de radionuclídeos.

No que respeita à monitorização do meio hídrico nestas três áreas mineiras, tem sido dada continuidade ao plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos e radiológicos em curso.

Em 2019 foram investidos 56.638,89 euros.



Vista da área mineira de Ribeira do Bôco.

Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo

Em 12 de dezembro de 2019 foi adjudicada a empreitada das obras de recuperação ambiental da antiga área mineira de Quinta do Bispo – Fase 1. O auto de consignação da obra será formalizado após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o qual se prevê que ocorra no 1º trimestre de 2020.

Nesta primeira fase de recuperação ambiental da área mineira da Quinta do Bispo, considera-se prioritária a construção de uma estação de tratamento de águas de mina que permita assegurar o adequado tratamento da água acumulada na corta, de forma a permitir nas fases seguintes uma efetiva recuperação ambiental das escombrelas existentes e seu confinamento na corta, após esvaziamento, além de um conjunto de trabalhos complementares.

Está em curso o plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos e radiológicos, o qual integra a água da corta, as águas subterrâneas (piezómetros, furos e poços) e superficiais na ribeira do Castelo a jusante da área mineira.

Em 2019 foram investidos 86.513,30 euros.



Vista aérea da área mineira de Quinta do Bispo

17
ZB

Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos

Está em fase final de preparação o concurso público para a aquisição de serviços de descontaminação de águas de mina nas áreas mineiras dos radioativos localizadas nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, designadamente as seguintes: Urgeiriça (Canas de Senhorim - Nelas), Quinta do Bispo, Cunha Baixa e Freixiosa (Mangualde), Bica e Vale D'Arca (Sabugal), Castelejo (Gouveia) e Vale de Abrutiga (Tábua), utilizando os sistemas de tratamento passivo e ativo aí construídos de forma a assegurar a proteção das linhas de água, bem como o correto funcionamento dos equipamentos associados ao controlo dos processos e à monitorização em contínuo de parâmetros e/ou grandezas físico-químicas do efluente tratado e ar ambiente.

Estão em curso as ações inseridas no plano de controlo e monitorização do meio hídrico, assim como as ações de colheita de amostras, análises químicas e radiológicas em amostras sólidas e plantas e a realização de levantamentos de radiometria de superfície e radiação externa.

Os resultados dos levantamentos de radiometria em curso são fundamentais para a preparação do concurso público para a execução da empreitada de descontaminação de solos e sedimentos nas áreas mineiras e envolventes próximas, em zonas previamente identificadas, onde persistem problemas após a conclusão das intervenções de recuperação ambiental. São exemplos destas zonas os sedimentos transportados e depositados ao longo das linhas de água a jusante do ponto de descarga de efluentes mineiros que atualmente se encontram tratados.

Os objetivos desta operação contemplam a remoção de áreas contaminadas, com potenciais efeitos na qualidade das águas superficiais e subterrâneas; aumento da biodiversidade e da qualidade visual e ecológica da paisagem; estabelecimento de um coberto vegetal compatível com as condições naturais existentes e com as características ecológicas das diferentes zonas de intervenção; recuperação de habitats; descontaminação de águas de mina que atualmente ainda são geradas nas áreas mineiras dos radioativos após conclusão das intervenções de remediação ambiental, antes da sua descarga nas linhas de água de jusante, com vista à neutralização da acidez das águas e remoção de urânio, rádio, sulfatos,

manganês e outros metais pesados que se apresentam em menores concentrações nas águas de mina.

Em 2019 foram investidos 236.079,51 euros.



Solos por descontaminar – área mineira dos radiativos – Região Centro.

4.2.2. Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção

As ações de segurança, projetos não cofinanciados e manutenção são realizadas através de verbas consignadas para o efeito e estão condicionadas ao montante de financiamento disponível.

Neste sentido, estes tipos de ações enquadram-se essencialmente em três grupos:

- atuações de segurança, que correspondem a atuações com vista a diminuir os riscos imediatos para a segurança e saúde pública;
- ações de intervenção em áreas mineiras que não reúnam condições para

Handwritten marks: a blue scribble resembling the number '27', a blue signature, and a blue checkmark.

enquadramento em candidaturas aos Fundos Estruturais;

- ações de monitorização e manutenção que consistem em todas as ações que são necessárias efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente de monitorização, manutenção, conservação, beneficiação e tratamento de águas contaminadas.

Atuações de Segurança

As intervenções de segurança consistem em todas as ações com vista a assegurar a minimização dos riscos de segurança e saúde pública para pessoas e animais em antigas áreas mineiras abandonadas e podem integrar a seguinte tipologia de ações:

- atuações de minimização de riscos de segurança em antigas áreas mineiras, designadamente através de intervenções de selagem de poços, chaminés, galerias e proteção de taludes, infraestruturas e outras cavidades com riscos para pessoas, animais e bens,
- atuações para minimização dos riscos de saúde pública em infraestruturas de anexos mineiros de antigas áreas mineiras e
- controlo de acessos e segurança nas antigas áreas mineiras, em que serão implementados sistemas de controlo de intrusão, vedações, placas de sinalização entre outras intervenções necessárias.

No quadro do Protocolo celebrado entre a Comissão de Moradores e os proprietários dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça e respetivo documento complementar aprovado em 16 de fevereiro de 2018, designadamente o programa de descontaminação dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça, hoje Parque Habitacional dos ex-mineiros, deu-se continuidade ao programa de descontaminação daquele Parque Habitacional.

Em 2019, foram investidos 618.043,17 euros.

Intervenção não cofinanciada

Extinção do foco de combustão nas escombrelas das antigas minas de carvão de Pejão-Germunde

Os graves incêndios florestais de outubro de 2017 que assolaram o País e, em particular, o Concelho de Castelo de Paiva, originaram a combustão de algumas das escombrelas resultantes da exploração de carvão existentes na antiga área mineira de Pejão-Germunde. Esta ocorrência assumiu maior visibilidade e impacto mediático com as chuvas e correspondente aumento das emissões atmosféricas, desencadeando a comunicação da Câmara Municipal de Castelo de Paiva para a DGEG e desta para a EDM. Diligenciadas as necessárias reuniões foi definida uma solução concertada entre a EDM, Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, para a concretização da extinção dos focos de combustão identificados.

A solução encontrada, foi colocada em prática em 2018 e preconizou a mobilização das escombrelas para acesso aos materiais em combustão, extinção do foco em combustão e compactação provisória nas plataformas adjacentes às atuais escombrelas, bem como a realização de campanhas de monitorização de qualidade do ar na envolvente dos trabalhos, em particular, junto aos recetores sensíveis mais próximos.

Resultante do enquadramento destas intervenções no âmbito do Fundo Ambiental, foram publicados os Despachos n.º 1407-B/2018, de 8 de fevereiro e n.º 11115-A/2018, de 27 de novembro, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Transição Energética e celebrado dois Protocolos de colaboração técnica e financeira entre a EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A. e o Fundo Ambiental, no dia 9 de fevereiro de 2018 e no dia 30 novembro de 2018, para apoiar financeiramente, parte da mobilização e extinção dos focos de combustão nas escombrelas das Antigas Minas de Carvão de Pejão-Germunde.

Em 2019 conclui-se a intervenção de mobilização e extinção do designado foco A3, o qual apresentava maior complexidade, quer pela volumetria da escombrela,

constituição e temperatura dos materiais em combustão, quer pela maior distância e disponibilidade das potenciais origens de água, imprescindível para os trabalhos de extinção, bem como pela limitação de área livre circundante ao foco para a mobilização das escomboreiras.

Em 2019 foram investidos 1.270.768,13 euros.



Foco de combustão A3 (EDM, 14-01-2019)



Escombreira do foco de combustão A3 após extinção (EDM, 22-08-2019)

4.2.3. Trabalhos de Monitorização e Manutenção

Na área dos radioativos, no período de 2019, deu-se continuidade aos trabalhos plurianuais de monitorização do meio hídrico e de realização de análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas, análises em detetores de dosímetros de sítio e realizaram-se as ações de descontaminação das águas de mina.

4.2.4. Investigação, Promoção e Parcerias

Durante 2019 a empresa esteve diretamente envolvida no projeto de Investigação e Desenvolvimento LIFE No-WASTE “Management of biomass ash and organic waste in the recovery of degraded soils: a Pilot Project set in Portugal”, iniciado em 2016 e que foi prorrogado até setembro de 2020. Este projeto tem como objetivo a valorização de cinzas de queima de biomassa florestal residual na recuperação de solos degradados.

No âmbito do Projeto LIFE No-WASTE procedeu-se à realização de ações de vistoria do projeto piloto, construído na área mineira de São Domingos, no início de 2108, para a recuperação de solos degradados. Foi também realizada uma ação programada de hidrosementeira nos vários talhões de solos que compõem o projeto piloto. Em maio realizou-se em Beja a reunião semestral de parceiros do projeto com representantes da entidade fiscalizadora da Comissão Europeia. Seguiu-se na Mina de São Domingos o debate numa Mesa Redonda para apresentação global dos resultados do projeto, aberta ao público e que contou com a participação de parceiros do projeto e de representantes das entidades convidadas, designadamente Câmara Municipal de Mértola, CCDR-Alentejo, Agência Portuguesa do Ambiente e Centro Ciência Viva do Lousal, tendo decorrido em seguida a visita ao projeto piloto. Em 2019 foram investidos 12.216,54 euros.

A EDM colaborou ainda com instituições Universitárias, a diversos títulos, nomeadamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa; o Departamento de Geociências / Universidade de Aveiro; o Instituto Superior de Agronomia / Universidade de Lisboa; o Departamento de Ciências da

~7
88

Terra / Universidade de Coimbra.

De destacar a colaboração técnica e científica da EDM na organização de dois eventos a convite da Agência Internacional da Energia Atómica, designadamente o “*Workshop on the Concept of a Social Licence for Remediation of Uranium Legacy Sites. An event of the International Forum for the Regulatory Supervision of Legacy Sites (RSLs)*”, no qual foram apresentadas várias comunicações pelos técnicos da Unidade Ambiental da EDM e o acompanhamento de visita técnica às áreas mineiras da Urgeiriça, Cunha Baixa e Quinta do Bispo.

O segundo evento “*Group Scientific Visit on Environmental Monitoring of Former Uranium Sites*” tratou-se de uma visita científica da empresa *Ecoengineering*, Ministério da Economia, vindos da Bulgária, tendo a EDM sido a instituição de acolhimento e promovido a realização de formação na área da monitorização ambiental e a visita científica a algumas áreas mineiras de radioativos. Neste evento a EDM contou ainda com a colaboração do Laboratório de Radioatividade Natural (LRN) da Universidade de Coimbra.

De salientar que a participação no *Marrakech Mining Convention 2019 (MMC 2019)* decorreu no âmbito de um protocolo de colaboração celebrado entre a EDM, a Direção Geral de Energia e Geologia e o Governo de Marrocos.



Vista aérea do local de implantação do projeto piloto na área mineira de São Domingos

4.2.5. Sustentabilidade Territorial

Na segunda metade do ano de 2016 foi redefinida a estratégia da empresa no sentido de colocar ao serviço das comunidades locais as áreas mineiras recuperadas ambientalmente.

Assim, durante o ano de 2019 prosseguiram as ações de colaboração com os municípios das áreas abrangidas, mediante Acordos de Parceria, os quais visam a valorização cultural, turística, geológica e mineira das áreas recuperadas.

Tendo em conta as intervenções da EDM, estão já estabelecidos Acordos de Parceria com os municípios de Mértola, Nelas, Mangualde e Gouveia.



Espaço lúdico na zona de Santa Bárbara - Urgeiriça

Handwritten marks and signatures in blue ink, including a checkmark-like symbol and a signature.

4.3. Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)

4.3.1. Enquadramento

A derrocada parcial da Estrada Municipal 255, em Borba, no dia 19 de novembro de 2018, expôs a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes em todo o território continental, a fim de permitir a avaliação da necessidade de intervenção, tendo sempre como objetivo essencial a proteção de pessoas e bens e do ambiente.

Esta necessidade resultou na elaboração da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

Considerando o levantamento efetuado e que consta da Resolução referida, em Portugal, existem cerca de 2500 pedreiras, das quais 57% são licenciadas pela Administração Pública central e 43% são licenciadas pela Administração Pública local. Das 1426 pedreiras na esfera de competências da Administração Pública central, 402 (28%) estão atualmente em situação de incumprimento das obrigações administrativas que sobre elas impendem e 305 (21%) estão em regularização extraordinária ou em adaptação à legislação vigente (em licenciamento). Existem também antigas explorações que cessaram a sua atividade há mais de 40 anos, em data anterior a qualquer obrigação de licenciamento, e um número desconhecido de potenciais explorações ilegais.

Neste contexto, o Governo elaborou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (Plano de Intervenção), no qual se identificam as pedreiras que comportem um ou mais fatores de criticidade para pessoas e bens e para o ambiente, resultantes da sua atividade e do seu impacto na envolvente, independentemente do estado atual de licenciamento ou de atividade, e se definem as medidas prioritárias, urgentes e extraordinárias, que iniciou no ano de 2019, com vista a evitar ou, pelo menos, reduzir a situação potencial de criticidade detetada.

Nesta primeira fase, o âmbito do Plano de Intervenção restringiu-se às pedreiras das classes 1 e 2 que comportam situações críticas para pessoas e bens e para o ambiente, independentemente da sua atual situação de licenciamento ou de exploração.

Através da RCM, na qual consta o Plano de Intervenção, pretendeu-se desde logo e em primeira linha, intimar os exploradores dessas pedreiras ou os proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizam para o cumprimento das responsabilidades e obrigações que a lei lhes atribui. Sem prejuízo disso, e com vista a garantir, em qualquer circunstância, a proteção de pessoas e bens e do ambiente, afigurou-se urgente e de imperioso interesse público nacional determinar, por um lado e desde já, a sinalização das pedreiras em situação crítica e, por outro lado e a título subsidiário, estabelecer os procedimentos de atuação das entidades com atribuições neste domínio, dentro da esfera pública, para as intervenções de vedação e para a realização de estudos prévios e ou projetos de execução, em caso de incumprimento dos exploradores e ou proprietários.

Por estas razões, de urgência inadiável e de manifesto e imperioso interesse público nacional na execução das medidas previstas no Plano de Intervenção, reconhecidas pela resolução, tornou-se também necessário habilitar e dotar as referidas entidades, através do Fundo Ambiental, dos recursos indispensáveis e prever a adoção dos procedimentos contratuais admitidos na lei para situações de manifesta urgência.

Assim, a Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, determinou que a EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), executasse, no que se refere às 191 pedreiras identificadas pela DGEG como em situação crítica, referenciadas no mapa abaixo, o seguinte conjunto de medidas:

- Sinalização dos perigos identificados na envolvente das pedreiras em situação crítica identificadas pela DGEG, apresentando, quando se justifique, propostas de interdição dos caminhos;
- Colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação nos casos em que os



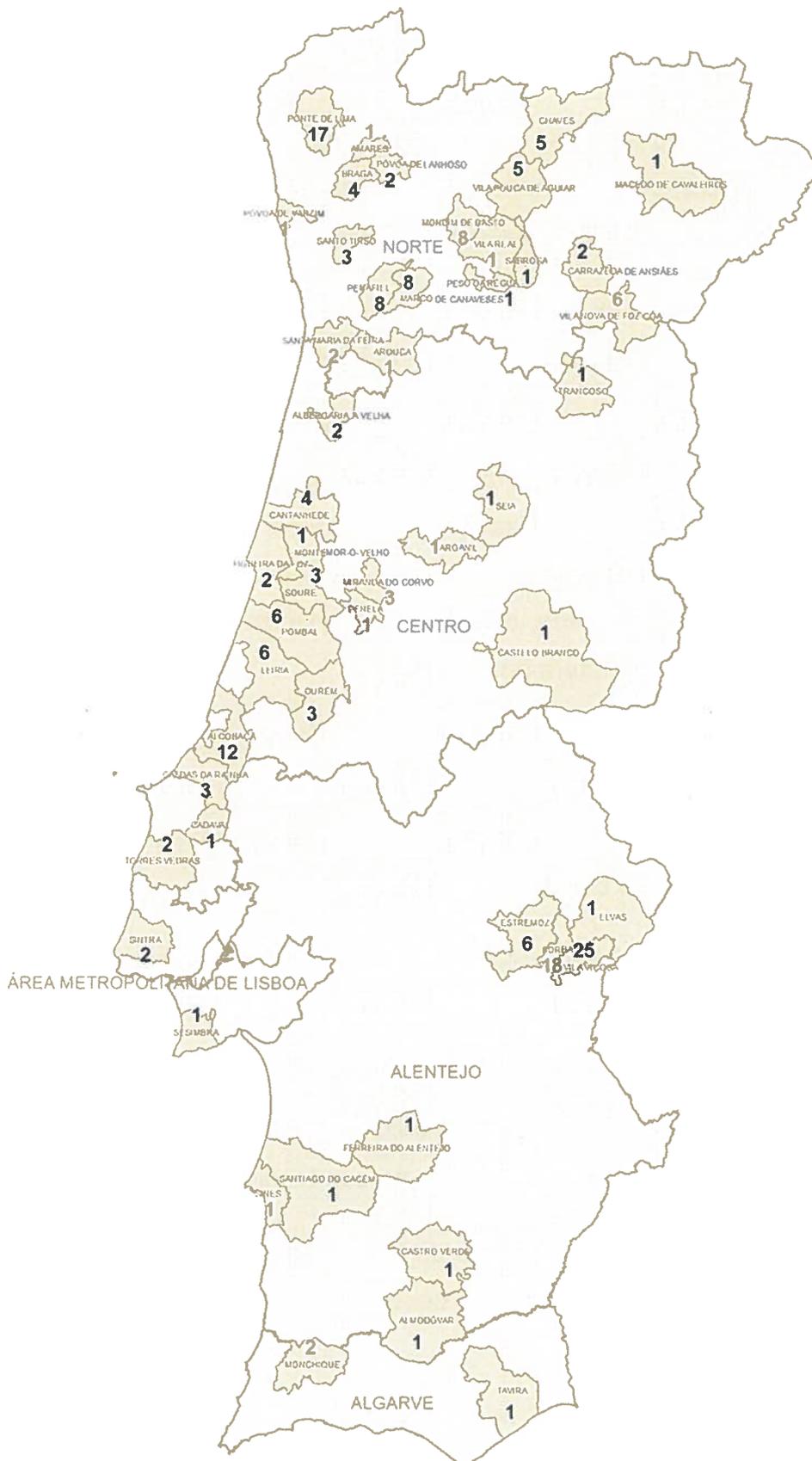
exploradores ou proprietários as não apliquem;

- Realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreyras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem.

A partir da Resolução e pelo levantamento realizado pela Direção-Geral de Energia e Geologia, foi considerada a necessidade de execução de medidas de sinalização na zona envolvente das pedreiras identificadas no Plano de Intervenção (150 pedreiras), com vista a reduzir a situação potencial de criticidade detetada, a minimizar o risco e diminuir a probabilidade de ocorrência futura de acidentes.

Para o efeito, a no dia 20 de março de 2019, foi celebrado um “*Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a EDM–Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM)*”, que regula os termos e condições de natureza técnica e financeira para a colaboração entre estas entidades, no contexto referido.

Os investimentos previstos para esta ação financiados pelo Fundo Ambiental ascendem a 2,256 milhões de euros em 2019 e de 2,072 milhões de euros em cada um dos restantes anos do projeto (2020 e 2021).



Distribuição por Concelho com o universo das 191 pedreiras em situação crítica

Handwritten signatures and marks in the bottom right corner.

4.3.2. Sinalização na Envolvente das Pedreiras em Situação Crítica

Do universo das 191 pedreiras, a DGEG identificou 150 (cento e cinquenta) pedreiras com necessidade de sinalização, tendo identificado os locais a sinalizar de forma genérica e as medidas preventivas a aplicar.

A Resolução determinou que a EDM executasse medidas de sinalização na zona envolvente das pedreiras previstas no Plano de Intervenção.

Neste sentido, foi considerada a urgência inadiável e de manifesto e imperioso interesse público e nacional para a proteção de pessoas e bens a necessidade de execução de medidas de sinalização na zona envolvente das pedreiras identificadas no Plano de Intervenção (as 150 pedreiras), com vista a reduzir a situação potencial de criticidade detetada, a minimizar o risco e diminuir a probabilidade de ocorrência futura de acidentes.

O Plano de Ação desenvolvido pela EDM para a execução das medidas de sinalização na zona envolvente das pedreiras em situação crítica, necessitou da prévia elaboração de Planos de Sinalização, que não se encontravam previstos na RCM, envolvendo visitas às pedreiras identificadas.

Após a sua elaboração a EDM procedeu à notificação das entidades gestoras das vias (Municípios e Infraestruturas de Portugal, S.A.), para a aprovação dos respetivos Planos de Sinalização.

Os 150 (cento e cinquenta) Planos de Sinalização que foram remetidos a essas entidades para aprovação, foram aprovados na sua totalidade.

A implementação no terreno dos Planos de Sinalização teve o seu início, após a celebração de contrato para a prestação desses serviços, outorgado no dia 10 de maio.

A conclusão da implementação dos Planos de Sinalização com a colocação efetiva dos sinais no terreno foi condicionada pela apreciação e aprovação desses mesmos planos pelas Autarquias e pela Infraestruturas de Portugal, SA, tendo sido concluída na sua totalidade a 25 de setembro de 2019.

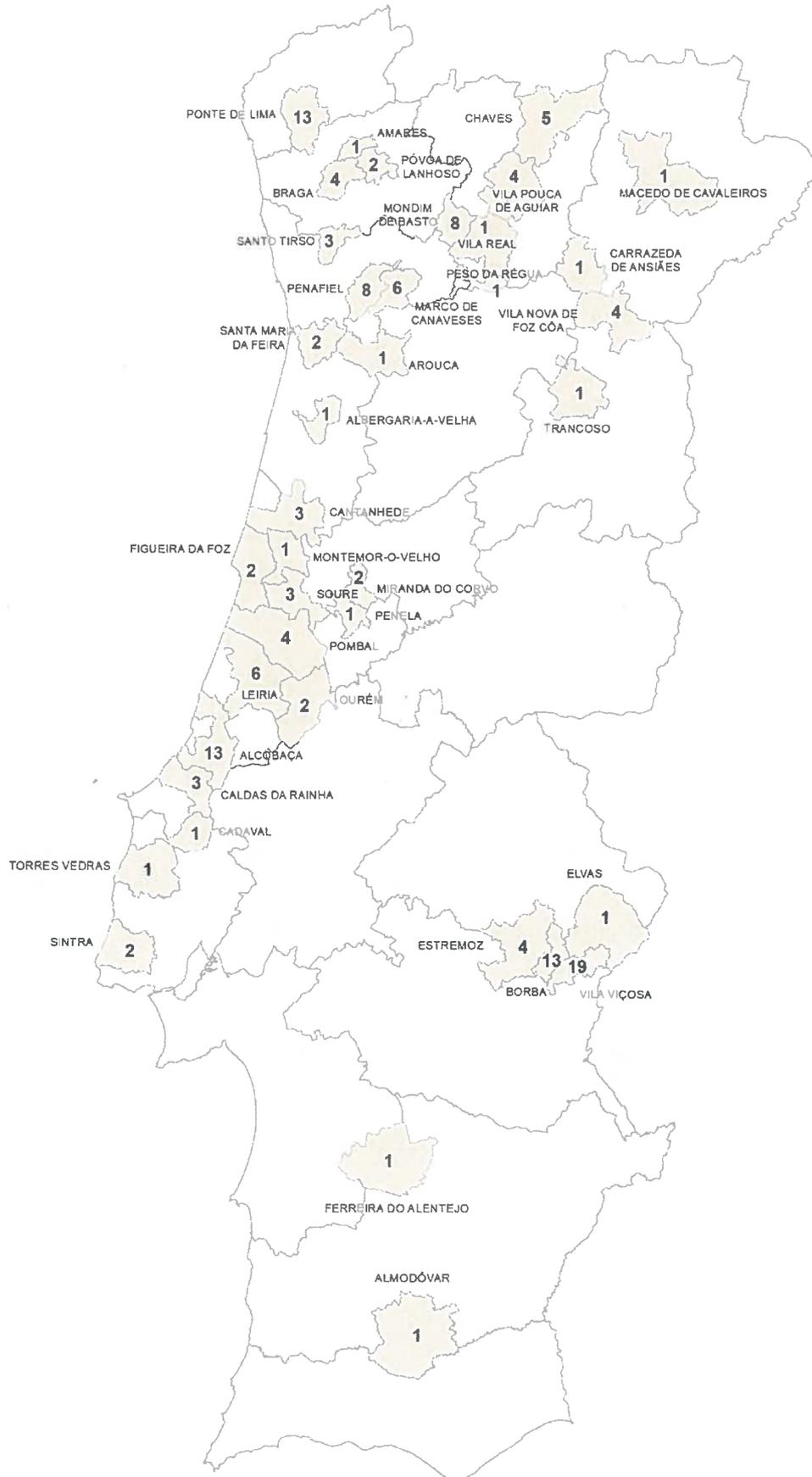
Assim, a EDM executou, em 2019, as medidas de sinalização na zona envolvente das pedreiras, prevista no Plano de Intervenção, em articulação com as entidades gestoras das vias, sob coordenação e acompanhamento da DGEG, ao abrigo do disposto alínea d) da Cláusula Quinta do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a EDM—Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM).

Em 2019, encontravam-se colocados no terreno todos os sinais constantes dos PLANOS DE SINALIZAÇÃO aprovados, no total de 1253 sinais e 2931ml de marcações horizontais, descritos no quadro seguinte, que apresenta a tipologia de sinalização e com a repartição pelos respetivos concelhos.

27
28

Concelhos	Planos Sinalização (nº)	Planos Sinalização Implementados (nº)	Sinalização prevista nos planos iniciais apresentados		Sinalização implementada - Planos Finais Aprovados	
			sinais (nº)	marcações (ml)	sinais (nº)	marcações (ml)
Albergaria-a-Velha	1	1	12	0	12	0
Alcobaça	13	13	140	0	90	0
Almodôvar	1	1	9	0	10	0
Amares	1	1	6	0	7	0
Arouca	1	1	23	0	27	482
Borba	13	13	67	0	177	490
Braga	4	4	25	0	25	0
Cadaval	1	1	8	0	14	0
Caldas da Rainha	3	3	17	0	9	0
Cantanhede	3	3	20	0	20	0
Carraceda de Ansiães	1	1	6	0	12	0
Chaves	5	5	50	0	52	0
Elvas	1	1	10	0	10	0
Estremoz	4	4	33	1305	38	1519
Ferreira do Alentejo	1	1	10	0	10	0
Figueira da Foz	2	2	5	0	5	0
Leiria	6	6	40	0	50	0
Macedo de Cavaleiros	1	1	16	0	77	0
Marco de Canaveses	6	6	33	0	33	0
Miranda do Corvo	2	2	34	0	34	0
Mondim de Basto	8	8	64	0	64	0
Montemor-o-Velho	1	1	10	0	10	0
Ourém	2	2	4	0	8	0
Penafiel	8	8	46	0	46	0
Penela	1	1	14	0	14	0
Peso da Régua	1	1	15	0	15	0
Pombal	4	4	29	0	33	0
Ponte de Lima	13	13	43	0	36	0
Póvoa de Lanhoso	2	2	8	0	8	0
Santa Maria da Feira	2	2	7	0	7	0
Santo Tirso	3	3	29	0	25	0
Sintra	2	2	22	0	25	0
Soure	3	3	15	0	21	0
Torres Vedras	1	1	21	0	20	0
Trancoso	1	1	8	0	14	0
Vila Nova de Foz Côa	4	4	26	0	24	0
Vila Pouca de Aguiar	4	4	34	0	34	0
Vila Real	1	1	20	0	30	0
Vila Viçosa	19	19	89	0	107	440
	150	150	1068	1305	1253	2931

Quadro da Sinalização prevista e implementada, a 31 de dezembro de 2019



Distribuição por Concelho das 150 pedreiras com a necessidade de sinalização na envolvente

Handwritten signature and scribbles.

4.3.3. Colocação de Sinalética e vedação nas Pedreiras e realização de Estudos e/ou Projetos

A RCM determinou que a EDM procedesse à realização de intervenções para colocação de sinalética e vedações de segurança, bem como a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução, em caso de incumprimento dos proprietários, mediante informação da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), sendo posteriormente desencadeado o processo judicial tendente ao ressarcimento das verbas utilizadas.

O Universo das pedreiras em que a EDM está obrigada à colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e a proceder à respetiva vedação, bem como da realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombrelas, está dependente da informação da DGEG e restringir-se-á aos casos em que os exploradores ou proprietários não as realizem.

A programação desta ação, e próprio universo de pedreira a intervir, está por isso dependente da comunicação pela DGEG das situações a intervir, que por sua vez depende da resposta dos exploradores e proprietários dos terrenos à intimação da DGEG que se iniciou em fevereiro de 2019.

Entre setembro e dezembro de 2019 foram notificados pela DGEG à EDM um conjunto de pedreiras que foi variando ao longo do tempo, identificando-se 20 pedreiras em incumprimento, a 31 de dezembro de 2019.

No quadro *infra* apresenta-se a lista das 20 (vinte) pedreiras cujas medidas de intervenção não foram, até à data, cumpridas, bem como a localização conforme mapa.

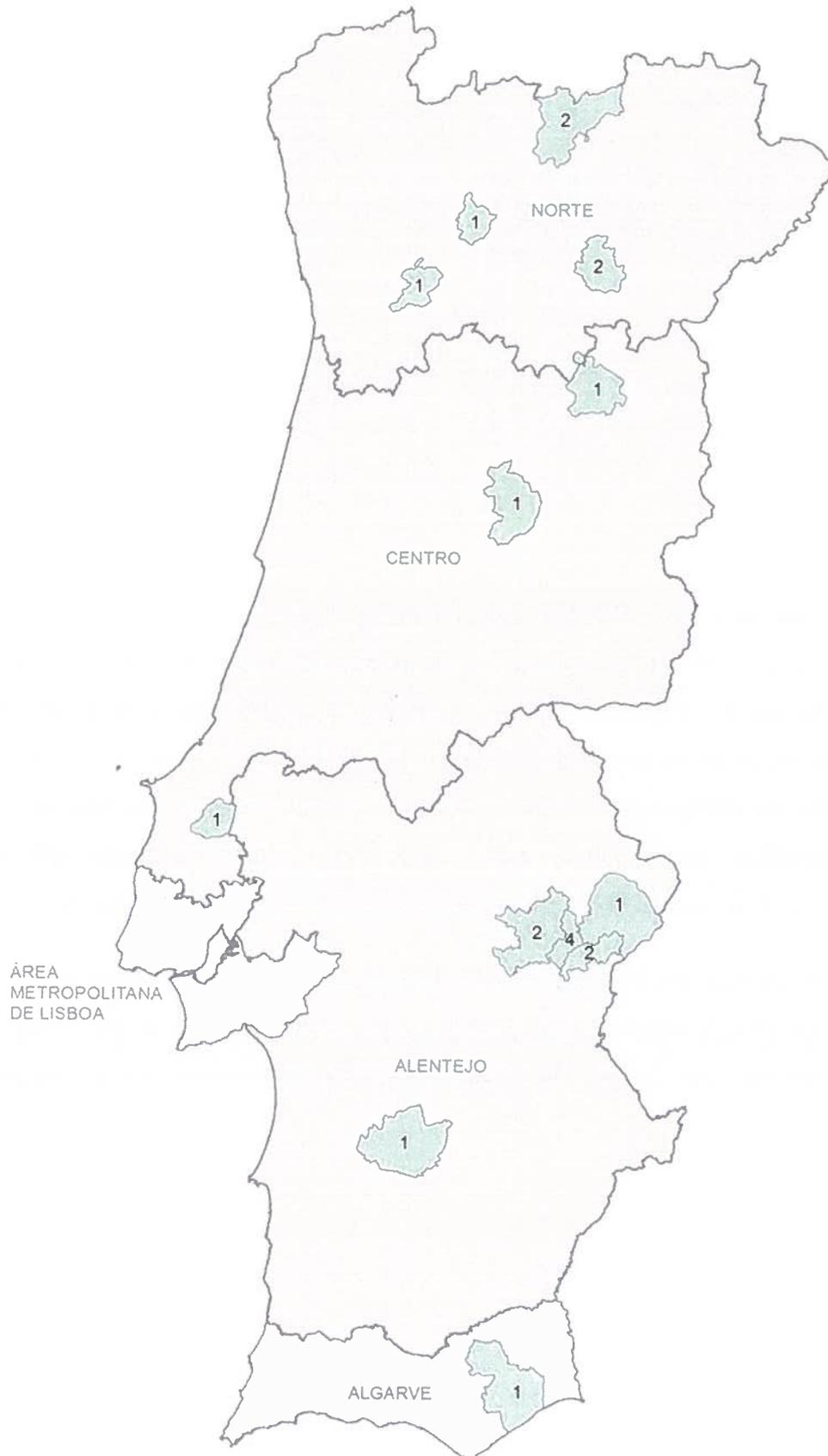
m
EB
A

N.º da pedra	Denominação	Concelho	Incumprimento «Sinalética»	Incumprimento «Vedação»	Incumprimento «Estudos»
1	3137	Oliveira da Encostinha	Borba		✓
2	3508	Poço Bravo nº 4	Borba		✓
3	5327	Tapada do Mouro	Borba		✓
4	5470	Herdade Salgada	Borba	✓	✓
5	5093	Mata do Santinho	Seia	✓	
6	4656	Ladeiras	Trancoso	✓	✓
7	5014	Nova Cerâmica nº 1	Chaves	✓	✓
8	5250	Cabeça Gorda	Carrizada de Ansiães	✓	✓
9	5754	Sanoano nº 2	Chaves	✓	✓
10	6525	Luzelos	Carrizada de Ansiães	✓	✓
11	20457	Sr.ª de Todo o Mundo	Caldas da Rainha	✓	✓
12	4973	Sorte do Ladário	Marco de Canaveses	✓	
13	80006	Pedra de Baixo	Mondim de Basto	✓	
14	5532	Courela dos Baixareis	Elvas		✓
15	2556	Cerca de Santo António	Estremoz		✓
16	3120	Cerca St.º António-Pedreira A	Estremoz	✓	✓
17	5188	A Vigãna ER2	Vila Viçosa	✓	✓
18	5243	Texugro-Lugamar	Vila Viçosa	✓	✓
19	6194	Figueirinha	Ferreira do Alentejo	✓	✓
20	5376	Santo Estevão P3	Tavira	✓	✓

Quadro das 20 pedreiras em incumprimento por Concelho e Tipologia, a 31 de dezembro de 2019

O acompanhamento das medidas estabelecidas na Resolução foi efetuado por serviços em engenharia e geotecnia, iniciando-se pelo levantamento Topográfico das Pedreiras em Incumprimento comunicadas pela DGEG. De igual forma, dada a dificuldade de obter dados e informações das pedreiras, iniciou-se a realização de *Relatórios de Diagnóstico* dessas mesmas Pedreiras em Incumprimento de modo a identificar as ações a desenvolver, em substituição das Memórias Descritivas previstas na RCM que deveriam acompanhar a comunicação da DGEG.

Dado prazo mais dilatado concedido pela DGEG para que os exploradores e ou os proprietários realizem estas ações admite-se que só apenas em 2020 venha a ter realização efetiva por parte da EDM, caso se mantenha, efetivamente, o incumprimento.



Distribuição por Concelho das 20 pedreiras identificadas pela DGEG como estando em incumprimento, a 31 de dezembro de 2019

Handwritten marks and signatures in the bottom right corner, including a stylized 'M' and other scribbles.

4.3.4. Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental

No quadro seguinte, apresenta-se a dotação máxima a transferir pelo Fundo Ambiental nos termos da RCM nº 50/2019, repartida pela tipologia de despesas que a EDM venha a assumir como necessárias.

	2019		2020	2021	Total
	Previsão	Executado	Previsão	Previsão	Previsão
1. Aquisição de serviços na modalidade de tarefa, assegurando o acompanhamento <i>in loco</i> das intervenções a realizar (*)	346.500,00 €	185.666,75 €	346.500,00 €	346.500,00 €	1.039.500,00 €
2. Aquisição de serviços de aluguer de equipamento informático, de sistemas de aeronaves não tripuladas e aquisição de equipamento de proteção individual	35.150,00 €	2.862,97 €	0,00 €	0,00 €	35.150,00 €
3. Aquisição de serviços, em regime de <i>renting</i> , de três viaturas todo-o-terreno	35.000,00 €	6.971,68 €	35.000,00 €	35.000,00 €	105.000,00 €
4. Aquisição de serviços para sinalizar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção	239.782,00 €	233.067,48 €	0,00 €	0,00 €	239.782,00 €
5. Aquisição de serviços para vedar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos do n.º 8 da RCM	3.045.938,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.045.938,00 €
6. Aquisição de serviços para realizar estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição de zonas de defesa e à estabilização de escombrelas para as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos do n.º 8 da RCM	615.000,00 €	0,00 €	615.000,00 €	615.000,00 €	1.845.000,00 €
7. Despesas de deslocação - EDM (nos termos do n.º 3, cláusula oitava, do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o FA, DGEG e EDM)	30.000,00 €	3.977,31 €	30.000,00 €	30.000,00 €	90.000,00 €
Total	4.347.370,00 €	432.546,19 €	1.026.500,00 €	1.026.500,00 €	6.400.370,00 €

(*) Considera 39,60€ de bens consumíveis, associados à implementação do Plano

Protocolo Fundo Ambiental (aquisições financiadas)

4.4. Ações no domínio da modernização e sustentabilidade

No domínio da modernização e sustentabilidade da EDM, os objetivos a atingir são:

- Garantir a adoção das modernas práticas de gestão que proporcionem tomadas de decisão atempadas e fundamentadas, maximizando o quadro de competências da empresa;
- Promover o desenvolvimento de áreas de negócio que disponibilizem possibilidades de crescimento, simultaneamente propiciadores de sustentabilidade económica e financeira;
- Garantir a otimização dos ativos da empresa.

Atentas as linhas de desenvolvimento definidas, foram desenvolvidas as ações descritas nos pontos seguintes.

4.4.1. Estrutura e Organização

Relativamente a este domínio a aposta centrou-se na simplificação e desmaterialização, destacando-se as seguintes ações:

- Prosseguiu o desenvolvimento de um sistema de informação geográfica, ajustado às necessidades e dados de prospeção disponíveis (sondagens, geofísica, análises químicas, etc.), no sentido de permitir rápidas análises dos projetos;
- Prosseguiu o desenvolvimento da nova página de internet, criada em 2016, capaz de responder aos novos desafios de comunicação, devidamente adaptada para plataformas móveis e com uma navegação mais amigável do utilizador, ao mesmo tempo que é capaz de disponibilizar mais informação e mais detalhada;
- Implementou-se o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), estando disponível no sítio da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A, que no contexto das suas atribuições, procede ao tratamento de dados pessoais, pretendendo assegurar com rigor, eficácia e segurança a proteção de todos os dados que recolhe e trata,



comprometendo-se com o cumprimento das exigências do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

4.4.2. Capital Humano

Mantiveram-se as ações de valorização de competências através de formação contínua, servindo de base ao crescimento da empresa.

4.4.3. Novas Áreas de Negócio

Na vertente de identificação de novas áreas de negócio, que permitam o aproveitamento das valências técnicas e humanas existentes na empresa prosseguiram os trabalhos referentes aos seguintes dois domínios:

Certificação de Uso de Solos

A experiência e conhecimento técnico da EDM neste tema coloca-a num patamar de liderança para prestar serviços nas suas mais variadas vertentes aos proprietários dos terrenos, bem como às agências governamentais. Esta prestação de serviços poderá ir muito mais além do âmbito dos antigos solos mineiros, podendo abranger a quase totalidade dos solos existentes.

Com vista a colocar a EDM numa posição que vá mais além dos solos das antigas áreas mineiras a EDM tem em curso a celebração de um protocolo com o Instituto Superior de Agronomia, o que permitirá adquirir mais *know-how* técnico, reforçando desta forma a posição de liderança da empresa, face a eventuais concorrentes.

Avaliação de Radão nos Edifícios

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

Handwritten marks: a checkmark and a signature.

A EDM tem uma larga experiência ao nível das soluções de construção com vista à mitigação dos efeitos do gás radão fruto dos trabalhos realizados na zona centro e ao abrigo dos planos de recuperação de muitas antigas áreas mineiras.

A transposição da diretiva 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º108/2018, de 3 de dezembro, irá levar a que muitas das construções existentes em Portugal, nomeadamente nas zonas norte e centro (áreas com a presença de granitos), tenham a necessidade de serem avaliados do ponto de vista a concentração do radão, ao mesmo tempo, que se prevê que posteriormente, muitas destas mesmas construções, terão de ser alvo de intervenções construtivas com vista à minoração da concentração do gás radão, até aos limites máximos impostos pela legislação a aplicar (300 Bq/m³).

A EDM encontra-se numa posição privilegiada para intervir comercialmente neste futuro ramo de atividade, pelo que prosseguiu a definição do modelo de intervenção a desenvolver, em função do quadro legal a aplicar, aprofundando sinergias com a Universidade de Coimbra que poderá assim contribuir para centralizar na região do país mais afetada pela exposição às radiações de origem natural um **núcleo de excelência no que respeita à investigação científica**, bem como no apoio a prestadores de serviços que venham a ser constituídos por via da aplicação da legislação sobre a matéria.

Handwritten signature and initials in blue ink.

4.5. Stock de Urânio

Finalmente uma referência às ações relacionadas com o importante ativo que é o Stock de Urânio que, por decisão do Estado, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho, foi transferido do LNEG para a EDM, e que a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança.

Este stock de concentrado de U3O8, que, à data, totaliza 198,5 toneladas (a mesma quantidade que foi transferida do LNEG), vem sendo objeto de visitas anuais de controlo, quer do EURATOM, quer da AIEA. A inspeção de 2019 foi realizada pela EURATOM, em 27 de setembro, e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas diferentes das que a EDM vem seguindo.

Durante o ano de 2019 manteve-se um acompanhamento rigoroso e sistemático das condições de segurança e de armazenagem do local onde está o stock de concentrado de U3O8. Na sequência das ações de reforço físico do local concluídas em 2015, optou-se em meados de 2017, no sentido de reforçar os meios de segurança face à importância estratégica do stock, por ajustar a presença de pessoal da empresa de segurança, que passou a assegurar presença física durante o período noturno e nos fins de semana.

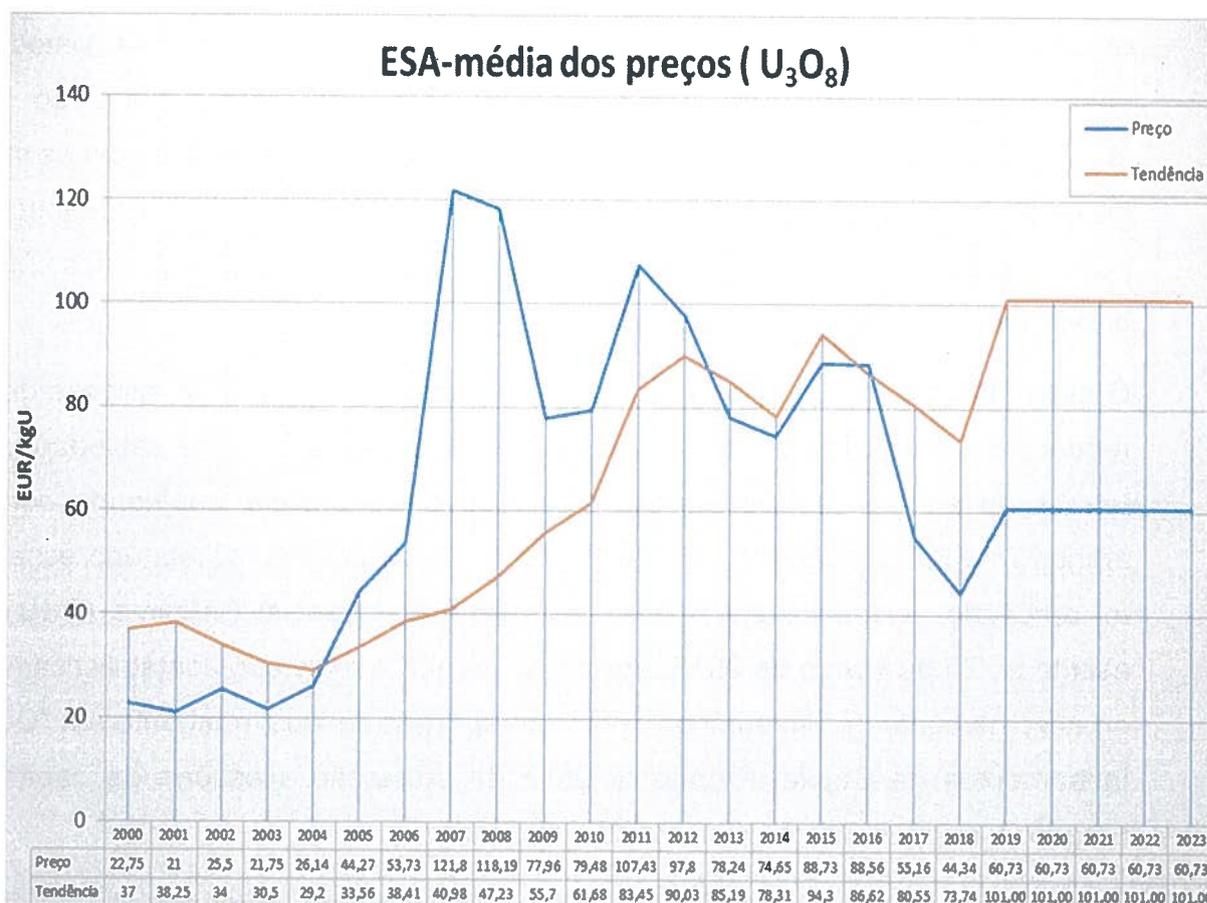
O stock de urânio foi avaliado no ano da transferência, em 2012, através de um relatório de avaliação de um ROC independente sem interesse na sociedade, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com os artigos 7º e 23º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, relatório esse que foi aprovado pelo acionista através da Deliberação Social Unânime (DSU) por escrito de 25 de março de 2013 (ata n.º 44 da AG) e registado contabilisticamente no ativo na conta de “Inventários”, por contrapartida de igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade.

Considerando a especificidade do produto, sujeito a regras e controlos formais de comercialização, e que não é objeto de “cotações” internacionais como outras “commodities” que possam servir de referencial, o relatório do ROC, datado de 27 de dezembro de 2012, avaliou o ativo de urânio através da “aplicação às

m
28
A

quantidades existentes de um preço de mercado extraído das publicações especializadas neste tipo de produtos, nomeadamente com referência ao observatório de preços do EURATOM (http://ec.europa.eu/euratom/observatory_price.html), considerando os preços spot”, critério que foi aprovado pela já referida DSU por escrito, e que conduziu à contabilização pelo valor de €13.731.185.

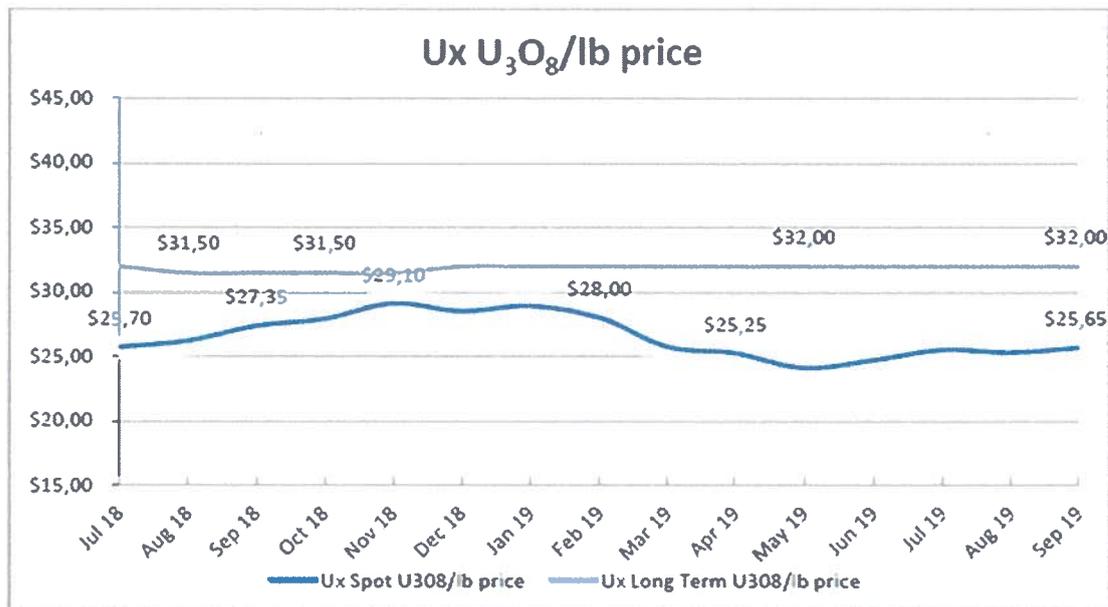
A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no observatório da Euratom em que o último ano é 2018) conduz a um valor (75,35€/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,123€/kgU, sendo que as informações de 2019 da mesma Euratom apontam para uma projeção de preços a longo prazo superiores como se evidencia no gráfico seguinte (linha de tendência).



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

Handwritten signatures and marks in blue ink.

As informações recentes sobre a evolução do mercado de urânio que apontam para a retoma progressiva dos preços decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa entretanto verificados e das decisões dos EUA de reforçar a reserva estratégica de urânio e designadamente a referência do Euratom sobre a perspetiva dos preços a longo prazo atingirem \$33,5/lb, superior mesmo ao valor constante do relatório do 3º trimestre evidenciado no gráfico seguinte (\$32,0/lb), justificam a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço o valor do stock (13.489.681,80€) se aproxima do valor do inventário.



Handwritten initials and marks in the bottom right corner.

4.6. Síntese dos investimentos realizados

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese dos investimentos realizados em 2019, incluindo a comparação com a programação constante da proposta de plano para 2019.

INVESTIMENTOS em 2019 - Plano e Execução									
Domínio de Intervenção	Áreas de Atuação	Ações	milhares de euros						
			Realizado até 2019	PAO-2019ajust		Realizado 2019			
				Investimentos acumulados até 2019 (direto EDM)	Direto pela EDM	Induzido	Direto pela EDM	Induzido	
I-Mineira	A - Prospecção e Pesquisa	A1	Avaliação Contínua do Potencial Nacional - Avaliação do Potencial de Prospecção de Minerais Críticos - Elaboração de Portefólio de Oportunidades	0 0	20 30	20 30	0 0	0 0	
		A2	Desenvolvimento de Projetos de Prospecção e Pesquisa - Argozelo - Escádia Grande - Douro Superior (Fonte Santa)	979 736 0	20 70 50	20 70 50	15 61 0	15 61 0	
		A3	Participação em Projetos de Pesquisa e Prospecção - São Pedro das Cabeças - Monte das Mesas - Alcácer - Rosário - Lagoa salgada - Barigão (dependente da abertura de concurso)	0 607 0 185 0 0	0 0 0 263 0 45	500 100 500 750 750 300	0 0 0 51 0 0	168 158 152 734 0 0	
		B1	Participação em Proj. com Potencial Mineiro - Gavião - Semblana - Gralheira (dependente abertura de concurso)	6.900 0 0	0 0 60	1.000 2.000 400	0 0 0	0 0 0	
		C - Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	C1	Investigação nas Áreas da P&P e do Trat. de Minérios - Projeto UNEXMIN	44	35	35	44	44
			C2	Dinamização e Cooperação - Cooperação e Internacionalização	0	15	15	0	0
			C3	Promoção do Património Geológico-Mineiro - Roteiro de Minas - Ações de Promoção, Imagem e Inovação	510 43	45 20	45 20	43 15	43 15
		Subtotal (I)			10.004	673	6.605	229	1.390
		II- Ambiental	D - Projetos cofinanciados	D1	1.º Aviso-Convite POSEUR Nº 17-2015-26 - Urgeirica - Fase Final - S. Domingos - Fase 1	12.659 3.907	5.523 436	5.523 436	5.606 87
	D2			2.º Aviso-Convite POSEUR Nº 17-2016-66 - Mondego Sul - S. Domingos - Fase 2	1.790 730	3.209 1.924	3.209 1.924	1.304 610	1.304 610
	D3			3.º Aviso-Convite POSEUR (2017) - fase complementar - Descontaminação Radiativos - Mortórios - Quinta do Bispo - Fase 1 - Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	307 607 201 110	344 820 501 544	344 820 501 544	236 544 87 57	236 544 87 57
	D4			4.º Aviso-Convite POSEUR (2019) - fase complementar - Ajustrel e Iousal - fase complementar - Covas e Jales - Ferreirís, Reboleiro, Barroco O., A cavalo, Q. Seixas, Lenteiros	72 108 0	160 144 210	160 144 210	36 38 0	36 38 0
	D5			Novos Avisos-Convite POSEUR/OUTRO - Candidatura(s) a determinar	0				
E - Segurança, Projetos não cofinanciados e Manutenção	E1		Segurança - Atuações em Poços, Galerias, Chaminés e Abatimentos - Parque Habitacional da Urgeirica	0 1.328	20 500	20 500	0 618	0 618	
	E2		Projetos n/ cofinanciados e pós-remediação - Projetos não cofinanciados - Pós-Remediação e Monitorizações	2.122 0	1.520 20	1.520 20	1.285 0	1.285 0	
F - Investigação, Promoção e Parcerias	F1		Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos - Projeto LIFE NO_WASTE	94	30	30	12	12	
	F2		Promoção e Parcerias - Valorização dos Ativos Recuperados	0	10	10	0	0	
Subtotal (II)			24.034	15.914	15.914	10.519	10.519		
III-PIPSC	G-PIPSC		G1	Plano Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica - Protocolo Fundo Ambiental/ EDM DGE (RCM nº 50/2019)	433	2.256	2.256	433	433
Subtotal (III)			433	2.256	2.256	433	433		
IV- Sustentabilidade	H - Estrutura		H1	investimentos correntes	0	30	30	0	0
	I - Novas Áreas	I1	Certificação de Solos Contaminados e avaliação Radão edifícios	0	15	15	0	0	
Subtotal (IV)			0	45	45	0	0		
TOTAL (Subtotais I+II+III+IV)			34.471	18.887	24.820	11.181	12.342		

4.7. Participada EDM I - Empresa de Projetos Imobiliários

A EDM I, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2019, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios não tendo sido possível realizar qualquer venda.

Tendo sido feita no final de 2014 uma avaliação dos imóveis, incluindo os loteamentos urbanos, que conduziu a um valor global de € 8.047.302,80, valor superior aos valores de registo, que por prudência se mantiveram. Este valor de avaliação serve para aferir da possibilidade de reembolso da dívida à EDM.

Relativamente às contas do exercício de 2019 destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.307.019,79), Resultados Líquidos negativos (€23.764,53) e Capital Próprio (€791.831,66). O valor do Passivo (€5.515.188,13) engloba o valor da dívida à EDM (€5.188.851,41), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.

5. RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores da EDM durante 2019 foi de 16, repartidos entre 8 mulheres e 8 homens, e que em 31 de dezembro eram todos efetivos.

Em 2018 foi solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3 para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, proposta que só parcialmente foi aceite, com a autorização para contratar apenas 1 técnico. O Conselho de Administração apresentou em 3 de outubro de 2019 nova proposta para o recrutamento de 4 técnicos superiores à Tutela Setorial que emitiu parecer favorável remetido ao gabinete do Secretário de Estado do Tesouro por carta de 14 de outubro de 2019.

No exercício e dadas as condicionantes para o setor empresarial do Estado, não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.



6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2019 foram os seguintes:

- Aplicação dos resultados líquidos de 2018, no montante de €407.867,29 em resultados transitados conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 29 de março de 2019;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de €8.605.025,00;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e projetos não cofinanciados, destacando-se a intervenção com a extinção de focos de combustão no Pejão, no valor de €1.902.876,78;
- Realização de investimentos no âmbito da prospeção e pesquisa de €126.457,28;
- Realização de gastos relativos à intervenção nas pedreiras (PIPSC) no montante de €432.546,20;
- Recebimento do montante de €6.190.650,60 do POSEUR, correspondente à participação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos da concessão de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de €147.756,70, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de €419.387,30;
- Prestações de serviços no montante de €60.946,37 relativos a serviços técnicos no âmbito da geologia;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de €939.031,40 relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de €567.719,54, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€126.401,00); vigilância e segurança (€104.246,95); de rendas e alugueres

(€59.736,67), de energia e fluidos (€53.982,82) e de conservação e reparação (€45.650,93);

- Gastos com pessoal, no montante de €973.199,32, que incluem as remunerações e encargos com segurança social dos membros dos órgãos sociais no montante de €205.269,55 e as remunerações e encargos com segurança social do pessoal no montante de €636.403,83. O valor registado é muito inferior ao previsto no orçamento inicial (entretanto reajustado com nova versão apresentada em agosto de 2019) dado que, durante o exercício, exerceram funções apenas 2 membros do Conselho de Administração e também não se verificou a contratação de 5 novos trabalhadores cujos gastos haviam sido contemplados no orçamento;
- Perdas em subsidiárias de €23.764,53 relativamente à EDMI;
- Outros rendimentos no montante de €1.322.825,28 que compreendem rendimentos suplementares de €13.649,96, outros rendimentos e ganhos de €1.294.118,80 no qual está incluído o montante de €1.080.000,00 relativos à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada nesta subconta por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010, e outros de €15.056,52;
- Outros Gastos no montante de €195.781,83 dos quais €3.715,01 relativos a impostos, €184.256,74 relativo a alienações de imobilizado e €7.810,08 a correções de períodos anteriores, donativos, quotizações e outros;
- Gastos de amortizações, no montante de €48.560,60;
- Juros e rendimentos similares obtidos de €4.056,52 relativos a rendimentos de aplicações financeiras feitas no IGCP e de obrigações da CGD adquiridas em 2009 e que se venceram em maio de 2019;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de €98.446,45 relativo a IRC e tributação autónoma;
- Ativo não corrente, no valor de €11.143.958,34, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€5.188.851,41) e investimentos nos projetos de

Handwritten signatures and initials in blue ink.

recuperação ambiental e prospeção (€4.109.415,64);

- Ativo corrente no montante de €49.711.275,98;
- Passivo não corrente de €1.669.580,26, no qual se incluem provisões no montante de €1.553.620,07 relativas a encargos com pensões de ex-trabalhadores da extinta ENU, reforçadas em 2018 em €743.308,01 decorrente da atualização atuarial dessas responsabilidades, e €174.943,60 relativas a um processo judicial em curso movido pela Drillcon Iberia conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Passivo corrente de €7.736.656,31, dos quais €7.095.620,61 contabilizados em dívidas a pagar que se referem quase exclusivamente a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar e para a intervenção nas pedreiras em situação crítica;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2019 é de €60.855.234,32 e o Capital Próprio de €51.448.997,75.

Handwritten marks and signatures in blue ink, including a checkmark and a signature.

7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

(estrutura do capítulo de acordo com as orientações comunicadas pela DGTF)

7.1. “1-Objetivos de Gestão, (artigo 38º do RJSPE), e Plano de Atividades e Orçamento”

A missão da empresa centra-se em **duas vertentes** principais:

- uma de **recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas**, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão;
- e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de **prospecção, pesquisa e valorização de recursos minerais**, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.

Adicionalmente e com carácter temporário correspondente ao período do mandato 2019-2021, a derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba evidenciou a necessidade de **apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional** que evidenciou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, bens e ambiente, tendo sido identificado um conjunto de 199 pedreiras a exigir intervenção de caráter prioritário, relativamente às quais a RCM nº 50/2019 atribuiu diversas tarefas à EDM.

Apesar do Conselho de Administração ter apresentado uma “Proposta de Contrato de Gestão” que incluía as *Orientações Estratégicas e Específicas* para o mandato e que mereceram parecer favorável da TUTELA SETORIAL (despacho de 21/8/2019 do Senhor Secretário de Estado da Energia), ainda não foram “formalmente” aprovados os objetivos, embora a atuação desde a eleição tenha sido estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM.

Sublinhe-se, contudo, que o Conselho de Administração concretizou em 2019 os objetivos e estratégias propostas, cujo cumprimento se comprova pela descrição

detalhada das atividades desenvolvidas e pelos indicadores de desempenho propostos, como se evidencia no quadro seguinte:

INDICADORES DE DESEMPENHO



Objectivos de Desempenho	Area de actuação/natureza	notas	Designação do indicador	meta 2019	real 2019	meta 2020	meta 2021	Ponderação
Qualitativos	CONTRATO DE CONCESSÃO	1	Superfície total da área mineira interveniçã (ha) acumulada face ao valores globais identificados em 2003 (estudo de hierarquização)	54%	58%	57%	59%	10%
		2	População potencialmente beneficiada pela diminuição da vulnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente (acumulada)	780 000	776 928	800 000	830 000	5%
	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS	3	Contratos de prospeção e concessão celebrados ou prorrogados, autonomamente ou em consórcio (valores acumulados)	1	1	2	2	5%
		4	Quantidade de quilómetros de geofísica (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	15	20,7	20	25	10%
		5	Quantidade de amostras de rochas e solos (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	300	736	500	800	5%
		6	Quantidade de metros de sondagens geológicas carotadas ou destruídas (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	5 000	9 296	7 000	8 000	10%
Financeiros	EFICIÊNCIA	7	Custos operacionais/rendimentos	75,00%	66,30%	85,00%	85,00%	10%
	RENTABILIDADE	8	Rentabilidade do capital empregue (ROCE-Return on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicações financeiras no IGCP	>30	145	>30	>30	5%
		9	Margem de EBITDA	25,00%	24,20%	15%	15%	5%
	EQUILIBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO	10	Autonomia financeira	>50%	84,54%	>50%	>50%	10%
	EFICÁCIA	11	Grau de concretização dos investimentos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios face aos valores contratados	90%	187%	90%	90%	5%
		12	Grau de concretização dos investimentos em contratos autónomos de prospeção e pesquisa face aos valores contratados	80%	83%	80%	80%	5%
		13	Grau de concretização dos investimentos das candidaturas aprovadas ao POSEUR	85%	76%	85%	85%	5%
	PAG FORNECEDORES	14	PMP (Prazo médio de pagamentos)	24	19	24	24	10%

100%

NOTAS

- 1 quociente entre a área (em ha) acumulada das áreas mineiras reabilitadas e com intervenções em curso e o valor global identificado no estudo de hierarquização relativo aos 60 locais prioritários
2 somatório acumulado da população residente em cada município potencialmente beneficiada por intervenções de recuperação ambiental (censos de 2011)
base de referência dos dados reportados a final de 2015

descrição	locais	hectares	população
áreas mineiras prioritárias (definidas no estudo de hierarquização de 2003)	60	1 927	1 070 000
áreas mineiras interveniçã	39	904	688 000

- 3 número de propostas de contratos de prospeção, concessão de exploração experimental ou de exploração apresentados à DSEG ou em negociação e prorrogação
4 extensão (em km) de perfis de geofísica realizados
5 número de amostras analisadas geoquimicamente
6 extensão (em metros) de sondagens geológicas realizadas
7 quociente entre os custos operacionais(FSE+Despesas c/Pessoal+CMVMC)/rendimentos (vendas+Prestação serviços+trabalhos p/própria empresa+outros rend e ganhos)
8 quociente entre a rentabilidade do capital empregue (ROCE_ EBIT/capital social) e a remuneração das aplicações financeiras no IGCP(taxa de remuneração média anual)
9 quociente entre o EBITDA/rendimentos (vendas+Prestação serviços+trabalhos p/própria empresa+outros rend e ganhos)
10 quociente entre o capital próprio e o ativo líquido da empresa
11 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios (de acordo com o cronograma)
12 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeção e pesquisa autónomos (de acordo com o cronograma)
13 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em candidaturas (de acordo com o cronograma) ajustado caso não exista abertura de candidaturas
14 de acordo com a RCM n°34/2008, em dias úteis:

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2019 não foi feita qualquer atualização salarial anual dos trabalhadores da EDM mas apenas a atribuição de isenção de horário a 4 técnicos superiores com intervenção no PIPSC no âmbito do n° 11 da RCM n°50/2019 de 5 de março. Não foram feitas quaisquer valorizações remuneratórias. Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2019 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação aplicável. Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

7.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2019

O mapa seguinte compara os valores realizados em 2019 com as previsões orçamentais constantes da proposta de "PAO_2019 ajustado" de agosto 2019.

Rubricas	(€)	
	2019 Execução	PAO 2019 AJUSTADO
Rendimentos	2.322.803,05	2.270.000,00
Vendas		
Vendas de Mercadorias		
Prestação de Serviços	60.946,37	150.000,00
Ganhos em subsidiárias		
Variação nos Inventários da Produção		
Trabalhos própria entidade	939.031,40	915.000,00
Ganhos por aumentos de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	1.322.825,28	1.205.000,00
Gastos	1.760.465,22	1.885.392,00
Custo Mercadorias vend. e Matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	567.719,54	547.200,00
Serviços especializados	286.885,92	296.200,00
Materiais	18.616,54	16.500,00
Energia e Fluidos	53.982,82	47.000,00
Deslocações, Estadas e Transportes	8.219,62	7.500,00
Serviços diversos	200.014,64	180.000,00
Gastos com pessoal	973.199,32	1.008.128,00
Perdas por imparidade		
Perdas por redução de justo valor		
Provisões do período		
Perdas em empresas participadas	23.764,53	
Outros gastos e perdas	195.781,83	35.000,00
Impostos	3.715,01	9.000,00
Outros	192.066,82	26.000,00
Resultados antes dep, gastos fin. e impostos	562.337,83	679.672,00
Depreciações e amortizações	48.560,60	50.000,00
Resultado operacional	513.777,23	629.672,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Juros e rendimentos similares obtidos	4.056,52	5.000,00
Juros e gastos similares suportados		500,00
Resultados antes de Impostos	517.833,75	634.172,00
Imposto sobre o rendimento do período	98.446,45	139.518,00
Resultado líquido do período	419.387,30	494.654,00

A discriminação dos principais aspetos decorrentes da análise do quadro, que já consta também do capítulo 6 do relatório, evidencia o seguinte, em comparação com a versão ajustada do PAO_2019 (designada PAO_2019 Ajustada agosto 2019) enviada em agosto:

- Nos **“rendimentos”** o desvio resulta, essencialmente, da não concretização de prestação de serviços previstas;
- Os **“Gastos”** situaram-se abaixo do previsto no PAO ajustado, justificado no aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos por gastos resultantes do envolvimento em atividades não previstas e na redução dos Gastos com pessoal pelo facto do Conselho de Administração se ter mantido todo o ano de 2019 apenas com dois membros e pela não contratação de um técnico superior no último trimestre como previsto. Acresce ainda o registo do resultado negativo da empresa participada EDMI, ligeiramente inferior ao estimado;
- Os **“resultados líquidos”** obtidos foram inferiores ao previsto no PAO Ajustado de agosto 2019.

7.1.2. Princípios Financeiros de Referência

A descrição dos aspetos referentes aos itens agregados na designação *“princípios financeiros de referência”* encontra-se apresentada no ponto 7.13 *“13-Medidas de redução de gastos operacionais”* do capítulo 7 deste relatório, pelo que esta informação adicional vai repetir em parte a aí referida. Relativamente aos princípios em referência identificados pela DGTF regista-se:

Handwritten initials and a signature in blue ink.

		2019 Execução	PAO 2019 AJUSTADO
(0) EBITDA	(€)	562.337,83	679.672
(1) CMVMC	(€)		
(2) FSE	(€)	567.719,54	547.200
(3) Gastos com o pessoal	(€)	973.199,32	1.008.128
(4) Indemnizações pagas por rescisão	(€)		
(5) Impacto das valorizações remuneratórias	(€)		
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	(€)	1.540.918,86	1.555.326
(7) Volume de negócios	(€)	2.322.803,05	2.270.000
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)		0,66338765	0,68516637
Gastos com Pareceres e Consultorias	(€)	11.510,77	14.000
Gastos com Deslocações/Alojamento	(€)	8.219,62	7.500
Gastos com Ajudas de custo	(€)	1.125,72	1.300
Gastos com as viaturas	(€)	38.655,14	35.301
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		19	20
N.º Órgãos sociais (OS)		3	3
N.º Cargos de Direção (CD)		1	1
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		15	16
N.º Trabalhadores/N.º CD		15	16
N.º de viaturas		7	7

- **EBITDA** - regista-se um valor €562.337,83 que é 17,3% inferior ao orçamentado e idêntico ao registado em 2018 (€562.206);
- Relativamente aos **gastos operacionais** estes situaram-se abaixo do previsto no PAO ajustado, sublinhando-se:
 - que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental (+3,7%);
 - e que *Gastos com Pessoal* foram inferiores em 3,5% relativamente ao previsto no orçamento ajustado e 25,3% ao previsto no orçamento inicial, registando-se a não contratação dos 5 técnicos propostos e o facto do Conselho de Administração se ter mantido com 2 membros durante o exercício;
- Constata-se uma redução para 66,34% do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** face a 2018 (68,90%) em linha com as previsões do orçamento do "PAO_2019 ajustado (68,52%);

- Relativamente aos outros itens e tendo em consideração a especificidade da atividade da EDM, bem explicitada neste Relatório e Contas, constata-se:
 - que os **gastos com o conjunto das rubricas** “deslocações e estadas”, “ajudas de custo” e “gastos com a frota automóvel” apresentam um decréscimo de 8,8% face ao estimado para 2019 (PAO Ajustado) e uma redução de 4,1% face ao executado em 2018.

Unidade do valor : €

	2019	2019-PAO	2018	Variação		Variação 2019/2018	
	real	ajustado	real	2019/2019_PAO ajustado			
	Executado	Estimativa	Executado	valor	%	Valor	%
Deslocações /Estadas	8.220	7.500	6.011	720	9,6	2.209	36,7
Ajudas de Custo	1.126	1.300	688	-174	-13,4	438	63,6
Gastos c/Frota Automóvel	38.655	35.301	43.374	3.354	9,5	-4.719	-10,8
SOMA	48.000	44.101	50.073	3.899	8,8	-2.073	-4,1

Evolução das rubricas específicas dos FSE

- que os **gastos com o conjunto de rubricas** de “Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria” apresentam uma redução de -17,8% face ao estimado para 2019 (PAO_2019 ajustado) e de 19,1% face ao executado em 2018;

Unidade do valor: €

	2019	2019	2018	Variação		Variação	
	real	PAO ajustado	real	2019/2019_PAO ajustado		2019/2018	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	11.511	14.000	14.226	-2.489	-17,8	-2.715	-19,1

Evolução dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria

- e que o **número de veículos (7)** é igual ao registado em 2017. Sublinha-se, como se tem vindo a referir nas propostas de

Plano de Atividades e Orçamento anuais, a necessidade de equacionar a substituição de 3 viaturas cuja elevada quilometragem e gastos de conservação se revelam desajustados, comprometendo igualmente a segurança. A urgência desta substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem;

7.1.3. Investimento

Conforme se apresenta detalhadamente no capítulo 4 relativo à atividade desenvolvida e em síntese no quadro constante do ponto 4.6 do relatório, os investimentos realizados em 2019 ficaram aquém do que foi previsto no orçamento em resultado do desenvolvimento dos procedimentos contratuais aplicáveis. Relativamente aos projetos de remediação ambiental refira-se que a EDM só pode avançar desde que lhe sejam afetos os meios financeiros necessários pelo PO SEUR no que se refere a disponibilidade de fundos comunitários, no pressuposto da manutenção do compromisso do seu acionista e concedente no que diz respeito ao financiamento da contrapartida nacional.

Nos projetos de prospeção desenvolvidos de forma autónoma verificou-se um desvio justificado no caso de Argozelo pelo atraso na assinatura do contrato com a DGEG e no caso do Rosário pela opção de promover o desenvolvimento do projeto em parceria no quadro de uma consulta pública realizada em finais de 2017, cujo contrato de consórcio, após aprovação pela tutela, foi celebrado em 11 de junho de 2019.

Nos outros projetos que estão previstos desenvolver em parceria a EDM está dependente de terceiros e da dinâmica que estes queiram implementar na execução dos mesmos, constatando-se, à exceção do Monte das Mesas, um desvio nos restantes projetos com realização de investimentos inferiores aos programados.

7.1.4. Quadro de Pessoal

A nível de **pessoal**, não foram substituídas as 3 saídas verificadas em 2016.

Em 2018 havia sido solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3 para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, tendo sido apenas autorizada a contratação de um técnico, mas com perfil diferente do prioritário. Aprovada a alteração de perfil procurou-se efetuar a contratação de um engenheiro civil ainda no último trimestre de 2019 mas não se conseguiu realizar essa contratação.

O quadro de pessoal em 31 de dezembro de 2019 tinha 16 trabalhadores.

	2017		2018		2019		variação 2019/2018
	início	fim	início	fim	início	fim	
EFETIVOS	16	16	16	16	16	16	0

Movimentos de pessoal

7.1.5. Nível de Endividamento

A EDM não tem passivo bancário e também no orçamento não estava previsto qualquer endividamento.

7.2. “2-Gestão do Risco Financeiro”

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 84,3%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	13,7
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	0	4%

7.3. “3-Limite de Crescimento do Endividamento”

Passivo remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 19/18	
	Valores €					Valor	%
Financiamentos obtidos correntes e não correntes	-	-	-	-	0	0	0
... dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	-	0	0
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-	-	0	0
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-	-	0	0
Endividamento ajustado	-	-	-	-	-	0	0

7.4. “4-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)”

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação

17
28
11

permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e conseqüente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2019 e 2018 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

Não existem pagamentos em atraso.

PMP	2019	2018	Variação 19/18	
			Valor	%
Prazo (dias)	19	15	4	26,6

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

7.5. “5-Diligências Tomadas e Resultados Obtidos no Âmbito do Cumprimento das Recomendações do Acionista na Aprovação das Contas de 2018”

Relativamente às recomendações e deliberações do acionista, emitidas na assembleia geral de aprovação das contas de 2018 há a referir o seguinte:

- *Recomendação: Dar cumprimento ao disposto no artigo 57º da Lei do Orçamento de Estado para 2019;*

A EDM prossegue uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais traduzida na progressiva redução do rácio “gastos operacionais/Rendimentos” que passou de 79,8% em 2016 para 71,8% em 2017 e para 68,9% em 2018 e 66,3% em 2019.

- *Recomendação: Dar cumprimento integral ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme disposto no artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), e no artigo 141º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019).*

A EDM encerrou a conta nº 0230003356730 que detinha na Caixa Geral de Depósitos, conta cujo encerramento estava dependente da existência de obrigações da CGD adquiridas em 2009 que se venceram em 2019, após o que foi encerrada a conta associada.

A empresa ainda detém uma conta no Banco Santander, conta nº 0000.00900448001, a qual não foi possível encerrar porque tem associada a guarda de títulos, concretamente ações da Lusitânia Seguros que foram transferidas para a EDM em consequência da liquidação da ECD – Empresa Carbonífera do Douro. O Santander não encerra a conta enquanto existirem títulos à guarda, títulos que referem serem escriturais e por isso não podem ser entregues à EDM. Dado que o IGCP só tem este serviço para títulos da dívida pública, manteve-se a conta em causa que apenas tem sido movimentada para depositar os montantes necessários ao pagamento de comissões e respetivos impostos, apresentando um saldo mínimo e por vezes negativo. Por isso foi solicitado ao IGCP o excecionamento do cumprimento integral do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado relativamente à conta no Santander que foi autorizado para os anos de 2019 e 2020, comunicado pela carta do IGCP ref. SGC Nº 19486 de 4 de dezembro de 2019.

7.6. “6-Remunerações (apêndice 1)”

7.6.1. Órgãos Sociais

O modelo de GOVERNO SOCIÉTARIO está detalhadamente desenvolvido no Relatório do Governo Societário apresentado ao acionista em conjunto com este RELATÓRIO E CONTAS DE 2019. Sublinhe-se, em síntese, que o governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração.

Os órgãos sociais para o triénio 2019-2021 foram eleitos na sessão da Assembleia

17
28
//

Geral realizada em 10 de maio de 2019, tendo na ocasião o Conselho de Administração sido composto apenas com o Presidente e uma Vogal, que transitaram do mandato anterior e asseguraram a gestão da empresa durante todo o ano de 2019. Já em 2020 o Conselho de Administração foi completado com o segundo Vogal, que foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de janeiro de 2020.

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes, nos termos das instruções da DGTF.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

Presidente - €500,00 e Secretária - €350,00, de acordo com a deliberação da sessão da assembleia geral de 22 de junho de 2016.

As sessões da Assembleia Geral realizadas em 2019 ocorreram ainda durante o mandato anterior, 2016-2019.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram reconduzidos para o mandato 2019-2021 não se tendo verificado no âmbito do novo mandato quaisquer reuniões da Assembleia Geral.

Em 2019 foram pagos os seguintes valores:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	1.000,00
2016-2018	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	700,00
				1.700,00

Nota: Os valores processados em 2019 referem-se às sessões da Assembleia Geral realizadas em 29 de março e 10 de maio de 2019.

Conselho de Administração

Na sessão da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019 foram eleitos, para o triênio 2019-2021, os membros do Conselho de Administração, o Presidente e um Vogal, que transitaram do mandato anterior. Já em 2020 por deliberação social unânime por escrito de 27 de janeiro de 2020 foi eleito o segundo Vogal do Conselho de Administração.

Durante todo o ano de 2019 o Conselho manteve-se apenas com o Presidente e uma Vogal. Os membros do Conselho em funções durante 2019 transitaram do mandato anterior, ou seja, o Presidente e uma Vogal fizeram parte do mandato 2016-2018 e integram o atual mandato 2019-2021.

Mandato 2019-2021

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Rui da Silva Rodrigues	AG	10/05/2019	N	DGEG	D	2 a)
2019-2021	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	AG	10/05/2019	N	ISS	D	1 b)

a) mandatos 2010-2013 e 2016-2018

b) mandato 2016-2018

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Mandato 2016-2018

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Rui da Silva Rodrigues	AG	22/06/2016	N	DGEG	D	2 a)
2016-2018	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	AG	26/01/2018	N	ISS	D	1 b)

a) mandatos 2010-2013; mandato 2016-2018

b) mandato 2016-2018

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)



Os membros do CA exerceram funções não remuneradas na empresa participada EDMI.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Rui da Silva Rodrigues	EDMI	Presidente CA	Público
Zélia do Rosário do Vale Estevão	EDMI	Vogal CA	Público

Na sessão da Assembleia Geral realizada no dia 10 de maio de 2019 o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, conforme se segue:

“Presidente: Valor mensal ílquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;

Vogal: Valor mensal ílquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;*
- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;*
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.*

Não é permitida:

- *A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e*
- *O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.”*

Relativamente ao mandato anterior, em 22 de junho de 2016, na sessão da assembleia geral, o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em:

“Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.120,38 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.648,15€, pago 12 vezes por ano;

Vogal: Valor mensal ilíquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;*
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixado, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto de Gestor Público;*
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP.*

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, nas condições previstas no artigo 43º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, por aplicação do artigo 18º da Lei nº 7-A72016, de 30 de março;*

- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e o subsídio de Natal é pago mensalmente, por duodécimos, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Os montantes a auferir efetivamente não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data de entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, atento o disposto na alínea o) do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, sem prejuízo, do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nos termos do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público.

Determinar que aos valores ilíquidos das remunerações fixadas sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. Aplica-se ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas”.

Assim, evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações processadas em 2019 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor. Os membros do Conselho abaixo identificados exerceram funções, em 2019, no âmbito do mandato 2016-2019, no período de 1 de janeiro a 10 de maio, e no mandato 2019-2021, a partir de 10 de maio a 31 de dezembro, pelo que se apresenta um quadro que abrange os dois mandatos.

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
[nome]	[S/N]	[A/B/C]		
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Zélia do Rosário do Vale Estevão	S	C	3.662,56	1.465,02

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Rui da Silva Rodrigues	86.070,16	0	86.070,16	4.303,46	81.766,70
Zélia do Rosário do Vale Estevão	68.856,08	0	68.856,08	3.442,82	65.413,26
			154.926,24	7.746,28	147.179,96

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2019 aos membros do CA

Fiscal Único/ROC

Mandato 2019-2021

(10 de maio a 31 de dezembro)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2019-2021	FU Efetivo	Cascais, Pêga, Magro & Roque, SROC 125 representada por Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	AG	10.05.2019	Remuneração anual ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia global mensal ilíquida atribuída ao Presidente Conselho de Administração
2019-2021	ROC Suplente	Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais, ROC 1265	AG	10.05.2019	

Mandato 2016-2018

(1 de janeiro a 10 de maio)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2016-2018	FU Efetivo	António Borges & Associados, SROC nº 69 representada por Nuno Duarte da Silva Magro ROC N.º 1165	AG	22.06.2016	Remuneração anual ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia global mensal ilíquida atribuída ao Presidente Conselho de Administração
2016-2018	ROC Suplente	Miguel Macedo Pinto Nunes Correia ROC nº 1761	AG	22.06.2016	

7.6.2. Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2019	2018
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

7.6.3. Restantes Trabalhadores

Em 2019 apenas foram processadas isenções de horário a 4 técnicos superiores no âmbito do previsto na RCM 50/2019 que aprovou o PIPSC.

Não foram feitas atualizações salariais nem outras valorizações remuneratórias.

7.7. “7-Aplicação do artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público”

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui da Silva Rodrigues	80,00	775,59	
Zélia do Rosário do Vale Estevão	80,00	679,42	
		1.455,01	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Rui da Silva Rodrigues	434,93	1.521,10	892,36	2.413,46	
Zélia do Rosário do Vale Estevão	347,94	2.230,94	892,36	3.123,30	
				5.536,76	



7.8. “8-Aplicação do nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP”

Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

7.9. “9-Elaboração e Divulgação de Relatório sobre Remunerações nos Termos do nº 2 da RCM nº 18/2014”

Foi elaborado o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres relativo a 2019, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet (www.edm.pt). De acordo com o ponto 2. da RCM nº 18/2014, de 7 de março, este relatório deve ser elaborado de três em três anos.

7.10. “10-Elaboração e Divulgação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção”

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2019, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, www.edm.pt.

7.11. “11-Contratação Pública, indicando o Modo de Aplicação das Normas, os Procedimentos Internos e os Atos e Contratos de Valor Superior a 5M€”

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMI segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

Não se celebraram em 2019 atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

7.12. “12-Medidas Tomadas ao Nível de Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas”

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2015, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP sendo que em sequência foi celebrado contrato para o fornecimento de serviços de eletricidade e de abastecimento de combustíveis ao abrigo de concursos efetuados pela ESPAP que terminou entretanto.

7.13. “13-Medidas de Redução de Gastos Operacionais”

A EDM, nos últimos anos, tem vindo a implementar medidas de redução dos gastos operacionais visando a otimização da sua atividade.

Em 2019 prosseguiu essa estratégia registando-se uma redução dos gastos operacionais comparativamente a 2018, apesar do aumento de atividade decorrente das ações do PIPSC cometidas pela RCM nº 50/2019 de 5 de março.

A estratégia de redução de custos mantém-se como decorre da análise dos Planos de Atividade e Orçamentos para o horizonte 2019-2021 recentemente apresentados para aprovação, se considerarmos o cenário de neutralização dos



efeitos dos encargos de pessoal decorrentes dos pedidos de recrutamento e de eleição do vogal do CA.

Nesta linha de orientação a EDM tem registado uma evolução decrescente do rácio de peso dos “gastos operacionais/Volume de negócios” e tem mantido a obtenção de resultados positivos e EBITDA favorável.

Nas rubricas objeto de **orientações específicas do acionista**, em particular no decreto-lei de execução orçamental, a EDM tem vindo a otimizar a sua intervenção nos seguintes termos:

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rubricas de “deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”*

A empresa tem procurado otimizar esta tipologia de gastos apesar da dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. A empresa apenas atribui ajudas de custo quando existem deslocações ao estrangeiro. A empresa tem vindo a racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e respetiva especialização aos projetos a estes associados. Neste contexto tem vindo a reduzir os gastos com deslocações e ajudas de custo com descrito no ponto específico deste relatório, assim como com todas as componentes dos gastos com a frota automóvel à exceção das reparações condicionadas pela antiguidade e quilometragem da frota, também já explicitada.

O conjunto destes gastos reduziu-se 4,1% face a 2018.

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rubricas de “contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”*

Neste âmbito a EDM tem vindo igualmente a promover uma adequada racionalização e otimização que se traduziu numa redução de 19,1% face a 2018. Em 2019 não se registaram nem novas contratações nem renovações, mantendo-se em vigor o contrato de consultoria jurídica celebrado em 30/5/2018, uma vez que a EDM não tem recursos próprios da especialidade capazes de satisfazer as suas necessidades.



- Também o “peso dos gastos operacionais no volume de negócios” se reduziu face ao ano de 2018 (passou de 68,7% para 66,3% em 2019) como também já explicitado neste relatório.

1.000 €

PRC	2019 Exec.	2019 Orçam.	2018 Exec.	2017 Exec.	2019/2018	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	562	679	562	536	0	0
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0
(2) FSE	568	547	606	488	-38	-6,3
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	973	1.008	943	937	30	3,2
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão			0	0	0	0
(3.ii) Valorização remuneratórias nos termos da LOE 2019			4			
(3.iii) Impacto do disposto no artigo 21º da Lei nº 42/2016, de 29 de dezembro			0			
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	1.541	1.555	1.549	1.425	-8	-0,5
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	2.323	2.270	2.253	1.923	70	3,1
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	66,3%	68,5%	68,7%	74,10%		
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	8	7	6	7	2	33,3
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	1	1	1	1	0	0
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	39	35	43	37	-4	-9,3
Total = (i) + (ii) + (iii)	48	44	50	45	-2	-4
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	11	14	14	17	-3	-21,4
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	19	20	19	18	0	0
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	2	0	0
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	0	0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	15	16	15	15	0	0
N.º Trabalhadores/N.º CD	15	16	15	15	0	0
N.º de viaturas	7	7	7	7	0	0

Notas: Volume de negócios - Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Outros Rendimentos

Nº órgãos sociais inclui o Fiscal único

7.14. “14-Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado”

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria.

A EDM tinha em 31 de dezembro uma aplicação financeira no IGCP, no montante de €25.000.000,00, onde estão também as suas disponibilidades, sendo consideradas as disponibilidades evidenciadas na classe 1 – Meios Financeiros, excluindo-se deste conceito os investimentos financeiros em obrigações da CGD adquiridas em 2009 e que se venceram em maio de 2019, e que não estão considerados no mapa que se segue.

Em 2019 foi encerrada a conta na Caixa Geral de Depósitos, após o reembolso das obrigações CGD que obstavam ao encerramento da conta. Relativamente à conta no Santander Totta, que está associada a guarda de títulos que impedem o seu encerramento, foi pedido o exceção do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria (inserido no SIRIEF em 20 de novembro de 2019), relativamente aos montantes necessários ao pagamento das comissões e impostos relacionados com aquele serviço de guarda. Este pedido foi autorizado pelo IGCP para os anos de 2019 e 2020, comunicado por carta do IGCP ref. SGC Nº 19486 de 4 de dezembro de 2019 (inserida em SIRIEF em 9 de dezembro de 2019). Entretanto a EDM tem procurado encontrar comprador para os títulos, ações da Lusitânia Seguros, para que se possa encerrar definitivamente a conta.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	207,05	94,43	0	0
Santander Totta	0,01	3,31	0	-8,18
Total	207,06	97,74	0	-8,18
Juros auferidos**a)	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

a) Não existem aplicações na Banca Comercial;

Handwritten marks: a blue checkmark and a signature.

7.15. “15-Divulgação das Recomendações Dirigidas à Empresa Resultantes de Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas”

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.

7.16. “16-Divulgação da Informação no Site da DGTF”

Informação referente a 31/12/2019

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	
Caracterização da Empresa	S	2017	
Função de tutela e acionista	S	2019	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	-	--	
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2019	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2019	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2019	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2019	
Esforço Financeiro Público	S	2020	
Ficha Síntese	S	2019	
Informação Financeira histórica e atual	S	2019	
Princípios de Bom governo	-	-	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2020	
- Outras transações	S	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2020	
Económico	S	2020	
Social	S	2020	
Ambiental	S	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2020	
-Código de Ética e Conduta	S	2018	

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios anuais e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet www.edm.pt a informação referida anteriormente.

Handwritten marks: a blue squiggle at the top right, and a blue signature or scribble at the bottom right.

7.17. Apêndices

7.17.1. Apêndice 1

“1-Mesa da Assembleia Geral”

Em 2019, foram pagos aos membros da Mesa os seguintes valores relativos a senhas de presença:

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início - Fim)				
2016-2018	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	1.000,00
2016-2018	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	700,00
				1.700,00

Nota: Os valores processados em 2019 refere-se às sessões da Assembleia Geral realizadas em 29 de março e 10 de maio de 2019.

“2-Conselho de Administração”

Os membros do Conselho de Administração para o mandato em curso, 2019-2021, foram nomeados através de deliberações do Acionista como se segue:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidad e de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Rui Silva Rodrigues	AG	10.05.2019	Não	DGEG	D	2a)
2019-2021	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	AG	10.05.2019	Não	ISS	D	1 b)

a) mandatos 2010-2013 e 2016-2018

b) Mandato 2016-2018

Os membros do Conselho do anterior mandato que estiveram em funções em 2019 foram:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ Não	Entidade e de origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Rui Silva Rodrigues	AG	22.06.2016	Não	DGEG	D	1a)
2016-2018	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	Ata CA/AG	26.01.2018	Não	ISS	D	

a) Mandato 2010-2013

Assim os membros do Conselho, em 2019, foram os mesmos do mandato 2016-2018 e do mandato 2019-2021.

Os membros do Conselho de Administração da EDM exerceram também, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDM sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Rui Silva Rodrigues	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração
Zélia do Rosário do Vale Estevão	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público são as seguintes:

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de representação
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Zélia do Rosário do Vale Estevão	S	C	3.662,56	1.465,02

Dado que os membros do Conselho, em 2019, foram os mesmos do mandato 2016-2018 e do mandato 2019-2021, apresenta-se um único quadro para as remunerações, benefícios sociais, encargos com viaturas e com deslocações de serviço.

Os valores de remuneração anual processados em 2019 e os outros benefícios sociais foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Rui da Silva Rodrigues	86.070,16	0	86.070,16	4.303,46	81.766,70
Zélia do Rosário do Vale Estevão	68.856,08	0	68.856,08	3.442,82	65.413,26
			154.926,24	7.746,28	147.179,96

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem eduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA Mandato 2016-2018	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual Seguro de Saúde	Encargo anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	[identificar]	Encargo anual			[identificar]	Valor
Rui da Silva Rodrigues	15,00	3.675,00	CGA	18.981,88	720	(a)		
Zélia do Rosário do Vale Estevão	15,00	3.645,00	SS	17.158,99	1.872	1.221,48		
		6.720,00		36.140,87	2.592	1.221,48		

(a) A aguardar decisão da seguradora

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2019								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Rui da Silva Rodrigues		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Zélia do Rosário do Vale Estevão		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas pela empresa nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Rui da Silva Rodrigues	3.219,69					3.219,69
Zélia do Rosário do Vale Estevão	1.358,40		125,08			1.483,48
						4.703,17

a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento

“3-Fiscalização”

ROC/Fiscal Único

Mandato 2019-2021 (10 de maio a 31 de dezembro)

Mandato	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
(Início-Fim)									
2019-2021	FU/ROC /Efetivo	Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC ,rep. por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	SROC – 125 ROC- 828	SROC- 20161443 ROC- 20160456	AG	10 05 2019	23 05 2019	-	-
2019-2021	ROC Suplente	Domingos Manuel Fernandes Cascais	1265	20160876	AG	10 05 2019	-	-	-

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, é Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC	7.416,69	-	7.416,69	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

Mandato 2016-2018 (1 de janeiro a 10 de maio)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2016-2018	FU/ROC /Efetivo	António Borges & Associados, SROC rep Nuno Duarete da Silva Magro, ROC	SROC 69 ROC 1165	20161405	AG	22.06.2016	05.07.2016	3	3
2016-2018	ROC Suplente	Miguel Macedo Pinto Nunes Correia	1761	20161603	AG	22.06.2016	-	-	-

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, foi Dr. Nuno Duarte da Silva Magro, ROC nº 1165.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
António Borges & Associados	5.493,86	-	5.493,86	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

"4-Auditor Externo"

Identificação do Auditor Externo			Data da contratação	Duração do contrato	Nº anos funções exercidas no grupo	Nº anos funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	17 (EDM)	17

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados ROC	16.440,00	-	16.440,00	-	-	-	-

Valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais

O exercício de 2001 foi o primeiro a ser auditado pela BDO Binder Co, e a partir de 2004 a BDO & Associados, SROC. Em abril de 2001 os auditores externos eram a KPMG – Auditores Externos S.A., que emitiram parecer sobre as contas de 2000.

7.17.2. Apêndice 2

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas apresenta-se, de seguida, o quadro síntese:

Cumprimento das Orientações legais - 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Apêndice 2 - EPNF
			Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)			Capítulo 7 ponto 7.1.
Metas a Atingir constantes no PAO 2019			
Princípios Financeiros de Referência	S		
Investimento	S		
Gastos com pessoal	S		
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	n.a.		
Gestão do Risco Financeiro	S		Não há endividamento
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Não há endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	S		Prazo de 15 para 19 dias
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	n.a.		Não há pagamentos em atraso
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1 – Dar cumprimento ao disposto no artigo 57º da LOE 2019	S		Capítulo 7 ponto 7.5
Recomendação 2- Dar cumprimento integral ao Princípio da Unidade de Tesouraria	S		Capítulo 7 ponto 7.5
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não há prémios de gestão
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019	S	7.746,28	Lei 12-A/2010
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S	n.a.	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)	S	n.a.	
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Não existem cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não existem
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Plafond cumprido
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Plafond cumprido
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não existem
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2020/03/reldsh m2019.pdf	

Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2020/03/relppric2019.pdf	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 contratos, M€2,2, M€2,8 e M€0,9	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			
Recomendação 1	n.a.		
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	7 viaturas, variação 0	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Preenchido quadro PRC	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artº 49ºDLEO2019)	S	não houve contratações em 2019	capítulo 7 ponto 7.13- Medidas de redução dos Gastos operacionais
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Capítulo 7 ponto 7.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S		Capítulo 7 ponto 7.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Capítulo 7 ponto 7.14

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

8. PERSPETIVAS FUTURAS

Posicionamento estratégico

A sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. desenvolve a sua atividade no setor mineiro cujo enquadramento estratégico relevante para o caso específico da EDM, se encontra caracterizado pelos seguintes aspetos:

- i. **O potencial geológico-mineiro** do território nacional é muito considerável a justificar a promoção do aproveitamento dos recursos geológicos numa ótica de compatibilização das vertentes económica, ambiental, de ordenamento do território e social. Desta forma e no que respeita a este domínio (DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS), as orientações definidas são:
 - a) A EDM deve prosseguir a atividade de investigação da infraestrutura e da base de recursos geológicos, essencial para a definição de uma estratégia sólida de exploração de recursos geológicos, de forma racional e sustentável, conhecendo as características, estruturações e utilizações dos diversos recursos existentes, atividade na qual o papel da EDM, face às suas competências, pode ser relevante, devendo privilegiar:
 - a identificação de ocorrências com potencial;
 - o desenvolvimento de projetos de prospeção e pesquisa, autonomamente ou em consórcios;
 - e a avaliação da viabilidade económica e financeira de depósitos entretanto identificados, preferencialmente em consórcios.
 - ii. A intensa atividade mineira do passado sem as preocupações sociais e ambientais que norteiam a moderna atividade extrativa, deixou um **legado de passivos mineiros** diversos que é urgente anular ou mitigar, quer pelos impactos na saúde e segurança das populações quer pelas interfaces com a imagem do próprio setor mineiro. Para além disso a atividade da EDM está, neste âmbito, enquadrada pelo “Contrato de Concessão do Exercício da Atividade de Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas”



aprovado pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, o que constitui, também, uma referência fundamental na prossecução da sua missão. Assim e no que respeita a este domínio (DOMÍNIO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS ABANDONADAS), as orientações definidas são:

- a) A EDM deve proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, devendo privilegiar
- a concretização atempada das candidaturas aprovadas nos Fundos Estruturais, designadamente o POSEUR, maximizando o aproveitamento dos financiamentos aí disponíveis;
 - a reapreciação dos projetos de recuperação ambiental previstos no “Contrato de Concessão” e no documento enquadrador das prioridades a prosseguir, no sentido de dotar a empresa de potenciais candidaturas ao POSEUR com maturidades avançadas;
 - o estabelecimento de Acordos de Parcerias com os Municípios e entidades locais visando a valorização do potencial cultural, turístico, geológico e mineiro das áreas e ativos recuperados;
- iii. Adicionalmente e com carácter temporário correspondente ao período do mandato 2019-2021, a derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba evidenciou a necessidade de **apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional** que evidenciou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, bens e ambiente, tendo sido identificado um conjunto de 199 pedreiras a exigir intervenção de caráter prioritário. Assim e no que respeita a este domínio (DOMÍNIO PLANO DE INTERVENÇÃO EM PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA), as orientações definidas são:
- a) A EDM no âmbito da RCM nº 50/2019 de 5 de março que aprovou o

Handwritten marks: a blue arrow pointing right, a blue signature, and a blue checkmark.

Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), deve desenvolver o conjunto de medidas preventivas, aí definidas relacionadas com a “sinalização”, “vedação” e realização de “estudos e projetos de execução” em 190 pedreiras qualificadas como pedreiras em Situação Crítica prioritária, nas quais está prevista a intervenção da EDM dadas as suas competências em situações análogas nas minas degradadas e abandonadas privilegiando:

- a SINALIZAÇÃO DA ENVOLVENTE das pedreiras em Situação Crítica identificadas pela DGEG, que obriga a visitas a todas as pedreiras identificadas, à elaboração dos respetivos Planos de Sinalização a submeter à apreciação e aprovação das entidades gestoras das vias e posterior colocação dos sinais nas rodovias (ação concluída, estando em curso a elaboração dos relatórios de conformidade a entregar à DGEG);
- a colocação de SINALÉTICA de perigo no interior das pedreiras e instalando a respetiva VEDAÇÃO nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem, nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019;
- a realização de ESTUDOS PRÉVIOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização de escombreciras, nas pedreiras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem.

Estratégia e Objetivos Específicos

No quadro das linhas de orientação definidas a **estratégia** a desenvolver pela EDM visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Consolidar a intervenção que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir eficiência no desenvolvimento das ações relacionadas



com o PIPSC;

- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

No âmbito da missão antes referenciada, e na perspetiva que a empresa constitui mais um instrumento do Governo em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, as ações e atividades a prosseguir pela EDM orientam-se para a consecução dos seguintes **objetivos**:

a) No domínio da valorização dos recursos mineiros

- i. Conceber e executar, por si só ou em consórcio, projetos de prospeção e pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base Nacional de Recursos, tendo em consideração o seu elevado potencial geológico-mineiro;
- ii. Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.

b) No domínio da recuperação ambiental das antigas áreas mineiras

- i. Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado;
- ii. Monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio de molde a cumprir as normas internacionais que regulam o setor;
- iii. Maximizar o aproveitamento dos fundos comunitários nos projetos de recuperação ambiental;
- iv. Estabelecer com as entidades locais acordos de parceria que permitam um enquadramento e uso futuro dos espaços, entretanto reabilitados, colocando-os quanto possível ao serviço das

Handwritten marks and signatures in the bottom right corner.

populações, de uma forma sustentável e maximizadora do esforço de reabilitação realizado.

c) *No domínio do Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)*

- i. Sinalizar os perigos (definidos pela DGEG) na envolvente das pedreiras em situação crítica identificadas pela DGEG, apresentando quando se justifique propostas de interdição dos caminhos;
- ii. Assegurar a introdução de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não apliquem;
- iii. Assegurar a realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreliras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem.

d) *No domínio da gestão sustentável da empresa*

- i. Diversificar áreas de negócio que potenciem os rendimentos da empresa designadamente na fase de transição dos investimentos de prospeção e pesquisa para a fase de exploração;
- ii. Conter o crescimento dos seus custos totais de forma manter rácios económicos e financeiros equilibrados;
- iii. Maximizar a criação de valor dos ativos da empresa e da sua participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

Projeções económico-financeiras

No Plano Estratégico para o mandato incluíram-se as projeções de rendimentos, gastos e investimentos e respetivas fontes de financiamento no horizonte do mandato (2021), tendo como pressuposto as linhas estratégicas anteriormente apresentadas.

A sua análise permite concluir pela sustentabilidade da empresa no quadro das

orientações estratégicas definidas na condição

- de serem asseguradas as fontes de financiamento dos investimentos necessários ao prosseguimento da missão da empresa, em particular através das dotações dos fundos estruturais no que se refere ao domínio da remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e Fundo Ambiental no que se refere ao PIPSC.
- A par da consignação de verbas nacionais para fazer face à contrapartida nacional eventualmente através do reforço da afetação dos royalties das empresas mineiras em atividade, como nos anos recentes.

Em termos sintéticos constata-se os seguintes elementos:

- A evolução dos **investimentos** programados evidencia a continuação numa forte aposta no desenvolvimento do programa de remediação ambiental das áreas mineiras abandonadas, em que nos últimos 4 anos (2016 a 2019) se realizaram ou têm em curso projetos no valor de cerca de 43 milhões de euros que compara com os 88 milhões de euros despendidos desde 2001 até 2015 (16 anos).

Unidade do valor: milhares de €

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	Execução	Execução	Execução	Previsão (a)	Previsão	Previsão
Investimento Ambiental	4.571	6.300	6.854	15.914	16.856	18.170
Investimento total	5.018	6.886	7.174	16.631	17.938	19.585
Investimento PIPSC	-	-	-	2.256	2.072	2.072

(a)-valores do Plano Estratégico

Evolução dos investimentos

- A empresa apresenta sempre **Resultados** positivos, decrescentes a partir de 2019, decorrente do aumento dos gastos com pessoal associados às autorizações de contratação.

Unidade do valor: €

	2016	2017	2018	2019 (a)	2020	2021
	Executado	Executado	Executado	Previsão	Previsão	Previsão
Resultados Operacionais	158.034	482.651	508.650	629.672	324.106	324.106
Resultados Líquidos	176.518	405.056	407.868	494.654	256.313	256.313

(a)-valores do Plano Estratégico

Evolução dos resultados

- iii. A **situação económica e financeira** da empresa apresenta indicadores fortemente favoráveis como se verifica pelo quadro 25

Unidade do valor: milhares de €

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	Execução	Execução	Execução	Previsão (a)	Previsão	Previsão
Autonomia Financeira	86,4%	85,8%	84,3%	88,7%	91,6%	93,5%
Ativo Total	58.863	59.742	60.572	58.113	56.530	55.691
Capital Próprio	50.865	51.247	51.037	51.532	51.788	52.044

(a)-valores do Plano Estratégico

Evolução da situação financeira

Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas os **investimentos** previstos realizar em 2020, e no horizonte 2022, constam do Plano de Atividades para 2020 oportunamente apresentado. Os meios financeiros necessários à execução deste programa de investimentos passam pelo recurso a fundos comunitários e outros fundos nacionais, bem como pela afetação de meios próprios, cujos montantes também constam do referido Plano de Atividades. Sublinhe-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2020 ascende a €18.040.594 repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Mineira – €1.028.500.
- Ambiental - €14.895.094
- Modernização e Sustentabilidade – €45.000
- PIPSC (Pedreiras)- €2.072.000

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2020 e respetivas contribuições são as seguintes:

- PORTUGAL 2020 (POSEUR) e outros fundos comunitários: €11.313.530
- Verbas consignadas: €3.644.564
- Meios Próprios: €1.050.500
- Fundo Ambiental: €2.072.000

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o elevado impacto nos Resultados Transitados do reforço da provisão para pagamento dos encargos com pensões de ex-trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear, que a EDM paga mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações, face à atualização do cálculo do valor atual dessas responsabilidades e atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de €419.387,30 (quatrocentos e dezanove mil trezentos e oitenta e sete euros e trinta cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- €419.387,30 (quatrocentos e dezanove mil trezentos e oitenta e sete euros e trinta cêntimos), seja transferido para “Resultados Transitados;

10. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2019, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho.

Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos. Também um agradecimento ao Revisor Oficial de Contas que cessou funções em maio de 2019.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 12 de março de 2020

O Conselho de Administração



Rui da Silva Rodrigues, Presidente



Zélia do Rosário do Vale Estevão, Vogal



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, Vogal

11. Mapas das Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

Balança

BALANÇO			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	666.957,46	710.758,58
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	4.109.415,64	3.995.964,54
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	791.831,66	792.153,50
Participações financeiras - outros métodos	8	57.009,82	56.583,26
Créditos a receber	9	5.246.021,70	5.349.354,44
Activos por impostos diferidos	10	272.722,06	303.750,97
		11.143.958,34	11.208.565,29
Ativo corrente			
Inventários	11	13.731.185,00	13.731.185,00
Cientes	12	154.943,94	16.133,26
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber	14	1.340.569,12	1.111.712,52
Diferimentos	15	29.834,19	25.003,01
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			600.000,00
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	16	34.454.743,73	33.879.111,59
		49.711.275,98	49.363.145,38
Total do ativo		60.855.234,32	60.571.710,67
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	1.891.926,03	1.891.926,03
Resultados transitados	21	-229.879,35	-612.479,98
Ajustamentos em ativos financeiros	22	-467.406,28	-490.848,97
Excedente de revalorização	23	103.785,05	109.547,30
Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
		51.029.610,45	50.629.329,38
Resultado líquido do período		419.387,30	407.867,29
		51.448.997,75	51.037.196,67
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		51.448.997,75	51.037.196,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	1.553.620,07	1.701.376,77
Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	25	115.960,19	115.960,19
		1.669.580,26	1.817.336,96
Passivo corrente			
Fornecedores	26	320.953,47	811.309,51
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	13	319.430,82	212.449,72
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		7.095.620,61	6.692.773,80
Diferimentos	15	651,41	644,01
		7.736.656,31	7.717.177,04
Total do passivo		9.406.236,57	9.534.514,00
Total do capital próprio e do passivo		60.855.234,32	60.571.710,67

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

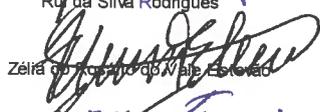
Contabilista Certificado



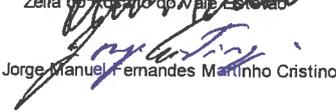
António Serrano



Rui da Silva Rodrigues



Zeila do Rosário do Vale Esteves



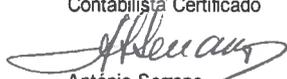
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

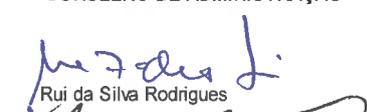
Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
			Euros
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		60.946,37	79.417,74
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto		-23.764,53	-61.096,81
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade		939.031,40	940.152,58
Fornecimento e serviços externos		-567.719,54	-605.815,29
Gastos com o pessoal		-973.199,32	-946.738,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumento/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de invest.não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1.322.825,28	1.233.741,77
Outros gastos		-195.781,83	-77.455,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		562.337,83	562.205,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-48.560,60	-53.556,16
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		513.777,23	508.649,78
Juros e rendimentos similares obtidos		4.056,52	10.293,01
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		517.833,75	518.942,79
Imposto sobre o rendimento do período		-98.446,45	-111.075,50
Resultado líquido do período		419.387,30	407.867,29
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		419.387,30	407.867,29
Interesses que não controlam		419.387,30	407.867,29
Resultado por ação básico		0,0699	0,0680

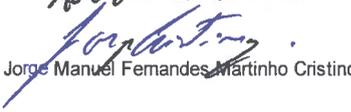
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Contabilista Certificado


 António Serrano


 Rui da Silva Rodrigues


 Zéjido do Rosário do Vale Estêvão


 Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Demonstração de Resultados por Funções

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES				
			Euros	
RUBRICAS	Notas	Períodos		
		2019	2018	
Vendas e serviços prestados		60.946,37	79.417,74	
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00	
Resultado bruto		60.946,37	79.417,74	
Outros rendimentos		2.261.856,68	2.173.894,35	
Gastos de distribuição				
Gastos administrativos		-1.589.479,46	-1.606.109,82	
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos		-219.546,36	-138.552,49	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		513.777,23	508.649,78	
Gastos de financiamento (líquidos)		4.056,52	10.293,01	
Resultado antes de impostos		517.833,75	518.942,79	
Imposto sobre o rendimento do período		-98.446,45	-111.075,50	
Resultado líquido do período		419.387,30	407.867,29	
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		419.387,30	407.867,29	
Interesses minoritários				
		419.387,30	407.867,29	

Contabilista Certificado

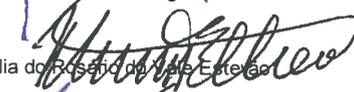


António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Zélia do Rosário da Veiga Esteves



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		75.658,17	89.564,05
Pagamentos a fornecedores		-571.778,97	-631.867,68
Pagamentos ao pessoal		-962.842,22	-901.842,01
Caixa gerada pelas operações		-1.458.963,02	-1.444.145,64
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-4.185,02	-178.147,90
Outros recebimentos/pagamentos		-2.378.314,95	-913.509,49
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-3.841.462,99	-2.535.803,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4.736,70	-22.561,88
Ativos intangíveis		-8.762.463,08	-5.075.977,07
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		12.575.360,91	7.823.225,38
Investimentos Financeiros		600.000,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		8.934,00	15.599,11
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		4.417.095,13	2.740.285,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		575.632,14	204.482,51
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		33.879.111,59	33.674.629,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34.454.743,73	33.879.111,59

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Rui da Silva Rodrigues



Zélia do Rosário de Almeida Esteves



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

2018

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações capital próprio		Resultado líquido do exercício	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2018	1	30.000.000		13.731.185		6.000.000	1.489.012	-2.142	-490.849	115.310		405.056	51.247.572	51.247.572
ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras														
Realização do exced. de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalor. de ativos fixos tang. e intang. e resppec. variações														
Ajustamento por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3													
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realização de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2018	6=1+2+3+5	30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	1.891.926	-612.480	-490.849	109.548	0	407.867	51.037.197	51.037.197

2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações capital próprio		Resultado líquido do exercício	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2019	1	30.000.000		13.731.185		6.000.000	1.891.926	-612.480	-490.849	109.548		407.867	51.037.197	51.037.197
ALTERAÇÕES DO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstr. financeiras														
Realização do exced. de revalor. de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalor. de ativos fixos tang. e intang. e resppec. variações														
Ajustamento por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2													
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realização de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2019	6=1+2+3+5	30.000.000	0	13.731.185	0	6.000.000	1.891.926	-229.879	-467.406	103.786	0	419.387	51.448.998	51.448.998

12. ANEXO às Demonstrações Financeiras

“1. Identificação”

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

“2. Referencial Contabilístico”

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, ajustadas nos termos da portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM

pelo Decreto-Lei nº 198-A/2011, de 6 de julho – encontramos-nos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação do previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro na rubrica créditos a receber.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no novo normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

“3. Principais Políticas Contabilísticas”

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

17



Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa subsidiária detida a 100% está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

Inventários

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM). Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da

Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Loações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma



substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respectivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.



Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

“4. Fluxos de Caixa”

Os fluxos de caixa ocorridos em 2019 constam do quadro resumo que se segue:

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-3.841.462,99	-2.535.803,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento	4.417.095,13	2.740.285,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	575.632,14	204.482,51
Caixa e seus equivalentes no início do período	33.879.111,59	33.674.629,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	34.454.743,73	33.879.111,59

A desagregação do saldo da conta Caixa e seus equivalentes encontra-se desagregada na nota 16.

27
28
29

“5. Partes Relacionadas”

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de €500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2019 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€-23.764,53
Ativo líquido	€ 6.307.019,79
Capital próprio	€ 791.831,66

À data de 31 de dezembro de 2019 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de €5.188.851,41.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

“6. Ativos Fixos Tangíveis”

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2019, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.470,36					279.470,36
Edifícios outras construções	812.436,13					812.436,13
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	259.577,78					259.577,78
Ferramentas e utensílios	3.350,55					3.350,55
Equipamento administrativo	492.761,37		4.736,70			497.498,07
Outros ativos tangíveis	129.536,30				22,78	129.559,08
Ativos fixos tangíveis curso						
Total	2.132.392,49	0,00	4.736,70	0,00	22,78	2.137.151,97

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' at the top and several scribbles at the bottom right.

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	494.470,09	17.258,00		511.728,09
Equipamento básico	118.224,69	9.006,28		127.230,97
Equipamento transporte	241.706,55	11.390,40		253.096,95
Ferramentas e utensílios	2.617,81			2.617,81
Equipamento administrativo	439.292,10	8.729,04		448.021,14
Outros ativos tangíveis	125.322,67	2.176,88		127.499,55
Total	1.421.633,91	48.560,60	0,00	1.470.194,51

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

“7. Ativos Intangíveis / Em Curso”

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2019, são analisados como segue:

Ativos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	1.308.604,93	8.605.025,00		-8.438.858,75	1.474.771,18
Projectos Verbas consignadas	0,00	1.960.474,69		-1.960.474,69	0,00
Projecto Gavião e Outros	2.687.359,61	182.383,74		-235.098,89	2.634.644,46
Ativos em curso					0,00
Total	3.995.964,54	10.747.883,43	0,00	-10.634.432,33	4.109.415,64

“8. Outros Investimentos Financeiros”

A participação financeira na EDM, detida a 100%, está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustar	Aumento	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	792.153,50			321,84	791.831,66
Titulos e outras aplic.financ.	56.583,26		426,56		57.009,82
Obrigações	600.000,00			600.000,00	0,00
Total	1.448.736,76	0,00	426,56	600.321,84	848.841,48

“9. Créditos a Receber” - não corrente

O saldo desta conta refere-se fundamentalmente a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 é de € 5.188.851,41. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.

	2019	2018
IVA	0,00	0,00
Outros devedores	57.170,29	87.170,29
Participadas	5.188.851,41	5.262.184,15
Total	5.246.021,70	5.349.354,44

“10. Ativos por Impostos Diferidos”

	2019	2018
Activos por impostos diferidos	272.722,06	303.750,97
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.298.676,47	1.446.433,17
Taxa: IRC - 21%	272.722,06	303.750,97
Taxa: Derrama		

“11. Inventários - Mercadorias”

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no

observatório da Euratom em que o último ano é 2018) conduz a um valor (75,35€/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,123€/kgU, sendo que as informações de 2019 da mesma Euratom apontam para uma projeção de preços a longo prazo superiores como se evidencia no gráfico no ponto 4.5-Stock de Urânio (linha de tendência) do relatório.

Conforme se descreve detalhadamente no referido ponto 4.5-Stock de Urânio as informações recentes sobre a evolução do mercado de urânio que apontam para a retoma progressiva dos preços decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa entretanto verificados e das decisões dos EUA de reforçar a reserva estratégica de urânio e designadamente a referência do Euratom sobre a perspetiva dos preços a longo prazo atingirem \$33,5/lb, superior mesmo ao valor constante do relatório do 3º trimestre (\$32,0/lb), justificam a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço o valor do stock (13.489.681,80€) se aproxima do valor do inventário.

“12. Clientes”

	2019	2018
Clientes c/corrente	154.943,94	16.133,26
Total	154.943,94	16.133,26

“13. Estado e Outros Entes Públicos”

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a pagar		18.441,53
Retenções impostos s/ rendimento		12.216,00
IVA		272.748,82
Contribuições segurança social e outros		16.024,47
Total	0,00	319.430,82

27
28
09/11

“14. Outros Créditos a Receber”- corrente

	2019	2018
Juros a receber	3.669,93	8.547,41
Devedores diversos	37.177,58	39.278,38
Entidades financiadoras de projectos	694.138,13	458.303,25
Devedores por acordos de parceria	605.583,48	605.583,48
Total	1.340.569,12	1.111.712,52

“15. Diferimentos”

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 29.834,19 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de €651,44.

“16. Caixa e Depósitos Bancários”

	2019	2018
Caixa/Cheques a depositar	0,00	0,00
Depósitos à ordem	9.454.743,73	33.879.111,59
Outros depósitos bancários	25.000.000,00	
Total	34.454.743,73	33.879.111,59

Os valores de Caixa e Depósitos Bancários não se encontram sujeitos a restrições, estando disponíveis para uso.

“17. Capital Subscrito”

O capital da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

“18. Outros Instrumentos de Capital Próprio”

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

“19. Reserva Legal”

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

“20. Outras Reservas”

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

“21. Resultados Transitados”

Os resultados transitados apresentam um saldo de € -229.879,35. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '27' and several scribbles.

Durante o exercício de 2019, foi transferido para esta conta o montante de € 5.762,25, resultante da regularização parcial de excedente de revalorização relacionada com reintegrações contabilizadas como gastos do exercício. Foi ainda também reajustada a conta Resultados Transitados por impostos diferidos ativos no montante de € 31.028,91. Em 2019 foi também transferido para esta conta a quantia de €407.867,29 referente à aplicação de resultados do exercício de 2018.

Em 2018 havia sido contabilizada em Resultados Transitados um reforço da provisão para encargos com a Caixa Geral de Aposentações/ENU, no montante de €743.308,01, resultante de estudo de avaliação atuarial.

“22. Ajustamentos em Ativos Financeiros”

O valor negativo de €467.406,28 corresponde a ajustamentos decorrentes do método de equivalência patrimonial.

“23. Excedente de Revalorização”

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em €161.407,55 e ajustado durante o exercício de 2019 no montante de € 5.762,25 conforme consta na nota 21. Este movimento está refletido no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

“24. Provisões”

Nesta conta encontram-se registados;

- Provisão relativa a processo judicial movido pela Drillcon Iberia conforme divulgado na nota 39.
- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);

- Foram feitas em 2019 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações no montante de €147.756,70.
- Provisão para encargos resultantes de danos em áreas recuperadas.

Tipo de provisão	Saldo inicial	Regularizações	Reforço	Saldo final
Processos judiciais em curso	174.943,60			174.943,60
Provisão encargos CGA/ENU	1.446.433,17	147.756,70		1.298.676,47
Outras provisões	80.000,00			80.000,00
Total	1.701.376,77	147.756,70	0,00	1.553.620,07

“25. Outras Dívidas a Pagar”

	2019	2018
Passivo não corrente		
Credores diversos	115.960,19	115.960,19
Passivo corrente		
Remunerações a liquidar	98.493,26	95.259,45
Outros acréscimos custos	10.993,26	20.975,75
Credores diversos	579.237,99	995.821,26
Verbas recebidas para investimentos a realizar	6.406.896,10	5.580.717,34
Total	7.211.580,80	6.808.733,99

“26. Fornecedores”

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2019	2018
Fornecedores c/correntes	320.953,47	811.309,51
Total	320.953,47	811.309,51

Handwritten marks: a blue checkmark, a signature, and a date '09/11'.

“27. Vendas e Prestação de Serviços”

	2019	2018
Vendas		
Prestação de serviços	60.946,37	79.417,74
Total	60.946,37	79.417,74

“28. Trabalhos para a Própria Entidade”

	2019	2018
Investimento no âmbito ambiental	801.964,29	799.934,78
Outros projetos	137.067,11	140.217,80
Total	939.031,40	940.152,58

“29. Fornecimentos e Serviços Externos”

	2019	2018
Trabalhos especializados	126.401,00	181.467,24
Vigilância e segurança	104.246,95	83.073,17
Honorários	9.480,00	18.988,70
Conservação e reparação	45.650,93	33.761,78
Outros serviços especializados	1.107,04	796,10
Materiais	18.616,54	17.876,05
Energia e Fluidos	53.982,82	49.127,22
Deslocações e estadas	8.219,62	6.010,92
Rendas e Alugueres	59.736,67	60.869,87
Comunicação	30.674,24	28.627,88
Seguros	23.575,56	24.505,50
Contencioso e notariado	2.010,08	389,44
Despesas de representação	1.432,86	2.305,86
Limpeza, higiene e conforto	16.072,44	15.233,40
Outros fornecimentos e serviços	66.512,79	82.782,16
Total	567.719,54	605.815,29

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'M' at the top, 'Zé' in the middle, and 'A' at the bottom.

"30. Gastos com Pessoal"

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	169.128,68	173.995,27
Remunerações do pessoal	518.223,21	498.991,61
Encargos sobre remunerações	154.321,49	151.119,59
Benefícios pós emprego	74.239,32	70.286,22
Indemnizações		0,00
Seguro acidentes de trabalho	12.383,99	12.384,00
Gastos de acção social	28.455,00	30.369,38
Outros gastos	16.447,63	9.592,30
Total	973.199,32	946.738,37

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2019 foi de 16 trabalhadores, 2 Administradores e Fiscal Único.

"31. Imparidades"

	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes	32.988,28	32.988,28	0,00
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	784.070,00	784.070,00	0,00

Imparidade	Imparidades acumuladas a 01/01/2019	Reforço de imparidades no exercício	Reversão de imparidades no exercício	Imparidades acumuladas a 31/12/2019
Clientes	32.988,28	0,00	0,00	32.988,28
Estado e outros entes públicos	212.790,48	0,00	0,00	212.790,48
Devedores e credores	378.675,91	0,00	0,00	378.675,91
Outros investimentos financeiros	159.615,33	0,00	0,00	159.615,33
Total	784.070,00	0,00	0,00	784.070,00

“32. Outros Rendimentos”

	2019	2018
Rendimentos suplementares	13.649,96	10.597,59
Descontos obtidos		
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		1.150,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	229.175,32	141.994,18
Total	1.322.825,28	1.233.741,77

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “capital afeto à recuperação ambiental”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2019, à semelhança dos anos anteriores, o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

“33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas”

	2019	2018
Ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
Perdas em subsidiárias	23.764,53	61.096,81

“34. Outros Gastos”

	2019	2018
Impostos diretos	1.911,69	4.253,69
Impostos indiretos	1.293,32	1.278,03
Taxas	510,00	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	184.256,74	
Outros	7.810,08	71.923,96
Total	195.781,83	77.455,68

“35. Gastos de Depreciação e Amortização”

	2019	2018
Ativos tangíveis		
Edifícios e outras construções	17.258,00	17.258,01
Equipamento básico	9.006,28	11.656,25
Equipamento de transporte	11.390,40	13.230,68
Equipamento administrativo	8.729,04	8.693,39
Outros ativos tangíveis	2.176,88	2.717,83
Total	48.560,60	53.556,16



“36. Juros e Outros Rendimentos Similares”

	2019	2018
Juros obtidos	4.056,52	10.293,01
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	4.056,52	10.293,01

“37. Imposto sobre o Rendimento”

	2019	2018
IRC	89.768,94	101.127,41
Tributação autónoma	8.677,51	9.948,09
Derrama		
Total	98.446,45	111.075,50

“38. Compromissos”

Durante o exercício de 2019 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de €74.239,32. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2019 as responsabilidades relativas a cauções estão cobertas por depósitos caução, tendo sido canceladas as garantias bancárias anteriormente existentes. Assim existem os seguintes depósitos caução a favor das entidades abaixo indicadas:

Secretaria Geral/ Ministério da Economia	€15.079,00
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€897,84
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€179,57
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€179,57
DGEG/Ministério da Economia (área do Gavião)	€9.975,96
DGEG/Ministério da Economia (área de Gralheira Jales)	€1.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área da Escádia Grande)	€10.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€1.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€10.000,00

“39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal”

Em janeiro de 2016 a EDM foi notificada da citação da Ação de Processo Comum nº 2476/16.5T8LSB movido pela Drillcon Ibéria S.A. contra a Almada Mining e EDM, ação com o valor de 1.166.290,64. O objeto da ação é uma dívida comercial contraída pela Almada Mining relativamente a serviços de sondagens. Durante 2018 não se registou evolução neste processo. Já em janeiro de 2019 a EDM foi notificada do início do julgamento em 5 de fevereiro de 2019 estando previstas a audiência de testemunhas da EDM em 21 de março de 2019. Em 2019 foram realizadas as audiências de testemunhas, tendo sido proferida a sentença de 12 de junho de 2019 absolvendo totalmente a EDM do pedido contra ela formulado por Drillcon Ibéria, S.A., na ação sob forma comum, que correu no Tribunal Cível da comarca de Lisboa e condenada na ação a Almada Mining, S.A., e absolvidas, à semelhança da EDM, as intervenientes Medgoldminas Unipessoal, Lda e Medgold Ressources Corp. A Drillcon interpôs recurso, em 12 de setembro, da sentença de 1ª Instância que absolveu a EDM pedindo a revogação da sentença e reitera o pedido de condenação da EDM. Em 16 de outubro foram apresentadas as contra-alegações ao recurso de apelação interposto pela Drillcon Ibérica, da sentença que absolveu em primeira instância a EDM, tendo o advogado informado que o recurso será apreciado em segunda instância pelos Juízes Desembargadores do Tribunal da Relação de Lisboa. A Drillcon juntou ao processo um parecer jurídico, datado de 25 de outubro, subscrito por dois professores da Faculdade de Direito de Lisboa, em apoio das suas teses, no sentido da responsabilização da EDM, solidariamente com a Almada Mining, relativamente ao qual a EDM juntou, em 14 de novembro, uma peça processual em resposta ao Parecer Jurídico junto pela Drillcon Iberica, S.A. ao recurso de apelação. Já em 2020 o Tribunal da Relação de Lisboa proferiu sentença desfavorável à EDM, pelo que a empresa vai apresentar o recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo durante o mês de março de 2020.

Em dezembro de 2018 a EDM foi notificada da citação do processo nº 171/2018-JPCSaI apresentado por João dos Santos Antunes e Maria Aldina Felizardo Gonçalves Antunes contra a EDM, ação com o valor de €2.500,01. O objeto da ação é o corte/rebaixamento da altura de quatro plátanos existentes em

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' at the top and a series of loops and strokes below, likely representing the name of the signatory.

propriedade da empresa e que confinam com a propriedade dos demandantes, por forma a não porem em risco pessoas e bens e também reduzir o lixo nos telhados, caleiras e terreno circundante à habitação. A EDM decidiu apresentar contestação através do seu mandatário jurídico o que concretizou em 4 de janeiro de 2019. Em 16 de maio de 2019, no Julgado de Paz de Carregal do Sal, realizou-se a audiência de julgamento tendo sido homologado, com o valor de sentença, um acordo de transação celebrado entre as partes com a desistência do peticionado pelos demandantes.

“40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental”

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação

ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10
2016	5.018.494,54	3.555.700,84	7.115.070,09
2017	6.885.900,86	6.300.075,86	4.069.819,98
2018	7.174.451,72	5.277.456,31	3.397.872,77
2019	10.747.883,43	8.605.025,00	6.190.650,60

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e Verbas Consignadas estão consideradas no passivo, em outras dívidas a pagar, como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.

“41. Acontecimentos após a data de balanço”

Não foram recebidas informações nem ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que dariam lugar a ajustamentos.





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Administração da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.,** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Examinámos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2019.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Administração merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Verificámos ainda que foi:

- Cumprida a exigência da apresentação anual do relatório de boas práticas do governo societário;
- Foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2019.

Lisboa, 13 de março de 2020



Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Registada na CMVM sob o n.º 20161443
Representada por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45 000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM 20161443 | SROC 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abrançães Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel. : +351 217 203 300 | Fax : +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel. : +351 271 223 974 | Fax : +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 60 855 234,32 euros e um total de capital próprio de 51 448 997,75 euros, incluindo um resultado líquido de 419 387,30 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Em conformidade com o disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foram transferidos para a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., concentrados de urânio (U3O8) a título de prestação acessória de capital do Estado Português, que se encontram refletidos no Balanço na rubrica de Inventários, pelo montante de 13 731 185,00 euros (valorizados ao custo, à data da realização da prestação acessória, tendo por base o valor médio de mercado das publicações especializadas do observatório de preços do EURATOM). De acordo com as indagações efetuadas, a Administração da Entidade considera que o valor escriturado é recuperável, motivo pelo qual não foi reconhecida imparidade deste ativo.

Na rubrica de Investimentos em curso, nomeadamente em Ativos intangíveis em curso, encontram-se capitalizadas as despesas referentes aos projetos de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, no âmbito do contrato de Concessão, no montante de 1 474 711,18 euros. Este montante encontra-se registado provisoriamente nesta rubrica, até ao momento da apresentação do pedido de reembolso das respetivas despesas, passando posteriormente a figurar na rubrica de Outros créditos a receber.

Em Ativos intangíveis em curso encontram-se igualmente escriturados projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (Gavião, Argozelo, Escadia Grande e Rosário), no montante global de 3 210 807,92 euros, a 31 de dezembro de 2019. Considerando que o benefício económico futuro destes investimentos se encontra dependente da viabilidade de exploração mineira das áreas acima mencionadas e, dada a incerteza quanto à sua recuperação, em conformidade com o disposto nos §18 a 20 da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, estes ativos devem ser avaliados periodicamente quanto à sua imparidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

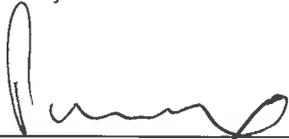
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de março de 2020



Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de € 60 855 234 e um total de capital próprio de € 51 448 998, incluindo um resultado líquido de € 419 387), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. O ativo intangível e os outros créditos a receber englobam intervenções com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo e Escádia Grande), as quais visam a determinação da exequibilidade técnica e viabilidade comercial da exploração mineira nas referidas áreas. Os dispêndios com aqueles ativos de exploração e avaliação ascenderam a cerca de € 3 200 000 (2018: € 3 300 000) e apresentam riscos de imparidade e/ou incerteza quanto à sua recuperação, pelo que são anualmente objeto de



avaliação de imparidade. De acordo com a EDM, os estudos e trabalhos já efetuados nestes projetos evidenciam forte potencial geológico/mineiro, assim, entendeu o órgão de gestão manter os referidos ativos de exploração e avaliação registados ao custo.

2. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos, quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes ativos intangíveis em curso.

3. A Empresa considera como efetuadas por conta e em substituição do Estado as despesas (€ 430 000) suportadas no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

4. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2014, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDM - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 000 000 (2018: € 6 100 000), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela informação financeira. Contudo, refere-se que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das respetivas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDM.

5. No âmbito das medidas de adaptação da orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP (LNEG), aos objetivos do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), nos termos do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, o Estado transferiu para a EDM os ativos de urânio (U308) do LNEG, valorizados em € 13 700 000, a título de prestação acessória de capital do Estado. Aplicando critérios idênticos aos então utilizados, no relatório emitido nos termos do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais que determinou o valor daqueles ativos, os mesmos seriam, agora, valorizados em € 12 000 000 (2018: € 13 400 000). Não fazendo o consumo e/ou venda de urânio (U308) parte de atividade operacional da EDM e, não existindo previsão para a venda do urânio (U308) no médio/longo prazos tem sido entendimento da Empresa manter estes ativos ao custo de aquisição. Os objetivos do parqueamento daqueles ativos de urânio (U308) na Empresa e a forma como foram registados e se encontram valorizados, a título de prestações acessórias de capital, deverão ser enquadrados e analisados na perspetiva do Estado, acionista único da Sociedade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do



pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 12 de março de 2020



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Sobre o Desempenho dos Gestores Executivos

Introdução

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em conformidade com o Manual veiculado pelo Ministério das Finanças para a elaboração do Relatório do Governo Societário, cumpre ao Órgão de Fiscalização da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., elaborar um relatório, baseado no relatório de boas práticas do governo societário adotadas pela Empresa, que aprecia o cumprimento das exigências previstas no Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do referido Decreto-Lei.

Responsabilidades

As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização. É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração e apresentação anual do relatório de boas práticas de governo societário, do qual conste informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A nossa responsabilidade consiste em analisar e apreciar o conteúdo do referido relatório no que se refere às boas práticas do governo societário.



Observações

O Conselho de Administração apresentou ao Acionista uma proposta de contratos de gestão para o mandato 2019-2021, não tendo sido até à data celebrados contratos de gestão.

De acordo com deliberação da assembleia geral, foi determinado que não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Parecer

Com base no trabalho efetuado, somos da opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., pode considerar-se adequado e que foram aplicadas boas práticas do governo societário, tendo por base (i) a forma como foram desenvolvidas as correspondentes ações durante o período de 2018 e (ii) as mensurações globais aplicadas para a avaliação desse desempenho, sendo atual e completa a informação incluída no documento "Relatório de Governo Societário" referente a 2019.

Lisboa, 13 de março de 2020

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda
Representada por
Pedro Nuno Ramos Roque (ROC n.º 828)

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DÉLEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

